



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 22 DE MARÇO DE 2019

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa

Elákcio da Marta

Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.

Terminada a discussão conjunta, na generalidade, o Plenário procedeu à aprovação das propostas de lei n.ºs 08 e 09/XI/3.ª/2019 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2019. Usaram da palavra, além do Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus), os Srs. Ministros das Finanças Comércio e Economia Azul (Osvaldo Vaz), de Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (Elsa Pinto), da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (Ivete Lima), do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria (Maria Lavres), da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (Francisco Ramos), que responderam às questões, os Srs. Deputados Manuel Vicente (MLSTP/PSD), António Barros (MLSTP/PSD), José António Miguel (ADI), Carlos Correia (ADI), Raúl Cardoso (MLSTP/PSD), Cristina Dias (MLSTP/PSD),

Sebastião Pinheiro (ADI), Beatriz Azevedo (MCI), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD), Alda Ramos (ADI), António Quintas (MLSTP/PSD), Ana Rita (MLSTP/PSD), Arlindo Ramos (ADI), Bilaine Ceita (ADI), Arlindo Carvalho (PCD/MDFM-UDD), Filomena Monteiro (MLSTP/PSD), Paulo Carvalho (ADI) e Maiquel Espírito Santo).

No encerramento do debate, produziram intervenções finais os Srs. Deputados Amaro Couto (MLSTP/PSD) e Abnildo d'Oliveira (ADI), e o Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus).

No fim, foi aprovado o requerimento para a avocação ao Plenário da discussão na especialidade das propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 17 horas e 35 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento d'Oliveira

Adilson Cabral Managem

Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos Ramos

Alexandre da Conceição Guadalupe

Anaydi dos Prazeres Ferreira

Arlindo Quaresma dos Santos

Arlindo Ramos

Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento

Carlos Alberto Pires Pinheiro

Carlos Manuel Cassandra Correia

Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço

Domingos José da Trindade Boa Morte

Ekneide Lima dos Santos

Elísio Osvaldo Espírito D'Alva Teixeira

Esmael da Glória Espírito Santo

Flávio Pires Mascarenhas dos Ramos

Idalécio Augusto Quaresma

Jorge Sousa Ponte Amaro Bondoso

José António do Sacramento Miguel

Levy do Espírito Santo Nazaré

Mário Fernando de Jesus Rainho

Orlando Borges da Mata

Paulo Jorge Carvalho

Sebastião Lopes Pinheiro

Silvestre Moreno Mendes

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José da Costa

Amaro Pereira de Couto

Américo Cravid Pereira Pinto

Ana Isabel Meira Rita

António das Neves Sacramento Barros

António Quintas do Espírito Santo

Arlindo Barbosa Semedo

Cílcio Sodjy da Vera Bandeira Pires dos Santos

Cristina Maria Fernandes Dias

Danilo Neves dos Santos

Deolindo Luís da Trindade da Mata

Hélder dos Santos Ceita Joaquim

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Jaime Pires Sequeira de Menezes

Jerónimo Lima Pires Quaresma

José Rui Tavares Cardoso

Leonilda Maria Trovoada de Andrade Pires dos Santos

Maiquel Jackson do Espírito Santo

Manuel Vicente

Maurício Vera Cruz Afonso Rita

Paula Maria Fonseca Tavares

Raúl do Espírito Santo Cardoso

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Arlindo Vicente de Assunção Carvalho

Danilson Alcântara Fernandes Cotú

Delfim Santiago das Neves

Jamiel Joana Segunda

Felisberto Fernandes Afonso

Movimento de Cidadãos Independentes (MCI)

António dos Reis Faleiro
Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

Não está na Sala a Sra. Vice-secretária. Sendo assim, convido o Deputado mais novo, para ocupar o lugar.

Entretanto, assumiu o lugar de Vice-secretário o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

Regista-se na Sala 50 Deputados.

Antes de retomarmos os nossos trabalhos, gostaria de pedir, mais uma vez, a indulgência das Sras. e Srs. Deputados para a questão dos telemóveis. Ontem, as chamadas telefónicas estavam a impedir os nossos trabalhos. Eu não quis interromper, mas nós, logo no início, havíamos decidido que todos pusessem os telemóveis em silêncio ou em modo voo, durante as sessões plenárias.

Todos tivemos de acordo, mas ainda existem pessoas que insistem em manter os seus telemóveis com som muito alto. Isto incomoda e interrompe os nossos trabalhos.

Também dissemos na altura que, se quisermos resgatar a imagem da Assembleia, temos que ver a forma como devemos nos apresentar relativamente à indumentária, para as sessões plenárias. Estivemos todos de acordo, no entanto, um ou outro deputado não tem estado a seguir a norma que nós próprios decidimos.

Vamos tolerar hoje, mas, sendo uma decisão do Plenário, espero que nas próximas sessões cada um, sendo adulto e responsável, cumpra com os seus deveres e direitos.

Ontem, quando encerramos a sessão, havia ainda cinco Deputados inscritos, para além de um pedido de protesto. Gostaria de saber se os Srs. Deputados mantêm as inscrições, para iniciarmos com esses inscritos, ou se iniciaremos uma nova inscrição, após a presença dos membros do Governo na Sala. Temos o protesto do Sr. Deputado Abnildo, Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD): — Interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Quintas.

Desculpe, Sr. Deputado, fui informado de que os microfones da Mesa não estão a funcionar. Temos que falar, hoje, todos no Púlpito, salvo se quiserem falar em *off*.

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD): — Refiro-me à qualidade dos sinais que estão a chegar aos nossos radiouvintes.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado António Quintas.

É por esta razão que se fez a substituição dos microfones. Desligou-se os microfones das mesas, portanto, hoje, vamos falar no púlpito, para que o som chegue com melhor qualidade aos nossos ouvintes.

Portanto, estava eu a perguntar se os Srs. Deputados que estavam inscritos, ontem, se mantêm a sua inscrição ou se vamos iniciar com uma nova inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira, Líder Parlamentar do ADI, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, ontem, no fim dos trabalhos, decidimos continuar com os trabalhos hoje. Na retoma, os inscritos deviam manter-se, porque tendo em conta o tempo, não concluímos ontem.

Eu não sei se aquilo que está no quadro corresponde ao tempo de hoje, somado com o tempo de ontem, porque a reunião de ontem não iniciou às 9 horas, como tinha sido agendado. Pelo que é necessário que adicionemos esse tempo ao tempo dos respectivos grupos parlamentares.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Para cada sessão plenária há um tempo que é distribuído, se conseguirmos iniciar no tempo estabelecido, mas é preciso saber que às 8 horas e 50 minutos os serviços alertam os Deputados, para estarem na Sala às 9 horas. Quando eram 9 horas e 45 minutos, ainda não tínhamos a Sala repleta ou com quórum, para iniciar os trabalhos. No entanto, se o Plenário decidir que se adicione o tempo de ontem ao de hoje, a Mesa não se opõe. Submeto à apreciação dos Srs. Líderes Parlamentares.

Regimentalmente, cada sessão plenária tem um tempo distribuído. No entanto, se o Plenário assim deliberar, é soberano.

Vai falar em nome do grupo parlamentar?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Cassandra Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — *Falou fora do microfone.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não se trata de uma questão de combino, de maioria ou não. Todos os grupos parlamentares precisam de tempo e todos o tinham. Não se trata de beneficiar ou prejudicar o outro. Todos tinham um tempo, ontem. Portanto, é uma questão de bom senso. Desde que o Plenário decida, assim a Mesa fará.

Já ouvimos o pronunciamento do Grupo Parlamentar do ADI.

Já se adicionou o tempo? Este é o tempo de ontem: o ADI tem mais 26 minutos, o MLSTP/PSD tem 46 minutos, a Coligação PCD/MDFM-UDD tem 10 minutos, os Deputados do MCI têm 5 minutos e o Governo tem 44 minutos. A Mesa não se opõe que se adicione este tempo a cada um dos grupos. Agradeceria que os Serviços adiciassem o tempo a cada um dos grupos, na certeza, porém, de que às 16 horas e 30 minutos encerraremos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, ontem, antes de terminarmos o trabalho, havia vários deputados inscritos, sobretudo os do ADI. Na sequência da intervenção do Líder Parlamentar da Coligação, eu fiz um protesto. Antes de encerrar a sessão, as pessoas que nos seguem fora da Assembleia ouviram o Sr. Presidente dizer que o tempo restante seria adicionado hoje. Foi a palavra da Mesa.

Outra situação é que o início da plenária está marcado para as 9 horas. O Grupo Parlamentar do ADI esteve cá a horas, mas apenas este grupo não faz quórum. Então, a culpa da falta de quórum não pode ser imputada ao Grupo Parlamentar do ADI. Logo, se a plenária não inicia às 9 horas, não pode terminar às 16 horas. Se começarmos às 9 horas, terminaremos às 16 horas.

O Sr. **Presidente**: — Faça a proposta, Sr. Deputado.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Se começarmos às 10 horas, temos que terminar às 17 horas. Por esta razão, Sr. Presidente, a nossa proposta é que se cumpra o tempo estipulado para uma reunião plenária. Não é chegarmos às 16 horas e termos que terminar, porque está marcado e não iniciamos na hora acertada nem agendada. Mais simples que isso não existe.

Sr. Presidente, defendemos sim que devemos adicionar o tempo reservado à reunião de hoje ao tempo que sobrou ontem, porque a culpa não é nossa.

O Sr. **Presidente**: — Eu não entendi a sua proposta. Assim, voltamos à estaca zero. Cumprir o tempo de uma reunião plenária, é o que está estabelecido. Das 9 às 16 horas e 30 minutos, com um intervalo de uma hora, perfaz seis horas e meia. Mas se adicionarmos o tempo de hoje e a diferença de ontem, ultrapassará o tempo da reunião plenária.

Murmúrios.

É esta proposta que eu gostaria que fizesse. Dizer que, ao invés de encerrarmos às 16 horas e 30 minutos, que fosse às 20 horas. Esta é uma proposta concreta.

Qual é a proposta concreta, Sr. Deputado? 17 horas e 30 minutos ou 18 horas e 30 minutos?

Qual é a apreciação dos Srs. Líderes Parlamentares? Há uma proposta para que se adicione o tempo de hoje aos restantes de ontem. Tirando a média, irá dar 45 minutos. Neste caso, seria 17 e 15 ou 17 e 30.

Estão de acordo que seja 17 horas e 30 minutos?

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Carvalho.

O Sr. **Arlindo Carvalho** (PCD/MDFM-UDD): — Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Quando cheguei aqui nesta Sala, vi dois deputados do MCI. Dizer que se está na Assembleia não significa nada, quando a sala está vazia. Só há quórum se os deputados estiverem na Sala. Podiam até estar aqui, mas não estavam na Sala. Quando se anota a presença dos deputados, verifica-se os que se estão na Sala. Realmente, às 9 horas e 40 minutos, não estavam na Sala, não havia quórum.

O meu apelo é que as pessoas entrem a tempo. Se realmente é o tempo que nos preocupa, não percamos tempo com questões frívolas. O importante não se está a discutir.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Carvalho.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, tomo a palavra, para exprimir a opinião do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD. Propomos fixar o término dos nossos trabalhos às 16 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, submetendo à votação, tendo o Grupo Parlamentar PCD/MDFM-UDD sugerido 16 horas e 30 minutos e o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD a mesma hora, quer dizer que na votação será igual. Logo, qualquer proposta do ADI será chumbada, pelo que nos

submeteremos à vontade da maioria, mesmo contra a nossa vontade, porque a reunião inicia-se às 9 horas e termina às 16 horas e 30 minutos. São 6 horas de trabalho. Iniciarmos às 10 horas e terminarmos às 16 horas e 30 minutos, não são 6 horas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Líder Parlamentar do ADI.

Não vamos perder mais tempo com esta questão. Pode-se adicionar o tempo de cada um, que saberá aproveitar melhor o seu tempo e, quando for 16 e 30, encerraremos os trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. O meu protesto não é a questão de adicionar ou não o tempo. Para mim o mais importante não são 6 horas no trabalho, mas 6 horas de trabalho.

Venho protestar, porque repetidamente o nosso colega Carlos tem utilizado uma linguagem agressiva, dizendo textualmente «estamos onde?» Já foi aconselhado que nós, como elementos do povo e pais de família, devemos ter uma linguagem decente, principalmente quando nos dirigimos ao público. Por isso, aconselho o meu colega Carlos, porque estamos aqui a discutir, para encontrar um modo de entendimento, para evitar, porque isto espreita outras pessoas. É natural, aqui é Casa Parlamentar, discute-se o que se acordou ontem e hoje, é legítimo, mas é necessário revisitarmos a questão da linguagem.

Entretanto, assumiu à presidência o Sr. Vice-Presidente, Guilherme Octaviano.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Octaviano): — Para darmos continuidade aos nossos trabalhos, convido através dos Serviços, Sua Excelência o Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental.

Pausa para a entrada do Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Delfim Neves.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, bom dia. Vamos retomar a lista de ontem, com os Srs. Deputados inscritos: Manuel Vicente, Abnildo d'Oliveira, António Barros, José António Miguel e Carlos Correia. Todos mantêm as inscrições?

Vozes: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Sim. Muito obrigado.

Mas antes há um protesto. Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, mantém o protesto?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, antes de iniciar o meu protesto, gostaria de fazer um pedido à Mesa. Estou inscrito para uma intervenção, o meu pedido é depois do protesto. Permita-me usar da palavra.

O Sr. **Presidente**: — Não. De momento, faça apenas o protesto, porque há outros deputados inscritos.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (AID): — Sr. Presidente, o meu protesto tem a ver com a declaração do Sr. Líder do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD que, no uso da palavra, disse aquilo que eu não disse. Disse que eu teria rogado pragas ao Governo. É o que eu não disse. Disse que na minha intervenção desejava mal ao Governo. Não disse, não desejei e não desejo. Desde a primeira hora, eu disse, em meu nome pessoal e no do meu Grupo Parlamentar, que tudo que o Governo fizer de bem estaremos cá para apoiar, porque vai fazer de bem aos são-tomenses e nós também beneficiaremos. Tudo que o Governo fizer de mal, vai prejudicar-nos. Se o Governo tiver uma linha orientadora, uma política que, na nossa lógica, não vai ao encontro da população, aqui, enquanto representante do povo, devemos assinalar que este caminho vai nos conduzir ao mal. Foi este o discurso, esta intenção, não mais que isto. As medidas de políticas escolhidas pelo Governo, a atitude e o discurso do Governo, na nossa opinião, 2019 será um ano difícil para todos os são-tomenses. Foi isso que eu disse. Logo, não é desejar mal ao País. Isto é ser realista, tendo em conta que estamos num período difícil e que a nível internacional as ajudas públicas ao desenvolvimento tendem a baixar.

O Sr. **Presidente**: — Já terminou o seu tempo.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Ok, eu termino.

Gostaria de dizer ao Sr. Líder Parlamentar que disse se errar, que seja desculpado, portanto senhor errou e está desculpado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Vicente.

O Sr. **Manuel Vicente** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Tomo a palavra neste púlpito, em primeiro lugar, para felicitar o Sr. Primeiro-Ministro pelo Orçamento para 2019 e também felicitá-lo pelo balanço que fez dos 100 dias de governação.

Em 100 dias o Sr. Primeiro-Ministro só ficou fora do País 8 dias. Como o Governo deve deixar marcas nestes 100 dias, o Sr. Primeiro-Ministro deixou uma marca muito importante, que deve ser registada em todo o País, e não só.

Justificou o valor da viagem a Etiópia e também a Angola. Seria bom que os órgãos de soberania também seguissem este caminho.

Eu dei uma vista de olhos neste Orçamento e para a agricultura foi colocada uma fatia bastante importante, se calhar nunca visto neste país, em termos percentuais, 12%. Isto é bom sinal, espero que vamos dar grandes passos para o desenvolvimento da nossa agricultura.

Outra questão, pude observar que em algumas rubricas, reabilitação de algumas casas comboios e também algumas pistas rurais, é bom dizer que devemos dar, Sr. Primeiro-Ministro, um pouco de esperança às zonas rurais. O desenvolvimento não se faz apenas nas cidades e vilas. É bom levar isso às comunidades rurais, onde as pessoas têm grandes dificuldades. É verdade que devemos também ver melhor as nossas cidades, porque passando pela marginal, perto da Rádio Nacional, até parece que São Tomé saiu de uma guerra. Os muros estão todos com fissuras, há uma degradação muito avançada da nossa marginal.

Depois para dizer que eu registei com muita atenção as palavras do Sr. Ministro das Finanças, em relação às dívidas. É preciso peneirar bem essas dívidas. Temos boas dívidas. Há também dívidas que, a meu ver, não são boas dívidas. Quando se contrai uma dívida para construir escola, estrada e hospital, claro que o povo ficaria satisfeito com isso. Mas fazer dívidas nos bares e em viagens, não são boas dívidas. Essas dívidas deviam ser peneiradas, para chamarmos a atenção das pessoas que, à sua revelia, fazem dívidas sem o consentimento da Assembleia ou do povo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, bom dia.

Tenho vários assuntos a colocar, mas serei sintético.

Primeiro, voltando à questão da dívida, Sr. Primeiro-Ministro e Sr. Ministro das Finanças, fizemos um exercício, ontem, bom, com várias intervenções, mas o Governo está a desviar nas suas respostas.

O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul não está a discutir muito bem o Orçamento, senhores. Está mais a fazer política, porquê?

Vamos falar das dívidas. Eu não sou especialista na área da fiscalidade, mas daquilo que dizem os conhecidos em matéria de direito fiscal. Tudo que é dívida do Estado deve constar na lei orçamental. Estamos a discutir a lei do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2019, logo, é a lei e os seus anexos. Tudo que está neste documento aprovado pela Assembleia Nacional é que constitui oficialmente a dívida do Estado e tudo que não estiver cá não é dívida do Estado. Logo, o que temos cá, Sr. Ministro das Finanças, é este documento que será depois distribuído, exibido por todos os organismos, inclusive, os nossos parceiros. É este documento que contará depois da sua aprovação. Logo, o que contará são esses números. Eu não vejo a dívida de 500 milhões, vejo 300 milhões. Quando falamos dos 300 milhões de dívida do Estado, é necessário dizer que, em 2013, eram 230, em 2014, 240, estou a falar em números redondos, em 2015, 270, em 2016, 278, em 2017, 291, em 2018, 96.

Uma voz: — Aí é?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Se estamos a falar...

Uma voz: — 2018, 90?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Estou a falar em números redondos. De 2014 para 2019, se nós fizermos as contas, vamos ver quanto é que o Governo contraiu. E disse o Deputado que me antecedeu que há a questão de boa dívida e a questão de má dívida. Se o Governo endividou, para fazer escolas... eu ouvi a Sra. Ministra da Educação, na altura do debate sobre o Estado da Nação, dizer que há uma dívida sobre os Liceus de Guadalupe e Mé Chinhô, é boa ou má dívida?

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Já foi dito que é boa!

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — É boa dívida. É um dos exemplos. Logo, quando colocamos a questão de dívida aqui, o Governo tem uma oportunidade para dizer ao povo aquilo que é verdade. Vamos deixar de campanha.

A minha preocupação sobre a dívida tem a ver com a questão de curto prazo. Temos uma dívida a curto prazo, a pagar, neste caso, à República Federal do Brasil. E isso vai sair dos bolsos de cada são-tomense. A curto prazo, eu não sei quando é que começa. Gostaria que o Governo nos dissesse quando é que se inicia o pagamento. Essa dívida do Brasil, em que se circunscreve? Faz referência a STP-Trading, que nós hoje não sabemos, realmente, quem usou esse dinheiro. O Estado não sabe, os representantes do povo não sabem. O povo não sabe, mas o povo vai pagar cada tostão!

Portanto, eu gostaria que o Sr. Ministro das Finanças nos esclarecesse esta questão da dívida do Brasil, a que se deve, a que linha de crédito.

Portanto, a questão de deslocação, o Governo defende, e muito bem, quanto à questão de gestão de recursos e diminuição de despesas. Sr. Primeiro-Ministro, se é, de facto, a intenção do Governo diminuir as despesas, para termos mais receitas para satisfazer a população, ficamos satisfeitos e felicitamos Vossa Excelência e o seu Governo por isso. Acontece que, neste documento, as despesas com viagens estão acima, em termos comparativos, muito maior do que as do ano passado. São números, Sr. Ministro, não podemos dizer que vão pagar as dívidas.

O subsídio de viagem, quando se dá o *per diem* aos dirigentes, esse subsídio é gasto. Não pode constituir dívida, para não dizerem que vão pagar mais uma despesa. Mesmo os bilhetes de passagem, pode acontecer uma ou outra situação, mas não corresponde a este montante que os senhores descreveram ou descrevem aqui neste documento que vão pagar. Portanto, é um contra-senso dizer uma coisa e fazer outra.

O Governo está a aumentar verbas com viagem e depois para vir dizer que está em medidas de contenção. Portanto, aqui é um contra-senso que o Governo precisa, devidamente, especificar e eu peço ao Sr. Ministro das Finanças que venha explicar tecnicamente e não politicamente.

O Governo fala que tem um apoio, ou melhor, que vai diminuir a taxa de bebidas alcoólicas. Sra. Ministra da Justiça, eu quero felicitar Vossa Excelência, pela sua intervenção de ontem. Teve a coragem de dizer a verdade. Neste país, muitas vezes, quando falamos a verdade, somos crucificados. A questão do consumo excessivo de álcool é uma questão que coloca em risco a saúde pública de todos os são-tomenses. Quando o governo anterior chamou atenção que o excesso do consumo de álcool prejudica a saúde, falou noutros moldes, é verdade, muita gente caiu em cima.

A Sra. Ministra da Justiça, antes da função que exerce agora, na altura, veio a alertar sobre isso. É preocupante! Ontem, a senhora foi corajosa ao dizer isso. Penso que é assim que devemos fazer e dizer a verdade, mas quando o Governo vai baixar o imposto sobre o consumo de bebidas alcoólicas, em 50%, eu quero perceber, para manter o nível de receitas a arrecadar, que medidas de compensação foram ou serão tomadas?

Portanto, Sr. Ministro, eu vou ficar por aqui, mas quanto à questão da dívida, que fique claro, é este mapa, a Televisão que faça um zoom na câmara, que está aqui explanado no Orçamento Geral do Estado.

Uma voz: — Não faça!

Uma voz: — Não faça, como?

Uma voz: — Eu disse para não fazer!

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — E não há quinhentos, não há seiscentos, não há setecentos. Obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.
Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Um bom dia a todos cá presentes.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, povo de São Tomé e Príncipe, em geral, e em particular da Região Autónoma do Príncipe, mais uma vez, estou cá para a defesa, não só, mas especialmente do meu Príncipe. Eu sinceramente fico sem compreender. Desde ontem, estivemos aqui a falar de números, de dívidas e o que me parece é que, de forma irónica, algumas pessoas se preocupam com as dívidas, mas muitas delas ajudaram o chefe a contrair essas dívidas, nos últimos 4 anos, o que deixou o País desgraçado, da forma como está. É necessário que se diga isso claro.

Quero felicitar o Governo por isso, toda a gente que tem estado a assistir o debate, desde ontem, tem notado a diferença. Os deputados colocam a questão, o Governo está disponível a responder, várias vezes, não tem fugido às questões. No passado, não era assim! Tínhamos um governo, um primeiro-ministro que ignorava os deputados. Fazia-se perguntas, não havia resposta.

O Governo tem estado a responder até casos de alunos «tripetentes», que só entendem pela terceira vez. O Governo tem tido a paciência de responder pela terceira vez. Isto é muito importante.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — É qual aluno?

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro das Finanças, eu, ontem, ouvi uma frase sua que me deixou satisfeito e ao mesmo tempo preocupado. As dívidas sem fundamentos e sem justificações serão entregues ao Ministério Público. Isto deixou-me satisfeito, mas a minha preocupação é: qual Ministério Público?

Ouvi aqui também, ontem, reclamações de que o Governo está a pressionar o Ministério Público para fazer isso ou aquilo. Falaram do Primeiro-Ministro, porque o Governo não deve pressionar o Ministério Público. Eu também não sei, não compreendo por quê que ninguém sente a coragem de dizer à Procuradoria-geral da República que também não está no bom caminho, deixando todo o tipo de processo adormecido. As consequências estão à vista.

O Príncipe vai sofrer também a consequência da má governação do anterior governo, concretamente na questão da EMAE. O processo que entrou, morreu, da mesma forma que dizem que o Governo não pode pressionar o Ministério Público. Agradeceria que essas pessoas pressionassem o Ministério Público a dar uma solução sobre a questão da EMAE. O Príncipe, à semelhança de São Tomé, no passado, corre o risco de entrar também na escuridão. Neste momento, já não temos energia 24 sobre 24 horas.

Vozes do ADI: — Kêi, já?

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Não, não temos! Depois vocês vão saber o porquê. Os Srs. Deputados do ADI que agora estão a dizer já depois vão saber o porquê, porque a culpa foi vossa. Vou explicar, é melhor ficarem sossegados, porque ainda não terminei.

Portanto, falou-se aqui que o Director-geral da EMAE do anterior governo havia levantado uma verba, de quase 2 milhões de euros, para pagar a manutenção dos geradores. Da mesma forma como não pagou, em São Tomé, também não pagou no Príncipe. A EMAE, neste momento, tem uma dívida gorda com a CIEM que dá manutenção aos geradores no Príncipe. Por isso, estamos com grupos parados e grupos quase a parar. Então, os Srs. Deputados agora já sabem por que é que o Príncipe vai entrar na escuridão? Ou é preciso repetir? Portanto, a má gestão da antiga direcção da EMAE, que fez desaparecer com o valor, tem hoje o Príncipe à beira da escuridão.

Por isso, quando o Sr. Ministro fala-me do Ministério Público,...

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Pagar energia?

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — ...esta é a minha preocupação. O que é que o Ministério público vai fazer, o que é que está a fazer?

Eu peço ao Sr. Ministro das Obras Públicas para nos dar aqui um esclarecimento sobre em que pé está este processo de inquérito e investigação do processo da EMAE, que está no Ministério Público.

Voz do ADI: — Se está no Ministério Público, ele não pode falar.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Já era tempo suficiente para se pronunciar, porque a coisa morreu, mas não pode morrer. Eu já tinha dito isto ao Governo. O Governo tem que, de facto, solicitar ao Sr. Procurador-Geral da República se ele quer colaborar, para que se esclareça as coisas, ou se ele quer matar tudo e deixar o País como está.

Bem, Sr. Ministro, peço-lhe muita atenção, porque a qualquer momento o Príncipe pode entrar na escuridão.

Uma outra questão, segui atentamente, ontem, a resposta que o Sr. Ministro das Infra-estruturas deu, em relação à questão que havia levantado sobre a ligação marítima, falou a verdade. Eu também tenho seguido a actuação do IMAP, dos homens que dão saída ao barco na Capitania, o cuidado que têm tido para evitar que, de facto, aconteça acidentes. Portanto, pessoalmente, já presenciei. Eles chegam, mandam parar o carregamento, mandam tirar, quando está muito carregado. De facto, têm feito um bom trabalho a esse nível, mas não era propriamente o que eu havia levantado. A questão, não sei se fiz bem entender ao Governo, a questão que eu havia levantado era a seguinte: há um problema grave de ligação marítima, como eu havia dito ontem, o preço que se pratica na ligação aérea não facilita essas pessoas, a via é a ligação marítima, mas mesmo a ligação marítima tem tido muitos constrangimentos, sobretudo quando se trata de transporte de passageiros. Nem todos os navios que temos agora a operar estão em condições de transportar passageiros. Mas existem. Nesse momento, o Governo, através do sector próprio, pode identificar os navios que estão em condições de garantir o transporte das pessoas e de bens, em segurança. Não existe segurança total, mas em mais de 90%. O que é que acontece? É esta a questão que eu queria, ontem, fazer o Governo entender mas, se calhar, não consegui. Esses navios têm tido problemas de rentabilidade. Por isso, não têm feito essa ligação regular. O que eu quero que o Governo faça para o bem, sobretudo das pessoas que vivem no Príncipe, que padecem com esta falta de meio de transporte, é o que no passado já se falou. Que haja um acordo entre o Governo e estas agências que têm bom barco, que garantam de facto essa ligação. Que seja um acordo em que nem o Governo nem os armadores fiquem a perder, mas sim que a população do Príncipe é que fica a ganhar.

Tenho conversado com os armadores do navio, há uma questão de excesso de cobrança que se faz ali, que não lhes permite ter rentabilidade e eles vão-se desviando da rota, porque é um negócio. O navio, se não ganha dinheiro, não pode continuar a funcionar. Nesse momento, por exemplo, nós não temos. Temos o navio Príncipe, o Anfitri, que o Sr. Primeiro-Ministro está a perguntar, está ausente do País, neste momento, e informações que tenho, sem data de regressar, justamente por isso que eu acabei de dizer. Não está a ter rentabilidade e foi para a República dos Camarões à procura de rentabilidade. É o maior barco que temos e com as condições que toda a gente já sabe. Temos também o navio Príncipe, que foi construído para o efeito, transporte de passageiro e de combustível, mas também tem tido o mesmo problema de rentabilidade, devido às características do navio. É um navio que gasta muito e também tem estado a ser sufocado por esta questão de muito pagamento. E também chega aqui em São Tomé, demora, às vezes. Portanto, é necessário que o Governo entre em contacto com esses armadores, para saber, porque o Governo, nesse momento, não conseguirá resolver o problema de fundo. Então, através desses navios, pelo menos minimizar, para que haja uma ligação regular a nível da ligação marítima. Posso avançar ao Governo, com toda a certeza, porque isto me preocupa muito, que dentro de pouco tempo vai falhar o combustível no Príncipe. Não vai haver gásóleo, gasolina, por causa dessa questão de ligação marítima. É bom que isso não aconteça.

Havia uma promessa do anterior governo, feita aqui neste púlpito, de transformar alguns navios em navios de utilidade pública. São navios que iam ter compromisso com o governo, para garantir a ligação. Não se fez e isto está assim.

Por isso é que eu peço ao Governo para ver essa questão, atentamente, porque, como já disse, muita gente depende disso. As pessoas estão desempregadas, fazem os seus pequenos negócios, o que também é bom para o Governo, porque se uma pessoa está bem no seu negócio, não incomoda o Governo com o problema de emprego. Portanto, é essa questão que me aflige e que eu peço ao Governo que dê uma atenção, enquanto não tenha solução de fundo para o problema de ligação marítima, para que, no mínimo, haja barcos com condições que possam garantir essa ligação.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado António Barros.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e outros membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Eu gostaria de dizer que nós acompanhamos com atenção as respostas, ou pelo menos a tentativa do Governo, em responder às nossas questões, mas de facto o que se verificou é que algumas questões ficaram por responder, ou seja, as respostas não convenceram.

Não sei se se trata de aluno repetente ou tripetente. O feedback que temos, eu particularmente, falei do sector privado, em que o Governo disse, bem ou mal, que carece de apoio, porque é necessário apoiar o sector privado. Eu perguntei, como é que o Governo pretende fazer isto? A única coisa que o Ministro das Finanças, salvo erro, me disse ou disse aqui aos Deputados, é que os bancos comerciais que nós temos, que podem oferecer alguma garantia, é o BGFI e o BISTP, mas não disse de concreto o que pretende fazer. Não tendo condições junto dos bancos comerciais em São Tomé, não sei se consegue, pelo menos, por via da cooperação bilateral, encontrar uma forma de apoiar o sector privado, mas é verdade que o feedback que temos do sector privado, e que Vossas Excelências falaram bastante, é que era preciso que o Governo esclarecesse o que é que pretende fazer para alavancar, ou seja, para ajudar o sector privado.

Essa resposta, do meu ponto de vista, não foi muito clara.

E também, quero dizer que o Governo, durante muito tempo, mesmo antes de Sua Excelência assumir a função de Primeiro-Ministro, já dizia que iria baixar os preços do passaporte, mas nós gostaríamos de saber, já que estamos a discutir o Orçamento, como é que fica, ou se ficou só por campanha. O Governo pretende baixar os custos com o passaporte?

Outra questão, referiu também à questão de energia, que é muito cara. Era preciso que se fizesse alguma coisa, porque a nossa população não tem rendimento que lhe permita pagar a facturação de energia. O Governo também disse que ia baixar o preço de energia. Nós queremos saber se, de facto, o Governo continua com a intenção de baixar o preço de energia e do passaporte, ou não.

Há alguns compromissos do anterior governo, com extensão de rede de energia eléctrica a algumas localidades. Não sabemos se o Governo pretende continuar esse compromisso. Tivemos localidades muito próximas. Quem conhece, por exemplo, a Trindade, sabe que Santy, que é muito próximo da Trindade, não tinha energia, e o nosso governo conseguiu levar lá energia, quer dizer, a rede de energia eléctrica. Por isso, é preciso saber, de facto, se o Governo pretende melhorar, ou seja, continuar a levar energia, que é um bem precioso, como já dizia um deputado aqui, a essas localidades.

Por enquanto, é só isso que se me oferece dizer.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado José António Miguel.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Cassandra Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sua Excelência Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, mais uma vez, caros colegas: Desejo um bom dia de trabalho a todos, neste segundo dia da discussão deste importante documento para o País.

Bem, rapidamente, Sr. Presidente, eu gostaria de fechar o meu capítulo, em termos daquilo que se terminou ontem, no que se refere à dívida pública. Fechar, para poder não concordar com o Sr. Ministro das Finanças, e para dizer que faltou com a verdade.

Eu falei da Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE) e falei de três rubricas que, na minha óptica, sofreram aumentos. Uma percentagem, cerca de 40 e tal por cento, e o Sr. Ministro disse que tinha dívidas do governo anterior a nível dos bilhetes de passagem. Pergunto ao Sr. Ministro: os subsídios que estão cá que também aumentaram em quarenta e tal por centos os subsídios de viagem e de deslocação, também é dívida? São subsídios que, quando se estipula por um determinado tempo...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, estamos a discutir o Orçamento na generalidade. Peço desculpa, já disse isso várias vezes, fale na generalidade. Esta questão será tratada na especialidade.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sim, eu entendo, Sr. Presidente. Rapidamente, só para dizer, Sr. Presidente, que a Tabela de Operações Financeiras do Estado deve ser discutida no âmbito da generalidade. É um documento que vem para nós sabermos quais são as receitas que o País vai arrecadar. Assim, resumidamente, qualquer pessoa que pega no Orçamento já sabe quais são as despesas que o Governo vai fazer. Daí para dizer que o Sr. Ministro das Finanças faltou à verdade. Suponhamos que haja dívidas com a questão de bilhete de passagens e subsídios. Não vi nenhum governo fiar subsídios para o deputado levar na sua viagem. O que eu queria dizer, Sr. Ministro, é que há uma incongruência em relação àquilo que o Sr. Primeiro-Ministro falou.

Disse que iria reduzir as passagens, até com bom grado, que os ministros iriam viajar na classe económica e nós vemos aqui um aumento significativo de 47% dessas despesas. Quer dizer, é uma incongruência, falta de coerência naquilo que diz ao povo e naquilo que elencou aqui no Orçamento Geral. É só disto que eu estou a dizer. Exijo uma explicação.

Rapidamente, ainda no capítulo da dívida, o Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças, todos nós sabemos que a Direcção das Finanças tem um sector que trata das dívidas, funcionários que são remunerados pelo Estado para tratar das questões das dívidas.

Não é admissível que o Sr. Primeiro-Ministro traga documentos para esta augusta Assembleia, com dados ainda que não sabe. Pergunto ao Sr. Primeiro-Ministro, há alguma intensão de arranjar outras dívidas para aglomerar ao Estado? Há alguma intensão de haver dívidas ocultas, que querem ganhar tempo para introduzir como dívidas do Estado? Esta é que a questão que paira na minha cabeça e é preciso que se esclareça!

Ainda para fechar o capítulo da dívida, nós ouvimos as pessoas falarem ao público que o País tem dívidas. O meu colega Líder do Grupo Parlamentar acabou de explicar, muito resumidamente, as dívidas a partir do ano 2013. Se for pra falar das dívidas dos anos anteriores, podemos falar. Aquelas que foram perdoadas, também podemos falar.

Eu queria dizer, para que as pessoas lá em casa percebessem. Dívidas, gente, fizeram-se obras, que eu saiba, pelo que eu vi neste país.

O Sr. Primeiro-Ministro disse que andou no País de lés-a-lés. Errou quando disse que andou de Caué a Pagué. Hoje já não é Pagué, mas sim, andou de Caué à Região Autónoma do Príncipe. O Sr. Primeiro-Ministro andou e certamente deve ter visto obras que constituíram dívidas que o anterior governo fez e que os outros governos devem ter feito. Daí que, essa questão da dívida é uma falsa questão. Venham falar-me, por exemplo, da dívida. Nós sabemos que o XVI Governo foi o único que teve a coragem de assumir algumas dívidas, para que o Príncipe hoje tivesse a energia 24 sobre 24 horas, que Príncipe hoje tivesse a estrada da cidade de S. António, como está, para que o Príncipe hoje conhecesse algumas melhorias. Não estou a dizer que todos os problemas do Príncipe estão resolvidos. Inclusive, no início da Legislatura passada, o governo anterior teve a coragem de comprar cinco barcos, dois estipulados para o Príncipe e outros para os militares.

Murmúrios e risos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Infelizmente, a gestão foi infeliz, na atribuição da gestão desses barcos, mas teve a coragem, e comprou dois novos barcos. Comprou não, recebeu de oferta até. Disse aqui ao público que os barcos custaram zero, ao contrário daquilo que custou o barco Príncipe, duzentos e tal mil euros, e puseram uma dívida pública de 350 000 euros. Ele não, foi honesto e disse: «eu recebi cinco barcos de oferta, para resolver os problemas». Se os senhores querem para a gente falar, vamos falar! Somos todos de São Tomé e Príncipe e aqui é para a gente falar. As pessoas dizem que é dívida, a estrada de Santo António do Príncipe custou 6 milhões de dólares.

Ao governo do Primeiro-Ministro Rafael Branco, o Governo Regional colocou esta questão. Ao governo do Primeiro-Ministro Gabriel Costa também foi colocado esta questão. Todos fugiram à dívida. O único indivíduo que se pintou de preto e se crucificou foi Patrice Trovoadá. Hoje a obra está feita. Assumiu outras dívidas ao nível da energia. Srs. Deputados, São Tomé e Príncipe andou 539 anos às escuras. Desde 2015

que o Príncipe tem energia 24/24 horas. Graças a quem? Ao Patrice Trovoadá. Os senhores pintaram-no de preto e vêm falar de dívidas! Quer dizer, o Príncipe também não pode ter dívidas? O único Primeiro-Ministro que entendeu a política dessas duas ilhas irmãs foi Patrice Trovoadá. Digam o que disserem, eu também não sou parvo nenhum, desculpem-me a expressão, porque eu sei perfeitamente...

Murmúrios dos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Correia, modere a linguagem!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — ...Ok, Sr. Presidente.

Eu sei perfeitamente o que constituiu a dívida na ilha maior. Aqui na ilha maior, vimos o governo de Patrice Trovoadá, foi a primeiro governo em pouco espaço de tempo, comparando com o do ano anterior que, em 4 anos de governação, construiu um liceu. Tomou compromisso com as empresas, endividou-se, para construir estradas que nós precisamos. Foi o primeiro governo que investiu, tomou conta daqui e acolá e fez a dívida com a Mota-Engil. Temos dívidas com a Mota-Engil, mas ao nível de São Tomé temos grande tanque de reservatório de água. É dívida! O povo tem que saber essas coisas. É dívida!

No Príncipe, temos outras dívidas que o governo anterior assumiu, para ver se as coisas andassem no País. É normal! Nós estamos preocupados para que não haja dívidas ocultas de facto, porque nesse tempo todo há um gabinete de estudo. Por quê não sabemos exactamente qual é a dívida? Essa é a minha preocupação, Sr. Primeiro-Ministro.

Daí que, deste senhor, eu uso a expressão «o diabo não é tão feio com se lhe pinta». Afinal de contas o homem é bom, ele fez para o País, esforçou-se! Mas só pegam na parte de viagem, viagem, viagem. Está aqui o resultado da viagem. Os subsídios de viagens aumentados em 47%. Como vocês disseram que vão cortar nas viagens, estão a enganar o povo. É preciso dizer ao povo a realidade. Para mim, o capítulo das dívidas fechou.

Tenho mais informações ao nível da área da Saúde, da Educação, posteriormente também vou falar um bocadinho, mas já não vou entrar mais. Para mim, o capítulo da dívida fechou.

Sr. Primeiro-Ministro, tenho um grande receio por si.

Risos.

Sr. Primeiro-Ministro, tive a oportunidade de ler as GOP e o OGE para o Ano Económico de 2019 e é com muita pena que lhe digo que há muita incoerência, volto a frisar essa palavra. Pode ser que o Sr. Primeiro-Ministro não tenha tempo suficiente para enquadrar as coisas, mas que há de facto muita incoerência. A ver vamos! Há tempo para corrigir.

Na altura da aprovação do Programa do Governo nesta augusta Assembleia, o Sr. Primeiro-Ministro terá, com certeza, ignorado, se eu estiver errado me corrija, o discurso da declaração política do meu Líder Parlamentar. Sr. Primeiro-Ministro, quando tiver tempo, irei dar-lhe essa resposta. Foi uma declaração política que se falou de todas as acções importantes que se fez e deixou pistas para que pudesse dar seguimento.

O Sr. Primeiro-Ministro é uma pessoa didáctica e, se pegar nesse documento, vai ver que vai enriquecer bastante as suas acções, enquanto chefe do Governo. É que na altura da discussão do Programa do Governo, o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco tiveram a desfaçatez de classificar a anterior governação como cleptocrática, quando todo o mundo sabe perfeitamente quem são os que contribuíram para arruinar e levar à banca rota vários bancos da nossa praça, vários actos de corrupção.

Hoje temos, na dívida pública, o caso da Sinergy. Quem é que vai pagar? É o povo são-tomense. Temos outros casos espelhados nos leques das dívidas públicas. Quem vai pagar as acções mal tomadas pelos anteriores governos? Mas eu sei que essa expressão não é sua, Sr. Primeiro-Ministro, essa não é a sua forma de ser, chamar anterior governo de cleptocrático. Essa não é sua expressão, Sr. Primeiro-Ministro, mas a ver vamos, o futuro nos dirá.

Daí que este Programa é todo na base da continuidade das políticas do anterior governo. Por isso, digo ao Sr. Primeiro-Ministro que, se ler este documento, vai ajudar-lhe a dar continuidade. São boas acções, continuidade das estradas. Vi no OGE, está lá a construção, temos que corrigir isso, não é construção, são conclusões. Eu sei que o Sr. Primeiro-Ministro vai ler. Os senhores podem não ler, mas o Sr. Primeiro-Ministro é uma pessoa culta e vai ler. Neste caso, Sr. Primeiro-Ministro, não vejo muitas coisas nas GOP, na altura da discussão do Programa do Governo, o Sr. Primeiro-Ministro dramatizou tanto a situação. Há uma parte da sua redacção que diz a situação tal, tal, tal. Podem consumir uma legislatura em questões preparatórias. Sr. Primeiro-Ministro, nem pensar, o que ouvimos nas campanhas anteriores, o povo quer solução já! O povo quer o problema resolvido em uma única legislatura e não despender uma e única legislatura para questões preparatórias. Isso só me leva a crer que o Sr. Ministro não tem conhecimento da casa. Como é que vai escrever uma coisa destas? Qualquer candidato a Primeiro-Ministro deste país tem que conhecer o País real, tem que saber quanto a casa gasta. Eu não vou comer, beber e dizer que vou ser Primeiro-Ministro, porque sei que não tenho competências para tal. Essa situação toda é preciso que o senhor reveja o problema, porque como eu disse, não traz nenhuma inovação. Daí que eu lhe peço.

O Sr. Primeiro-Ministro fala do aprofundamento do Estado de Direito Democrático. Eu não vi nas GOP nenhuma iniciativa que pudesse falar, por exemplo, como é que está a pensar, em relação à Região Autónoma do Príncipe, o Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma do Príncipe? Não está nada espelhado, daquilo que o Sr. Primeiro-Ministro disse, no Programa Governo, lançado pelas GOP. O que é que senhor pretende, durante este ano, juntamente com o Governo Regional, avaliar o que já foi feito pela autonomia que todos nós concordamos que foi importante que o Príncipe teve e que hoje não podemos voltar mais atrás. Há uma parte rapidamente, estou a tomar muito tempo do meu Grupo Parlamentar.

Murmúrios.

Só para terminar, basicamente o senhor fala do Programa do Governo, do alargamento da base tributária, ao mesmo tempo fala, não estou a ver expressão agora, como se fosse fazer a reavaliação das taxas dos impostos.

Eu pergunto ao Sr. Primeiro-Ministro, em que ficamos, no alargamento da base tributária ou nessa questão que não consigo explicar? O que mudou em relação à baixa de taxas de impostos? Gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro nos falasse, há muita contradição nessas duas expressões.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vou introduzir e depois pedirei aos Srs. Ministros do Plano e Finanças e dos Recursos Naturais, para entrarem em questões específicas.

Vamos começar, talvez, pelas viagens. Compreendo que enquanto ilhéus, enquanto habitantes de um país insular, por mais bonito que seja, nos sentimos de alguma forma prisioneiros, cativos e naturalmente que a viagem é sempre um problema, sempre foi um problema neste país, porque temos que sair, temos que encontrar formas de sair daqui. As únicas duas saídas são através do porto, transportes marítimos ou através do aeroporto, transportes aéreos.

Há um esforço, de facto, em termos de contenção de despesas. Já dissemos que as nossas receitas correntes não cobrem as nossas despesas correntes, daí todo o nosso problema em termos de défice do saldo primário. Naturalmente que há tudo por fazer, há continuidade do Estado e as dívidas anteriores têm que ser forçosamente assumidas. Há muitas estradas que começaram, temos que continuar, as escolas inacabadas e as infra-estruturas temos que continuar, mas naturalmente que há novas acções. O mundo está em funcionamento todos os dias, estamos condenados a inovar e talvez dizer que não há inovação no orçamento pode ser um exagero, estamos condenados ao progresso.

Foi aqui levantado, permita-me que conclua este capítulo das viagens e não vou repetir as pequenas medidas que temos tomado, aquilo que chamo de pequenos nada que fazem toda a diferença na vida de cada um de nós, na vida de cada são-tomense.

Pode parecer que devolver 100 euros não tenha muito impacto para quem ganha muito, para quem lida com milhões, mas faz toda a diferença na vida de quem só tem 10 dobras. Daí que tudo que pudermos fazer, no sentido de conter as despesas do Estado, vamos continuar a fazer, mau grado as opiniões discordantes.

Há alguns ministros que vão sair, mas todas essas viagens, inclusivamente a minha para a China, é toda assumida pelos parceiros. Mesmo em relação aos subsídios, estamos a aplicar 30%, porque de facto é uma questão de dignidade. Há ministros que viajam, sobretudo pelos países africanos, e pode dar-se o caso de haver atraso de avião ou uma coisa qualquer, naturalmente podemos estender até 50%.

Temos estado a aplicar, porque estamos conscientes de que o esforço tem que ser colectivo e, naturalmente, enquanto referência, temos que dar o exemplo.

Foi levantado aqui a questão de reformas que têm que ser feitas, no sentido de conseguirmos maior coesão social, maior entendimento, eventualmente vermos as pequenas incongruências ao nível da nossa Lei Eleitoral, entre outros, e falava-se aqui do Estatuto da Autonomia e outros aspectos que não revi.

No encontro que tive ultimamente com o Sr. Secretário-Geral das Nações Unidas, o Eng.º António Guterres, pedi-lhe encarecidamente, através da mediação do PNUD aqui, e tão cedo quanto possível, a missão já aconteceu. Esteve aqui uma missão multisectorial das Nações Unidas, precisamente a dar corpo a essa solicitação. Foram, regressaram para identificar os fundos e voltarão de novo para nos ajudar nesse sentido.

São Tomé e Príncipe, como tenho dito, é um país de paz, mas precisa de paz social e, portanto, há muito trabalho ainda a ser feito neste sentido. Relativamente ao Príncipe será integrado nesse processo.

Já dei algumas explicações relativamente ao capítulo de baixar algumas taxas, eventualmente impostos. Estamos a dar os primeiros passos num, caminho de 4 anos, é o primeiro orçamento de 2019, em 2020 teremos outro, em 2021 outro, 2022 também. Portanto, não posso integrar tudo num só orçamento, sobretudo um orçamento que vamos executar em 7 meses. Se não houvesse eleições, certamente este orçamento teria sido aprovado em Outubro do ano transacto. É preciso termos os pés no chão em relação a isso, mas vou repetir o que já tinha dito no balanço dos 100 dias.

Começamos a dar algum sinal a nível das taxas, as propinas e as matrículas ao nível do Ministério da Educação é uma realidade, pelo menos para muitos pais, muitos chefes de família em que nalguns casos ou em muitos casos são mulheres. Baixamos em 15%, e a Sra. Ministra da Educação está aqui poderá confirmar.

Nos transportes escolares, também houve uma baixa significativa. A Sra. Ministra da Justiça está aqui presente, eu até pedi a cábula, para não me enganar.

A autenticação de documentos que era 20 dobras, passa a 15 dobras. Poderão dizer 5 dobras só, mas isso para muitas famílias faz toda a diferença. É verdade que o Estado acaba por encaixar menos receitas, 5 dobras multiplicado por n , já é alguma perda para o Estado, mas é preciso darmos esse sinal perante o peso tributário ao nível geral e ao nível da pobreza que grassa o País.

Ao nível do bilhete de identidade, vejo aqui 125 dobras e passa para 110 dobras. Em relação à certificação de documentos, passa de 100 dobras para 50 dobras. Não é muito, são esses pequenos nada, mas que fazem a diferença na vida de quem não tem praticamente nada.

Ao nível do passaporte, outra questão importante, enquanto insulares. Sem o passaporte a gente não sai daqui, novamente a questão de prisioneiros dessas ilhas cercadas pelo mar.

O passaporte é uma questão fundamental na vida de cada um de nós, ilhéu. É preciso ver isso com olhos de ver, é preciso enxergar, e se o dissemos na altura, na campanha, é porque acreditamos, é porque acredito sim, temos que permitir que cada são-tomense saia pelo menos uma vez da sua ilha, para ver o mundo do outro lado, porque a viagem é também uma fonte de aprendizagem e de saber. Quem está no Príncipe tem que sair, pelo menos, uma vez. De facto em relação ao passaporte constatamos...

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Vai baixar.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sim, o senhor é professor, como eu. É preciso contextualizar, o senhor sabe. Vamos baixar o preço do passaporte, mas é preciso fazer o trabalho de casa. Acho que é do conhecimento de muitos deputados aqui que o anterior governo, ou pelo menos a anterior direcção, fez um crédito e talvez o Sr. Ministro do Plano e Finanças, o Sector do Tesouro, poderá explicar isso melhor. É um crédito, foi-se procurar o dinheiro ao BISTP, possivelmente tem autonomia, para de facto elaborar esses passaportes.

Não posso chegar em 100 dias, com os compromissos do banco, e reduzir logo. Estou nesse trabalho, e precisamente o périplo que tenho estado a fazer junto dos parceiros é para buscar donativos ou juros concessionais, por causa do peso das dívidas, históricas ou não. É todo esse trabalho e de facto, logo que tivermos o trabalho concluído, vamos ver como ajudar a direcção a pagar parte das dívidas, para que eu possa reduzir o preço dos passaportes.

Há perguntas muito técnicas, com os números, vou pedir ao Sr. Ministro do Plano e Finanças para responder, mas temos que ultrapassar essas questões, porque no fundo todos sabemos que «casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão».

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças Comércio e Economia Azul** (Osvaldo Vaz): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Eu disse ontem que iria para casa dormir feliz, porque a coisa está bonita e estou muito satisfeito.

Primeiro, gostaria de dizer o seguinte, por aquilo que estou a ouvir aqui, a coisas ainda vão muito longe.

Sras. e Srs. Deputados, a dívida do Príncipe, que o Sr. Deputado disse, de 6 milhões, ainda não está aí, porque o Tesouro pediu que o documento viesse para colocar, e ainda não chegou a dívida de Mé Chinhô. Se notar, o texto do Orçamento de 2018, a descrição está a mesma, e não está a conclusão, porque é um indicador da contabilidade nacional. Esse processo, porque está nesta fase, acaba sendo dívida, porque estamos na escola, porque está nesta fase escrita, assim. Quando eu falei 308 e mais, estou a salvar essa dívida do Príncipe, da estrada, que estamos agora a pedir documento para colocar. O que é a dívida? É um processo de stock. Hoje, o que está aqui na dívida, como já honramos uns compromissos, por exemplo em Portugal eram 500 e tal mil dólares, o stock já mudou o valor que está para Portugal, hoje, mas o documento foi entregue há 1 mês. É só um exemplo. Temos que honrar os compromissos, porque há juros, por isso eu pensei que os Srs. Deputados viessem dizer o seguinte: «o senhor disse que tem 308 e mais, mas porque no Tesouro só está registado 308, faça o trabalho mais rapidamente, para trazer os mais para nós». Não condicionem. O que eu quero dizer com isso? Quero dizer que para, além dessa dívida, a curto prazo, que o Sr. Deputado disse, eu não sei se é a curto prazo, porque neste preciso momento, para nós, é a curto prazo, porque só falta o Senado Brasileiro, a equipa técnica já fez todo trabalho, aprovou, para trazermos à Assembleia Nacional, para depois executar. As equipas dos dois lados já trabalharam, mas eu tenho uma dívida a curto prazo que me chegou às mãos, antes de ontem.

Sras. e Srs. Deputados, eu pergunto, temos algum custo a pagar com o fundo de Kuwait? Temos algum custo a suportar com o fundo de Kuwait? Já recebemos algum dinheiro do fundo do Kuwait?

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — ADI, responde!

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Pelo menos, o que eu ouvi é que não se desembolsou nada. Eu recebi do fundo do Kuwait, antes de ontem, e tenho até dia 1 de Abril, por sinal dia de mentira, para pagar o juro de uma dívida que o Estado tem. A dívida também está cá, eu não tenho registado isso na dívida pública. A dívida é um processo dinâmico. A dívida é uma coisa e o Orçamento é outra coisa. Uma coisa é já ter a dívida contraída com fundo do Kuwait, mas porque o Tesouro ainda não tem esse processo, não consta como dívida. O que está orçamentado ainda não é dívida. E outra situação é já ter a dívida contraída, para quê? Vamos saber.

Eu recebi, antes de ontem, e não tinha como colocar como dívida. Em relação ao fundo do Kuwait, está zero, o que eu pensei era que a partir de ontem os Deputados dissessem assim: «senhores, apurem tudo o que sabem, para ir ao Tesouro público, para nós aqui aprovarmos como nossa dívida». Por isso, eu disse sempre 308 e mais, porque mais é a fase em que estamos, de apuramento. Tudo que não tiver justificativo, comprovativo, não será considerado. Se alguém fez alguma dívida e não tem justificativo, nós não vamos considerar como dívida, muito pelo contrário. E todo esse processo tem que ser transparente.

Eu recebi isso, eu pedi todos os documentos de suporte e vou trazer para aqui, para ver se consideramos ou não como dívida. É um processo que vai ser transparente. Esta questão de dívidas, eu pensei que ontem já tinha morrido, mas cada vez que estamos a falar está a aparecer mais dívidas. E do Brasil, quando apareceu, próprio o Deputado disse que o Governo tinha que contrair a dívida para resolver os problemas, já está a assumir como dívida, então falta o Tesouro assumi-la como dívida. Então, como o Tesouro não colocou ainda, o documento que a Assembleia aprova tem que ter suporte.

Quanto à escola de Mé Chinhô, já falei também, é uma dívida do País, está como reabilitação, porque é o Plano de Contas da Contabilidade Nacional. No ano passado já estavam a usar a escola, mas estava como reabilitação, não estava conclusão. Isso é pacífico. Para mim, o mais importante é o dinheiro que a descrição. Tomamos uma medida que já vem de muitos anos, quase todos os ministérios têm contas bancárias, cobram algumas receitas que não são reflectidas na conta única do Tesouro, por isso é que sempre ouvimos dizer que determinados Ministérios viajam e pagam subsídios como querem, porque têm algum fundo. Orientamos que todas as Contas do Estado, independentemente de estar no Ministério das Finanças, Ministério das Obras Públicas, têm que ter assinatura obrigatória do Tesouro, para colocarmos esse valor como entrada do Estado.

Sras. e Srs. Deputados, não sei o que está a acontecer com as contas, deixem-me acabar o raciocínio, porque um deputado veio aqui dizer que a coisa cresceu em 43%. Não façam confusão. No Orçamento de 2018, o custo do pessoal com viagem estava a 13253 e agora está 15579. Eu não sei se isso corresponde a 43%, veja o cálculo que foi feito, não é referente a isto. Está-se a falar de execução e do Orçamento. Subsídio de deslocação estava a 7888, agora está a 92. Várias situações encontradas na execução é outra coisa, porque vai ser mais baixo até de vossa execução.

Tivemos o Ministério do Turismo, tudo isso na estimativa do Governo cessante, do ponto de vista da distribuição, e dava uma diferença de 1 bilhão e tal.

Temos o Ministério do Turismo, que surgiu com a Secretaria do Estado, inclusive houve alguns processos que dão mais ou menos 15 000 dólares, que eram deslocações para o Príncipe, e o Orçamento foi acrescido cerca de 50 000. Esses dois assuntos, estamos a comparar os dois Orçamentos. Por isso, eu não vi 43%, cresceu, expliquei, do ponto de vista de que surgiu mais um ministério. Acho que devíamos ver a execução do primeiro trimestre de 2018, para compararmos com a execução do primeiro trimestre de 2019. Aí é que vamos ver o que de facto aconteceu, mas isso é uma particularidade. Eu já pedi os meses de Janeiro e Fevereiro, comparativamente ao ano passado. Desta execução, a percentagem que me deram, mandei rectificar, porque é muito estranho. Aí sim teremos uma base de comparação mais objectiva e irão ver que a diferença é abismal.

Sobre essa questão da dívida, se um processo não está correcto, temos que trabalhar para o melhorar, e aqui já entram em contradição duas palavras que quero corrigir. O Sr. Deputado disse e muito bem, o que está aqui é que a Assembleia vai assumir agora como dívida. Se houver mais processos, quando tiver o comprovativo, que traga para cá, mas veja que há dívidas que assumimos e que falta correr estes trâmites, ou seja, temos que ser conscientes e vamos preocupar-nos em analisar o Orçamento.

Eu não estou aqui a fazer política, a minha intervenção é justamente sobre aquilo que trabalhamos. Agora, se alguém souber de outras dívidas que tenham fundamentos, por favor, a equipa está a trabalhar.

Eu só trouxe esse caso do Kuwait, porque eu tenho até o dia 1 de Abril, para pagar uma dívida, que tenho que saber, enquanto essa do Brasil ainda está lá na Assembleia. Quando aprovarem, vamos introduzir no nosso programa de pagamento.

Temos o caso da Guiné Equatorial. Estamos a negociar a taxa de juro, que já está a aumentar.

Temos o caso de Angola, já está tudo pronto, estamos à espera que nos enviem as coordenadas bancárias.

No caso do Kuwait, vamos saber quanto é que o Estado está a dever e como é que vamos pagar. Neste caso, como o Tesouro não tem nada, vamos pedir ao Kuwait para nos enviar todos os documentos que justificaram a contracção desta dívida.

Por isso, acho que o processo da dívida, como alguém disse, já vem de muitos anos. Não deveríamos estar a falar da dívida, porque fui orientado a apurar tudo e trazer aqui com justificativo, qualquer alteração possível, caso contrário não tenho problema nenhum. Vamos rezar para que nessa previsão que eu fiz não ultrapasse, pois seria pior.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente** (Osvaldo Abreu): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Colegas Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Com a permissão do Sr. Primeiro-Ministro, venho também dar a minha contribuição para o contínuo processo de esclarecimento que o Governo é chamado a fazer.

Começaria por responder às preocupações colocadas pelos Deputados da ilha irmã do Príncipe, relativamente à questão dos transportes marítimo e aéreo. Queria dizer que, de facto, é preocupação do nosso Governo melhorar esta situação, e está explanado no nosso Programa do Governo, que foi aqui aprovado, no seu capítulo que passo a citar: «Infra-estruturas, Transição, Eficiência Energética e Água, temos definido pontos como:

Portos acostáveis e marinas, nas duas ilhas.

Extensão de aeroporto, em São Tomé.

Reforço da rede aérea de interconexão entre São Tomé e Príncipe e a sub-região e entre as duas ilhas.

Redes de transportes e comunicação, incluindo transportes marítimos de pessoas e marinha mercante.»

Esta preocupação está esplanada no nosso Programa do Governo e tem sido tema presente nos nossos debates e análise ao nível do Conselho de Ministros.

Estamos a conversar com vários parceiros privados, nesta óptica de chamar o privado a parceria com o Estado, parceria público/privada, e alguns elementos que foram aqui levantados pelo Sr. Deputado Carlos Correia, achamos que é correcto. Tendo em conta a celeridade desta situação, vamos fazer todo o esforço para minimizar esta mesma dificuldade.

Não queremos aqui fazer grandes anúncios, mas temos uma situação bastante avançada com um certo empresário que vai intervir na questão de transporte entre as ilhas de São Tomé e do Príncipe, de forma bastante segura e eficiente.

Sobre a questão de o Estado participar com algumas reduções de taxas ou isenções que possam facilitar a vida aos armadores, também está a ser equacionada, porque é nossa intenção fortalecer a economia entre as duas ilhas e fortalecer a vida das pessoas que fazem esse exercício. Não está no esquecimento.

Em relação à questão de transporte aéreo, também estamos conscientes que o preço praticado com um tecto máximo de 268 euros e mínimo 134 euros está a quem dos bolsos daqueles que pouco têm. Entretanto, uma vez mais, trata-se de empresas, têm custos e o Estado tem pouca intervenção nesse sistema comercial. É um problema que se vem arrastando há muito tempo e a forma que vimos para ajudar a solucioná-lo é introduzir mais operadores no mercado. Nesta perspectiva, temos neste momento um processo de avaliação para introduzir, pelo menos, mais dois operadores neste espaço de transporte entre as duas ilhas. Pensamos que é uma forma também de pressionar o preço, abrir a competitividade e permitir que os cidadãos possam ter mais e melhor serviço.

Relativamente à energia, queremos informar que vamos baixar taxas para aqueles que menos têm, mas essa baixa de taxa vai estar acompanhada com o processo de transição energética.

Todos estamos conscientes que a forma de produção energética que praticamos não é sustentável, nem é viável economicamente, quase absurda.

O acumulado da dívida que temos com a SONAGOL, ENCO, que já é insuportável para os nossos bolsos, não pode estar somente afecta à EMAE. Todos beneficiamos deste processo, em que a EMAE recebe combustível, produz energia, vende à população e factura. Entretanto, sabemos também, pelos cálculos feitos, se tivéssemos que pagar o preço do combustível que a EMAE recebe, as nossas facturas seriam multiplicadas, no mínimo por sete, do valor existente.

Há outro sector, um bocado obscuro, que contribui para o aumento das nossas facturas e para o desgaste do sector, que é o roubo, o desvio. Uma série de consumidores, que podem pagar e que estão fora da rede e, no âmbito da nossa política com os nossos parceiros, o Banco Mundial e o BAD, vão ser introduzidas uma série de melhorias nas redes de alta, média e baixa tensão, colocação de contadores, inclusive, nas redes de alta e média tensão, para termos uma noção mais precisa de quanto é que estamos a perder da produção que temos actualmente, ou seja, aquilo que produzimos, para entregar aquilo que de facto os consumidores recebem e pagam, para sabermos quanto fica no meio.

Os contadores inteligentes que vamos ter vão ajudar-nos nisso e vão acelerar o processo de identificação de todos os sectores que estão a roubar energia ao País, a todos nós, e fazem com que paguemos para aqueles que não pagam. É um processo que está em curso, mas não vamos ficar por aqui. Neste momento, temos já sobre a Mesa, pelo menos, dois projectos concluídos, para a instalação de

centrais fotovoltaicas em São Tomé e Príncipe. Os estudos estão avançados para aquela velha e mais imprescindível ambição de todos nós, que é a utilização dos nossos recursos hídricos para a produção de energia eléctrica.

Estamos a trabalhar com o BAD na conclusão do estudo, para previsivelmente no próximo ano lançarmos o concurso para a intervenção dos privados nessas linhas de água. Estou a falar de Guêgue, Abade e Iô-Grande, e também na ilha do Príncipe, no Rio Papagaio.

Todas essas acções que se enquadram na política energética de transição vão contribuir inevitavelmente para a melhoria da produção, da qualidade e baixa do custo daquilo que temos que desembolsar e naturalmente o nosso foco vai para aquela franja da população que não pode pagar e verá a sua vida melhorada, porque vamos baixar, e não vamos ficar por aqui. Sabemos que o nosso país tem muitas ilhas de produção, temos a Voz da América, os hotéis e não só, que têm a sua produção independente, porque não somos capazes de produzir em massa, para fornecer a esses clientes, e vamos trabalhar para acabar com isso. O ambiente é o maior prejudicado desse processo todo, mas a economia também, porque para ter uma EMAE forte temos que ter todos os grandes consumidores dentro da rede e, para que isso aconteça, temos que produzir e, neste momento, estamos a produzir cerca de 14,8 em média, porque continuamos com a manutenção na Central dos Taiwaneses, que está a sofrer manutenção regular, e temos máquinas fora da rede. Pelo contrário, teríamos cerca de 16 Megas na rede, com esforço próprio, como dissemos. Entretanto, estamos conscientes e neste momento estamos a concluir aquilo que vimos dizendo, o processo de aquisição de máquinas, para pôr cobro a esta diferença entre a produção e a demanda. Não queremos fazê-lo a pressa e não vamos fazê-lo, não vamos assinar qualquer acordo para hipotecar uma vez mais o nosso Estado, a nossa economia e ter os geradores em Bôbô-Forro 2 ou em Santo Amaro 2, que foram comprados recentemente e estão parados, com contractos leoninos e com muito dinheiro dos contribuintes investido. Não vamos fazer isso.

Neste momento, o contrato que existe de manutenção entre a EMAE e o CIEM, assinado pela gestão anterior, é ruinoso. Imaginem faz-se um contrato de manutenção de pago mensal e não há garantia de disponibilidade de peças para fazer a tal manutenção. O cliente recebe o seu dinheiro e fica à espera que as peças cheguem, e elas nunca chegam, porque não há dinheiro para as comprar, porque está longe e está a receber dinheiro sem fazer a manutenção. Portanto, EMAE não paga a manutenção, não compra peça. Os geradores do Príncipe estão a arrebentar e todos somos culpados, temos de evitar esse tipo de situações. Quem não sabe fazer contrato que não faça, quem não tem conhecimento, peça ajuda.

Vozes do MLSTP/PSD e PCD/MDFM-UDD: — Muito bem!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente:** — Vamos evitar essas situações e vamos trabalhar para que o nosso país não seja mais prejudicado com contractos mal feitos.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso:** — Finalmente, isto é democracia. Hoje, as questões são colocadas, a oposição coloca, os deputados da maioria também colocam, e temos um Primeiro-Ministro e um Governo que vêm cá explicar tudo. Ninguém deixa de responder às perguntas que se colocam.

Eu acompanhei, no passado, sessões plenárias que eram autênticas vergonhas. E hoje é claro que isto que nós estamos a fazer aqui é um exercício extremamente importante para a democracia.

O Sr. **Guilherme Octaviano (MLSTP/+PSD):** — *Ká fad' iné ô.*

O Sr. **Aérton do Rosário (MLSTP/PSD):** — *Ká fad' iné.*

O Sr. **Raúl Cardoso (MLSTP/PSD):** — Mas, eu não podia continuar, e é pena o Sr. Deputado Levy Nazaré não estar na Sala, sem o cumprimentar, sem o felicitar. Mas sabem porquê? Porque ele diz: «antes tarde do que nunca!» Mas há pessoas que não conseguem entender, é necessário, nós, os são-tomenses, nos entendermos. Há pessoas que não conseguem encaixar isso nas suas cabeças.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira (ADI):** — Mandar uma pessoa para casa, sem emprego, é entendimento?

Murmúrios.

O Sr. **Raúl Cardoso (MLSTP/PSD):** — É preciso haver entendimento.

Srs. Deputados, tenham calma, se faz favor. Eu peço calma, porque uma das coisas que eu tenho comigo é não me enervar. Eu não me enervo. Podem gritar, podem fazer tudo que eu não me vou enervar.

Há muita coisa que eu me apercebo, é que muitas vezes as pessoas pensam que o País que temos hoje é um país diferente daquele que nós tínhamos no ano passado. É o mesmo país, meus senhores.

Quando oiço algumas reivindicações, aqui, eu fico assustado, eu fico desapontado, porque me parece que de um dia para outro surgiu um novo São Tomé e Príncipe.

Meus senhores, o País real é este que, em termos de seu Programa de Investimento Público, precisa de um apoio da Comunidade Internacional, em 97,2%. É este o País, em que nós só temos a capacidade de entrar com 2,8%, meus senhores. É este o país. Não é outro!

Para vir ouvir aqui deputados que vêm insinuar que há compromissos assumidos com os militares, com os polícias, com os professores, com os enfermeiros e que se tem que cumprir! Onde é que está o sentido de responsabilidade? Porque qualquer pessoa que vê hoje as contas do nosso país sabe perfeitamente que as contas do nosso país estão feitas, mas que falta apurar muita coisa. O Ministro das Finanças já está farto de dizer isto. 308 e mais. Meus senhores, eu fico assustado com este país. Quando eu vejo, por exemplo, informações do valor que nós gastamos com o salário e o dinheiro que nós conseguimos arrecadar como receita e nós continuamos a fazer de conta que estamos a viver? O quê? Num país das ilusões? Não, este é o país real. É um país que não consegue sobreviver sozinho, que continua a ter pessoas, cidadãos a viverem no limiar da pobreza. É este o país real.

Hoje, quando eu vejo o Governo a assumir, junto ao Banco Mundial, meios para devolver alguma dignidade àqueles são-tomenses que vivem no limiar da pobreza...Sr. Primeiro-Ministro continue, se faz favor, porque o que quero é ver este país a crescer. Quero ver a vida das pessoas a melhorar. Não quero ver aqui continuar a fazer de conta que isso é um mar de rosas, está tudo muito bem. Então, vamos continuar. Não, meus senhores! É preciso devolver alguma dignidade a este povo.

Sr. Primeiro-Ministro, eu, por exemplo, não o considero santo. Nem pensar! Como se diz que nós apregoamos que o senhor é santo, santo, não! Também para nós o senhor não é chefe.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Chefe do Governo.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Chefe é do ADI.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — É com este partido que o Agostinho quer acabar.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — O senhor é sim o homem que está comprometido com este país. Está comprometido com os problemas deste país e assumiu a responsabilidade de conduzir este barco. Agora, mesmo que para mim o senhor é o chefe, eu em nenhum momento vou-lhe chamar de chefe. Pelo menos, neste partido em que eu estou, que é um partido democrático, essa expressão não existe. Nós não utilizamos isso, meus senhores.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Fala coisa com coisa.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Nós temos um líder, este líder é o Dr. Jorge Bom Jesus. É a pessoa que para mim, até agora, demonstra o sentido de responsabilidade, está a dirigir este Governo com o sentido de Estado.

Meus senhores, Sr. Primeiro-Ministro, há uma questão que fala muitas vezes, que é a questão da corrupção. É preciso que, no quadro do nosso Orçamento, e eu espero que quando nós entrarmos na especialidade se veja o que é que está previsto para isto, porque nós não podemos continuar a viver num país que há pessoas que utilizam o Estado como se fosse suas propriedades, mas não acontece nada absolutamente. As coisas continuam, tudo na mesma!

Eu estou a falar, meus senhores, e falo com sentido de responsabilidade, porque é preciso que o Ministério Público faça o seu trabalho. Eu já disse, não posso aceitar, e, muitas vezes, as pessoas são chamadas de corruptos e não se consegue provar se são ou se não são. As pessoas são pais de famílias. Ao serem chamadas corruptas, sem se conseguir provar, não vale a pena. Mas para se provar, é necessário que haja o Ministério Público, que trabalhe, que investigue.

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — Levy já explicou, ontem!

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Portanto, eu espero que o Governo continue. E é assim, eu acho que o facto de trazerem este Orçamento para aqui, para mim é um Orçamento realista, é um Orçamento à medida das nossas possibilidades.

Agora, a questão das dívidas, há dívidas que estão inscritas, há dívidas que não estão inscritas. Dizer-me que só as que estão cá é que contam, nem pensar! Não. Por que é que as outras não estão cá? Porque são dívidas que o Estado não conhece. E o Estado está a fazer um trabalho, para conhecer essas dívidas. Num momento próprio, o Sr. Ministro voltará cá e nos dirá: «a dívida do País, neste momento, é x».

Uma voz do ADI: — É uma brincadeira!

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Eu vou parar por aqui, mas há uma questão que agora também me preocupa, tem a ver com as empresas. É preciso que nas empresas públicas haja uma intervenção efectiva do Estado. É preciso fazer uma reforma efectiva dessas empresas, porque eu não posso ter uma

empresa falida que continua a praticar salários milionários. Eu acho que não. Temos que parar e ver isto. E quando nós temos a grande maioria do povo, cujo salário é um salário miserável, portanto, é isto que eu acho que temos que olhar, e olhar para as coisas com os olhos de ver.

Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Obrigado Sr. Presidente.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Essa última parte correu bem.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado Raúl Cardoso.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Dias.

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, boa tarde.

Sr. Primeiro-Ministro, eu estive a ler as Grandes Opções do Plano e saltou-me à atenção alguns aspectos que têm a ver com a saúde. Eu não vi plasmado nas Grandes Opções do Plano nada que fizesse referência ao Programa Luta Contra o Paludismo.

Também não vi referência nenhuma às doenças transmissíveis, tais como a Sida e a Tuberculose. Não sei por que razão. Se foi por lapso ou porque pode constar num programa especial.

Nós, no ano passado e em 2017, vivemos aqui, em São Tomé, um período em que vimos uma doença que ninguém sabia qual era a origem. O que era. Só apareciam pessoas com a perna inchada, a mão inchada e não sei quantos. Uma doença que ficou apelidada de doença do pé.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Evaristo.

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Também não vi referência ao combate a esse tipo de doença ou a prevenção da mesma. Não consta também nada que diga respeito à prevenção de doenças não transmissíveis.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Tem aí.

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Nos últimos tempos, tem havido um elevado índice de pessoas com diabetes, com hipertensão, não vi, nem tão pouco referência a doenças tropicais negligenciadas. Portanto, gostaria que o Governo prestasse mais atenção. Chamo a atenção do Governo para estes casos a nível da saúde, porque se nós não falarmos disso, não haverá cabimentação orçamental para a execução ou a prevenção das referidas doenças que aqui citei. Estamos num país altamente vulnerável. Volto a falar da doença dos pés. Até hoje, não sabemos em que zona teve origem e como podemos prevenir. Há algumas informações, ainda não são suficientes. Seria bom que o Ministério da Saúde continuasse a dar informações, a promover pequenos *work shops*, para explicar à população como prevenir a doença. Para combater temos que arranjar recursos externos, para a compra de medicamentos. Mais vale prevenir do que remediar.

Seria bom também, para que, como aquela doença dos pés, não venham aparecer outro tipo de doenças que nós, sendo um país vulnerável, não tenhamos como atender. Seria bom que o Governo criasse um fundo de emergência médica. Lembro-me que durante o período em que se começou a ver muitos casos, o próprio Governo não tinha condições para poder comprar medicamentos para o combate desta doença.

A nível do Ministério da Educação, Sra. Ministra da Educação, vi uma série de actividades elencadas, aliás parece-me que é o único Ministério que tem tantas actividades elencadas nas Grandes Opções do Plano, mas não vi referência nenhuma ao combate à falsificação de certificados. É um grande problema. As pessoas não gostam de falar disso, mas nos últimos tempos tem havido um aumento significativo de certificados falsos. Portanto, devia ser prioridade a luta contra a falsificação de certificados.

Por falar em dívidas boas e más, Sr. Ministro das Finanças, eu gostaria de saber qual é o valor exacto das obras da construção do novo edifício do Banco Central. Se é boa dívida, se é dívida deturpada ou se é uma dívida oculta. Inicialmente, eram cinco milhões e tal, mas parece que ainda não acabou e já vai por volta de 16, 17. Não sei se corresponde à verdade, por isso eu gostaria de obter essa informação.

Dívidas boas ou más, no Ministério da Justiça, vejo, numa das actividades programadas, construir, reabilitar, apetrechar infra-estruturas e equipamentos nos Tribunais. Nós acabámos de comprar um edifício para montar o Tribunal, dois milhões e tal. Estamos a construir mais este ano? Eu gostaria que me clarificassem isso, porque eu quero saber exactamente o que se pretende fazer com este item que está dentro do Ministério da Justiça.

Nós estamos num país pobre, Sr. Primeiro-Ministro, entretanto, o anterior governo isentou a concessão de vistos para muitos países. Boa medida? Má medida? Nós somos um país pobre.

Cabo Verde isentou, mas o turista quando chega, paga uma taxa que é o valor correspondente à atribuição do visto. Por que não começar a pensar na cobrança de uma taxa? As nossas embaixadas, principalmente em Portugal, se emitissem vistos, pagariam, principalmente aqueles que têm doenças crónicas, que não podem vir para São Tomé. E não só! Também contribuiriam para minimizar algumas despesas. Anulou-se a atribuição de visto, portanto, o que fazer? Nós que somos pobres, para irmos a

Portugal, para termos o visto de Portugal, temos que ir pedir e pagar. Por quê o contrário? Política de desenvolvimento do turismo? Ok! Mas o turista que vai para Cabo Verde também paga uma taxa. Então, por que não pensar no pagamento de uma taxa à entrada no País pelos turistas? Aí sim nós estaríamos a contribuir também para melhorar o arrecadamento de receitas.

Outra questão, falou-se aqui que o anterior governo fez muitas coisas em 4 anos, fez muitas coisas, desenvolveu o País, e está uma maravilha, mas eu gostaria de dizer, Srs. Deputados, que os anteriores governos também fizeram alguma coisa. A política de esticar fios só foi possível, porque se construiu uma central de raiz, com a possibilidade de aumentar a capacidade, e essa central foi construída num ano. Lançou-se a pedra no dia 21 de Dezembro de 2009, foi inaugurada em Setembro de 2010. Portanto, em 4 anos, o governo não conseguiu construir mais uma central ou aumentar a capacidade.

Sra. Ministra da Justiça, nos últimos tempos, temos ouvido falar muito de suicídios jovens. Não sabemos se a Sra. Ministra da Justiça tem conhecimento e se pretende criar algum mecanismo de educação, comunicação e tentar perceber também por que é que isso acontece. Quando falo de suicídio jovem, também gostaria de falar de violência contra as mulheres e raparigas. O elevado número de casos de violência doméstica, elevado número de casos de violação de menores e violência sobre menores, tanto na família, como fora dela. Não há um espaço onde as menores violadas possam ter acolhimento. Portanto, seria bom que o Governo também pensasse nessa questão de violência doméstica, de suicídio juvenil e de violação de menores.

Por último, o Sr. Primeiro-Ministro falou muito bem da política de inclusão, eu gostaria de lhe pedir o especial favor, que fizesse diferente. Alguém falou aqui ontem para nós não fazermos a política de *npiã só ká txila npiã*. Nós somos são-tomenses, estamos aqui, aguentamos tudo aqui, faça chuva ou sol, nós estamos aqui. Portanto, somos poucos para desenvolver São Tomé e Príncipe. Seria bom que o Sr. Primeiro-Ministro, junto aos membros do Governo, visse a questão da política de inclusão, porque as pessoas que estão aqui a chamar e a defender que o Governo está a fazer não passaram por aquilo que muita gente passou e não disse nada, durante 4 anos.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — É verdade.

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Não passaram por aquilo. Uma família de 4 pessoas, 3 adultos e 1 menor, os três despedidos e no desemprego. Uma dessas pessoas da família conseguiu arranjar outro emprego, ainda o Chefe do governo anterior forçou a empresa para despedir essa mesma pessoa. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, nós não devemos cair no mesmo erro. Faça diferente, faça o favor! Eu gostaria, encarecidamente, de lhe pedir isso. Faça diferente! Nós não vamos correr o risco de fazer aquilo que os outros fizeram, porque somos de São Tomé e Príncipe. Onde é que está o outro? Não está cá.

Voz: — Muito bem!

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Podem continuar!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — O homem não está cá. Deixe o homem!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Pinheiro.

O Sr. **Sebastião Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Ontem, estive a ouvir o Sr. Ministro das Finanças, meu amigo, falar sobre a criação de um fundo para alavancar os empresários e fiquei muito satisfeito. Eu, sinceramente, apoio. Só que deve ser uma coisa bem-feita, que venha ao encontro de todos os são-tomenses, sem ver a cor da camisola.

O Sr. Primeiro-Ministro é uma pessoa que eu conheço e por quem tenho muito respeito. Nesta Casa, pelo que eu recorro, tenho alguns anos, temos aprovado todos os anos o Orçamento Geral do Estado. Gostaria de lhe lançar um desafio, porque ao se aprovar o Orçamento Geral do Estado, pelo menos, deveríamos encontrar alguns empresários são-tomenses fortes, porque o Orçamento é nosso. O que vejo é a morte dos empresários, posso dizer que não existe empresários nacionais. Alguns que existem estão todos falidos. Eu não sei em que moldes o Sr. Primeiro-Ministro pode ver isto, no Conselho de Ministros ou através de um despacho, para lançar o concurso de algumas obras de vulto e tentar encontrar um mecanismo, de 20 a 25 %, para atribuir a algumas empresas são-tomenses. Falo do ramo de construção civil, porque, se virmos, eu recorro, que depois da independência, muitas empresas nacionais que deram vida a este país desapareceram todas. Não existem. Foram todas desaparecidas.

Gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro, muito encarecidamente, se houver possibilidade, que o seu Governo, fizesse algo para que as empresas de construção civil nacionais pudessem renascer.

Não venho falar muito, só trouxe esta preocupação para o seu Governo.

Uma voz: — Muito bem!

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Esse é da ala do Agostinho, tem um discurso moderado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCISTP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo, Caros Deputados e Caras Deputadas, boa tarde.

Antes de mais, gostaria de agradecer ao XVI Governo...

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — XVII! XVI morreu!...

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — ...XVII Governo, por ter apresentado, em tempo oportuno, os dois documentos, que fazem falta ao desenvolvimento de qualquer país, que são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado.

Gostaria de dar os parabéns ao Governo, juntamente com a Câmara Distrital de Água Grande, pela medida que tem tomado, em colaboração com a Polícia Nacional, fazendo com que a nossa cidade volte a ser como era há uns anos atrás, considerada a mais bonita e mais limpa do País.

Quero encorajar as pessoas que se encontram nessa situação, para terem calma. Falo directamente para as *palaiês*, para terem calma, porque nós as mulheres sabemos que quando temos a casa limpa, qualquer um chega à nossa casa e senta onde quiser...

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Gostaria de dizer que há necessidade de nós colocarmos cada coisa no seu lugar. Peço a palavra, não deixando indiferente aquilo que são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado para este ano económico de 2019. Queria dizer aos Srs. Deputados que temos informação de que este Orçamento é para 7 meses, porque até 31 de Outubro o Governo vai fazer os possíveis para dar entrada, na Assembleia Nacional, do Orçamento Geral de Estado para o ano 2020. Como nós sabemos, em 7 meses, uma mulher não consegue dar à luz...

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Só prematuro.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — ... só se for uma criança prematura.

Sabemos que nenhum de nós, pais, gostaria de ter uma criança nascida antes do tempo. Gostaríamos que a criança fosse nascida com 9 meses completos e que seja uma criança saudável. É essa a perspectiva de ter um são-tomense com saúde, de ter o País, desde a Região Autónoma do Príncipe até o distrito de Caué. É isso que nos faz ser cidadãos e povo deste maravilhoso país.

Eu também venho, em termos das questões aqui colocadas no Orçamento Geral de Estado, fazer um apelo. O que tem estado a acontecer, Sr. Primeiro-Ministro, é a condição de vida da população que se agravou desde final de 2014/15 até o santo dia de hoje, que é o aumento do custo de vida. Toda gente sabe como é que está o custo de vida, os preços dos produtos de primeira necessidade, nem toda gente consegue tomar uma alimentação digna. Há famílias que é só pegar no arroz e comprar um caldo de galinha, sem hortaliça e sem nada, lavar, pô-lo a cozer e já é considerada uma refeição. Isso não é alimentação para termos as pessoas e as nossas crianças com saúde.

Então, o apelo que eu trago aqui para o Orçamento de 2019, Sr. Primeiro-Ministro, é para ver a barriga da população, porque toda gente sabe que alimentação é a prioridade do ser humano. Sendo prioridade, há que se fazer um estudo e levantamento dos preços dos produtos de primeira necessidade, quem é que coloca esses preços, porque temos conhecimento que alguns produtos têm preços exagerados. Há que haver uma política de fixação dos preços. O preço deve ser uniformizado. Quem compra um pacote de feijão aqui na cidade a 20 dobras, tinha que comprar nos outros distritos a 20 dobras, porque se nós pagamos o imposto igual, pagamos a factura de energia igual, tem-se que fazer um estudo. Há que se fazer um estudo, porque toda gente que vive fora da cidade sabe como é que o custo de vida fora de distrito de Água Grande é.

Outra preocupação é que haja fiscalização dos produtos dentro das lojas. Muitas firmas têm estado a colocar produtos fora do prazo, as pessoas têm comido, quando tomam conhecimento, levam esses produtos para serem trocados, há firmas que, desde logo, já tem um papel lá a dizer: «não aceitamos devolução.» Então, sabia que não estava em condições de poder consumir, e não estava em condições de assumir. Nós não temos ninguém que faça alguma coisa por essas pessoas. Há necessidade de começarmos a respeitar as coisas. A Inspeção Económica tem que funcionar!

Estive aqui a ver num capítulo, que não sei onde é que fica, se é na Direcção das Finanças, porque se fala do comércio, e não vi nenhuma verba aqui que venha dar sentido, a fim de que esses serviços se desloquem e que não fiquem só em Água Grande. Tem que haver a descentralização dos serviços, porque

se não houver descentralização dos serviços, enquanto estão a melhorar os serviços aqui, em que as pessoas muitas das vezes têm poder de pagar um médico para fazer as consultas e o problema está resolvido, mas lá no meio rural as pessoas não têm essa capacidade. Não tendo essa capacidade, onde é que vem o índice de mortalidade? Então, são todas essas questões. Aqui, mesmo se a gente comer uma comida ou um produto fora do prazo e morrer, ninguém é processado e nem se faz nada. Então, o meu apelo é para que haja a descentralização dos serviços. Falando da descentralização dos serviços, Sr. Primeiro-Ministro, deve haver também o que nós, muito tempo atrás, ouvíamos dizer da informatização dos serviços. Há necessidade de as pessoas terem que se deslocar do distrito de Caué, Porto Alegre, ou seja, de Santa Catarina, para virem fazer um registo ou para virem levantar uma certidão? Nos serviços dos distritos, as pessoas não podem fazer isso, têm que se deslocar. E toda gente sabe como é que está o custo de transporte. Então, é em nome de São Tomé e Príncipe que, nós, os Deputados, o Presidente da República, os membros do Governo, os Tribunais, todos, devemos fazer primeiro os nossos trabalhos, depois exigir àquelas pessoas que estão mais em baixo que também assumam as suas obrigações. É desta forma que todos nós poderemos, sim, fazer um São Tomé e Príncipe melhor.

Sr. Ministro da Agricultura, toda gente sabe que São Tomé e Príncipe é um país onde a agricultura é um meio de subsistência das pessoas. O apelo que eu faço é que se crie as condições, porque já tem os pequenos agricultores identificados, porque as roças foram distribuídas e para aquelas pessoas que não estão a trabalhar as roças, tem-se que ver por elas. Criem condições! Muitas vezes não estão a trabalhar a roça, não é porque não querem. O nosso Estado, desde que privatizou as empresas, deixou-as atiradas à sua sorte. Não se criou nenhum critério de distribuição, ou seja, de recurso, para que essas mesmas pessoas pudessem desenvolver as suas parcelas de terra. Então, não tendo condições para poder fazer aquilo funcionar, porque uma pessoa que tem dois ou três hectares de terra não poder trabalhar sozinha, vai precisar de recursos, para pagar mão-de-obra. Não tendo recursos, o que é que vai fazer? Vai desfrutar. É por isso que hoje temos muitos lotes sem árvores. Houve corte de árvores de forma abusiva, por quê? Porque as pessoas foram cortando, para tapar ou para resolver os seus problemas diários. Então, o peço ao Sr. Ministro da Agricultura que, quando houver projectos, seja na área de agricultura, seja na área de pesca, seja na área de pecuária, seja de que área for, que não esqueça, São Tomé e Príncipe tem seis distritos e uma Região Autónoma. Esses recursos devem ser distribuídos, eu não digo equitativamente, mas de uma forma que todos os distritos saiam beneficiados desses projectos.

Para não roubar mais tempo, gostaria de aqui de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Srs. Membros do Governo, vamos todos vestir a camisola da selecção de São Tomé e Príncipe! Vistamos todos a camisola da selecção, aqui nesta Casa Parlamentar. As campanhas políticas acabaram desde Outubro. A eleição foi em Outubro e as campanhas políticas já acabaram. Agora é ver São Tomé e Príncipe. O projecto que for bom para São Tomé e Príncipe, vamos todos unir, vamos todos dar as mãos. De mãos dadas, fazer com que este país avance...

Uma voz: — Muito bem!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — ...coloquemos as nossas diferenças de lado.

Ontem, quando o Sr. Deputado Levy Nazaré voltou ao seu lugar, parabeneizei-o e disse-lhe que gostei daquela intervenção, porque despiu e está a ver o problema de São Tomé e Príncipe. É isso que nós, os são-tomenses, temos que fazer. Nós nunca iremos agradecer a ninguém, mas estamos a lutar pela mesma causa que é São Tomé Príncipe. Todos temos que vestir a camisola da selecção, que é a camisola de São Tomé e Príncipe.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Mas era assim!

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Há 2 anos, não era assim, Sra. Deputada Bilaine, devido às circunstâncias.

Uma voz do PCD/MDFM-UDD: — Procurou, encontrou!

Aplausos e murmúrios do MLSTP/PSD.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — As circunstâncias, sim, porque naquela altura, se houvesse diálogo, eu digo, estou despida, porque não sou do MLSTP/PSD, eu não sou do ADI, eu não sou do CÓDÓ, sou do Movimento de Cidadãos do Distrito de Caué, estou aqui para defender a causa dos cidadãos do Distrito de Caué, que ao longo desses 43 anos, se formos ver ao desenvolvimento do País, o distrito que está mais prejudicado até o santo dia de hoje é o Distrito de Caué.

Quando tomo a palavra para falar, tanto aqui como noutros lugares, quem me conheceu na sede do MLSTP/PSD sabia quem eu sou e como sou. Quando falo, faço-o com minha certeza, falo para defender aquilo que tenho direito, aquilo que temos de direito como cidadãos deste país. Então, se 2 anos atrás eu fiz diferente, é porque não havia forma, não havia diálogo, não havia abertura, porque aquilo que o novo

Governo tem estado a fazer, nós fazíamos perguntas e eram os deputados do poder que vinham responder, o que o governo tinha que fazer. Nós temos que ser coerentes!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Temos que ser! Hoje eu vejo que os deputados de outras bancadas fazem perguntas ao Governo, mas algum tempo atrás isso não acontecia. Por isso temos que ser coerentes naquilo que estamos a dizer e exigir aquilo que fazemos. Hoje estamos, eu também estou na oposição. Estando na oposição, temos que ver aquilo que é bom, para elogiar. Temos que ver também aquilo que é mal, para criticar. Gostaria de dizer que este Governo tem 4 anos.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Já não estamos a discutir o Orçamento.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Quem está lá já não é o Diogo, pá!

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Nesses 4 anos, se eu, Beatriz da Veiga Mendes Azevedo, votar que alguma coisa está mal e o distrito de Caué não estiver a ser visto com aquilo que a lei lhe dá direito, então aqui sim, vou reclamar.

Eu não gostaria de alongar muito mais.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, façam por São Tomé e Príncipe e não façam por vós, não façam por vossos camaradas, mas sim pelos filhos de São Tomé e Príncipe.

Uma voz: — Muito bem!

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Intervenção mau dele!

Aplausos e risos.

O Sr. **Presidente**: — Nós vamos ter que suspender por algum instante. Espero que retomemos às 14 horas, para tentarmos cumprir o horário e o tempo que cada um ainda dispõe. Há inscritos ainda, as Sras. e os Srs. Deputados, António Barros, Arlindo Ramos, Felisberto Afonso, Carlos Cassandra Correia, António Quintas, Alda Ramos e, por último, Ana Rita. Depois vamos abrir outra lista. Estes Deputados já estão inscritos. Às 14 horas retomaremos outra lista.

Portanto, está suspensa a sessão.

Eram 13 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, devo chamar a Sra. Secretária, para ocupar o lugar, e o Sr. Secretário Rui.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Estando composta a Mesa, vamos retomar os nossos trabalhos, portanto, está reaberta a sessão.

Eram 14 horas e 10 minutos.

Temos alguns Deputados que estavam inscritos, no primeiro período, e vamos dar sequência.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro da Defesa: Fiquei bastante preocupado com a intervenção de um deputado do ADI, que disse ter falado com um militar e que o aumento do salário dos militares deve constar já deste Orçamento. Bom, não sei se isto é uma ameaça ou um recado. O Governo tem que procurar saber disto, porque a forma como o Deputado falou, sendo Deputado do Grupo Parlamentar de um partido que tem um chefe a ser acusado de ter financiado o golpe de Estado de 2002, acho que o Governo tem que estar atento. Costumam dizer que o MLSTP/PSD não consegue ficar fora do poder, mas normalmente o MLSTP/PSD não dá golpes, para voltar ao poder. Isto preocupou-me bastante e creio que essa é uma preocupação nacional, porque queremos paz em São Tomé e Príncipe, não queremos sangue. Queremos que tudo se resolva da forma como falou ontem o Deputado Levy Nazaré, com entendimento. Precisamos de nos entender, precisamos de conversar, temos que acabar com as más práticas, porque o que o Deputado falou aqui é para levar a sério. Para mim, ele trouxe um recado.

Outra questão, Srs. Ministros das Finanças e das Obras Públicas, é que eu até não sabia o valor da dívida da estrada do Príncipe. Estamos a falar de 6 milhões, é isto? Se não ouvi mal. Bem, seja lá qual for o valor da dívida, alguns Deputados aqui levantaram a questão de dívida boa e má. Qualquer governo que constrói estradas e escolas ou as reabilita, é sempre bem-vindo. São obras que facilitam o povo e este agradece.

Eu também fiquei muito satisfeito, quando se fez o lançamento das obras no Príncipe, da requalificação do centro da cidade de Santo António, mas a verdade é que no fim todos ficamos com desgosto, por causa da qualidade das obras, que terminaram há menos de 1 ano, eu já levantei essa questão aqui, e já estão com buracos que partem a mola de um carro ou o pé de uma pessoa. Quero aqui dizer claramente, se é que o Governo está a dever estas obras, não deve pagá-las, a não ser que a empresa volte a reconstruir essa estrada, porque não tem qualidade. Se não querem acreditar naquilo que estou a dizer, o Governo cria uma equipa com pessoas da área, para averiguar a situação daquela estrada do Príncipe, para saber se de facto custou o que estão a dizer. Tudo isso também tem que ser esclarecido. Aconselho o Governo a não pagar a obra, enquanto ela não for refeita.

O Sr. **Presidente**: — Tínhamos um leque de intervenções e o Governo queria esclarecer alguns assuntos, não sei se o Sr. Primeiro-Ministro querará fazer uso da palavra agora.

Tem a palavra a Sra. Ministra de Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades.

A Sra. **Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades** (Elsa Pinto):— Sua Excelência o Presidente de Assembleia Nacional, Sras. Deputadas, Srs. Deputados: Algumas questões que foram colocadas têm a ver com o sector da política externa. Gostaria de dizer que este é um momento muito importante, na medida em que podemos, depois da aprovação do Governo, ajuizar sobre as políticas públicas a executar nos vários domínios.

Vou começar pelo fim. Levantou-se a questão de pagamento dos vistos. Essa questão de pagamento dos vistos não pode ser vista de uma forma tão simplista. A questão é muito mais profunda. A questão tem a ver com a problemática da entrada e permanência de cidadãos estrangeiros no nosso país. É uma questão de cidadania. Convido aos Srs. Deputados para que juntos pudéssemos reflectir e reabrir novamente um debate sobre essa questão, que é muito profunda, em função das nossas vulnerabilidades como país, sobretudo as vulnerabilidades que nós temos ao nível das nossas entradas. Ontem, reuni com os cônsules honorários de São Tomé e Príncipe nas várias paragens de vários continentes e a questão foi abordada. Os consulares estiveram divididos sobre a questão do pagamento ou não dos vistos. Aquilo que ficou como recomendação é que deveríamos reabrir uma discussão profunda sobre esta questão, na medida em que, em quase todos os países, sobretudo os europeus, pagam-se os vistos de entrada, paga-se também o visto à entrada no país, o que fica consignado como receita para o Estado.

Nós não fizemos um estudo para saber verdadeiramente quanto é que o Estado perde, com os cidadãos e os turistas não pagando visto. Por um lado, queremos potenciar o turismo mas, por outro lado, queremos arrecadar receitas para os cofres do Estado e até para fomentar o próprio turismo. O pagamento dos vistos à entrada, e nós tínhamos que ajuizar sobre o montante destes vistos, poderia sim constituir uma fonte de receita para a própria promoção do turismo. Portanto, meus senhores, o desafio tem que ser lançado aqui também, para que possamos reflectir sobre esta questão de pagamento dos vistos pelos cidadãos estrangeiros em São Tomé e Príncipe. Há uma lista de países que foram isentos deste pagamento, e importa reflectir também sobre esta lista de cidadãos. Eu não quero falar dos países, mas há países com os quais, talvez, nem temos relações diplomáticas, o que temos são relações muito incipientes. Importa ver e avaliar estas situações.

Outra que questão que foi colocada tem a ver com a questão da diáspora.

Gostaria de partilhar com esta augusta Assembleia que nós, no nosso périplo, já tivemos um encontro com a diáspora de Angola e com as comunidades, em Moçambique.

No nosso Programa e nas Grandes Opções do Plano, está na página 57 um item, muito resumido, que fala da promoção das comunidades são-tomenses na diáspora. Esta é uma questão que está na agenda da nossa política externa. Foi uma promessa e hoje é uma realidade assente e inscrita, quer no Programa do Governo, quer no Orçamento Geral do Estado. Pretendemos, a breve trecho, depois da consulta com as outras comunidades da diáspora, reunir o fórum das comunidades da diáspora, que será um fórum que vai emitir recomendações e, através destas, poderemos adoptar políticas públicas, vis-a-vis, para a diáspora. Vamos também e estamos a trabalhar neste sentido, porque já ouvimos dois grupos importantes. Para vos dizer que estivemos em Moçambique e fiquei agradavelmente surpreendida, com o nível da nossa diáspora. São 2200 são-tomenses que vivem em Moçambique, dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique, são cidadãos que participam na vida e no desenvolvimento de Moçambique e dizem claramente «estamos disponíveis a ajudar o nosso país a crescer».

Vamos trabalhar numa plataforma, para que os são-tomenses bem posicionados, investidores, possam também investir em São Tomé e Príncipe. É este o nosso desiderato, para que os são-tomenses que estão na diáspora possam contribuir para o crescimento económico de São Tomé e Príncipe, quer trazendo investimento privado, quer através de remessas.

Agora, importa trabalharmos neste sentido, para que junto ao sistema financeiro possamos encontrar mecanismos de controlo destas remessas ou, pelo menos, sabermos a quantidade de remessas que chegam ao nosso país. Sabemos que as remessas chegam, mas não há dados estatísticos fiáveis. Elas vêm muitas vezes em mãos, em cartas, mas através do sistema financeiro não temos estatísticas de quanto é que o são-tomense que está na diáspora contribui verdadeiramente, até de forma doméstica, para o sustento das famílias.

Portanto, grosso modo, era isto que eu queria dizer.

Gostaria de dizer também que nós inscrevemos uma verba de 20 000 euros no nosso orçamento, para começar a trabalhar e dinamizar este movimento que vamos encetar com a nossa diáspora.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros!

Retomemos a lista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Cassandra Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, antes de intervir, gostaria de prestar um esclarecimento sobre a matéria, porque eu fui citado na intervenção do Sr. Deputado Danilson Cotú, depois usar o meu...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado pediu a palavra para intervir, agora é o período de intervenção.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Mais é rápido, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Esta bem, mas vamos contar o tempo.

Obrigado.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Coesão assim, Sr. Presidente? Não há problema!

Rapidamente, é para citar o Sr. Deputado Danilson Cotú, que solicitou onde é que fui buscar as contas. Há-de-reparar que há um provérbio na língua do Príncipe que diz assim: «*kwá di wê ê pisiza cândia*», para começar em *lung'ie*. Gostaria de dizer ao Sr. Deputado que, quando falei das despesas com viagem, não estava a dizer que o Governo não deva viajar. Isso não! Conheço e sei, com conhecimento de causa, quanto é que custa as viagens deste país para o estrangeiro. Só para a sua informação, uma viagem na classe executiva São Tomé/Lisboa não fica menos que 3 000 euros. Por isso, quando ouço os Deputados falarem de viagens, não sei que tanto lá... O quê? Não conhecem os números, não sabem quais são os custos das pessoas. Tenho esse conhecimento, por isso é que falo.

Eu só falei desta matéria, Sr. Deputado, porque há um pormenor importante. O Governo disse que vai cortar em viagens, mas apresentou um tecto superior ao que foi executado, pelo menos na estimativa até a data. É somente perspectiva, porque essa cifra, na minha opinião, não é suficiente, mas eu só falei na perspectiva, porque quando as pessoas dizem que o governo anterior viajou bastante, e agora apresentam um tecto superior àquele que o outro gastou anteriormente, então há uma incongruência naquilo que são as expressões das pessoas. Neste sentido, para dizer ao Sr. Deputado que se for ver a rubrica, em 2018, o previsto do anterior governo era 7 888 milhares de dobras. Estimativa em 2018, o executado até a data, pode ser que ainda haja qualquer coisa, 6 333 milhares de dobras. E estou a dizer que em 2019 o Governo prevê gastar 9 274 milhares de dobras. É disso que estou a falar. Se o anterior governo gastou 6 333, até a data, e o Governo que disse que vai gastar menos apresenta-nos um orçamento com 9 000, estou a falar de subsídio de deslocação, só nesta rubrica, subsídio de deslocação, 9 274 milhares de dobras, é disto que estou a falar, Sr. Deputado. Para ver que a execução de 2018 foi a 80%.

Também para dizer mais. A variação é negativa. A variação homóloga com ano anterior, com ano 2017/2018, apresenta um dado negativo, menos 11,6%.

Sr. Deputado, se fizer as contas, vai ver. Se fizer a conta, de 6 333 para 9 274, dará uma cifra de 2 939 milhares de dobras. Daí, Sr. Deputado, estamos a falar em cerca de 30 e tal a 40%...

Vozes: — Não!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — ...a mais. Faça as contas, Sr. Deputado!

Vozes: — Não é.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Este valor de 2 939 a mais, estamos a falar numa cifra de 120 000 euros? Não é nada? Que não é nada?

Agora, o que me estranha é essa dramatização que os senhores fazem da anterior execução, e perspectivam gastar mais. É só isto. Se me perguntarem se é muito ou não, eu sei quanto é que custam as viagens. Eu sei. Era só este aspecto, para ultrapassar.

Sr. Presidente, permita-me questionar algumas intervenções de Suas Excelências, o Primeiro-Ministro e os membros do Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de falar sobre essa questão do IVA. Eu sei que já foi falado aqui, mas eu pertenço a uma Comissão, em que recebemos uma petição de 25 cidadãos que reclamam a situação. O que eu gostaria de chamar atenção, o Sr. Ministro já explicou, mas eu vou reforçar, para que veja este caso com muita atenção. Primeiro, porque são 25 cidadãos, pais e mães de famílias pobres, que pela primeira vez participaram em um concurso público, eu não me recorde de haver algum concurso público aqui no nosso país, em que houve tanta exigência, e escolheu-se pela primeira vez, salvo eu, se calhar, as pessoas que de facto têm capacidade. Porque eles passaram por um cenário de vários testes e foram classificados. 25 quadros foram escolhidos entre 500 e tal pessoas. Digo isto, Sr. Deputado, porque sabemos e tenho

conhecimento que o sector das Finanças tem falta de quadros na aérea de ciências. Nós temos mais quadros na área de direito, eu sei disto, nas Alfândegas, no sector financeiro, na estatística, o maior número de quadros tem formação de Direito.

Estes são-tomenses querem mostrar o que valem nesta área, que estamos tanto a precisar. Tenho conhecimento de causa. Daí, dizer ao Sr. Primeiro-Ministro para poder rever. Perguntámos, mas o governo não nos respondeu a tempo. Gostaria que visse essa questão com olhos de ver.

Sr. Primeiro-Ministro, a situação do passaporte também que foi aqui dito, não quero entrar em pormenor, confesso que hoje o Sr. Primeiro-Ministro está com uma postura de Estado. O senhor já sabe o que é passaporte, de facto. Quando nós andávamos a explicar a população, nós não tivemos ajuda da outra parte. O Governo não foi buscar dinheiro algures para pagar o passaporte, para o são-tomense também ter a mesma dignidade, em qualquer parte do mundo. O Governo foi buscar empréstimo, por isso o passaporte está a custar este valor. Tem-se que pagar e amortizar. A medida que se fosse amortizar, então se encontraria uma forma de baixar.

Falando de qualidade, o passaporte tem dupla valência, é biométrico e electrónico.

Uma voz: — Oh!

Uma voz: — Poxa!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Um país que foi considerado pela CNN como um dos 10 países de destino a nível do turismo, não pode recuar. Temos que avançar, cada vez mais! Portanto, um passaporte como deve ser, biométrico e electrónico, como outros países têm, credibilizando os são-tomenses, quando se encontram em qualquer parte do mundo.

Sr. Primeiro-Ministro, eu tive uma informação de alguns dos nossos cidadãos, que reclamam a situação de seguro de viagem. As pessoas pagam o seguro de viagem nas nossas companhias de seguros, mas quando têm algum problema lá fora em Portugal, principalmente, este seguro não assume.

Gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro visse esta questão, para saber o que se está a passar...

Uma voz: — *Êssa pena sum Plimêlu-Ministlu!*

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, eu vi aqui no orçamento «alienação de activos», em cerca de 0,1%. Gostaria de saber quais são os activos que se vai alienar. Só uma explicação, mas bem clara.

Sr. Primeiro-Ministro,...

Voz: — Poxa!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, ainda no OGE e nas GOP, vi plasmado que se vai proceder à requalificação da marginal, através do financiamento do nosso parceiro Holanda. Também vi que se vai proceder às obras da pista do aeroporto de São Tomé.

Sr. Primeiro-Ministro, é com muita pena que não vi por parte de Vossas Excelências o elogio, porque esses projectos foram conseguidos também pelo governo anterior. Algum elogio, só isto.

Murmúrios.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Digo mais, Sr. Primeiro-Ministro, nesta ordem de ideia, só para poder citar, que quando as pessoas fazem coisas boas, devemos citar. Vou dizer, Sr. Primeiro-Ministro, eu não tenho só coisas más, nem tenho só reparos. Tenho reparos bons, vou fazê-lo durante essa discussão. Há coisas boas que eu também tirei deste programa, das GOP e do OGE. Vou falar aqui, se tiver tempo suficiente. Daí, Sr. Primeiro-Ministro, não vi em nenhum tempo útil o elogio por parte do Governo, em relação a Sua Excelência o anterior Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada,...

Murmúrios.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — ...por ter conseguido, ainda no leque das dívidas públicas, com a República da China Popular, o perdão das nossas dívidas. Se calhar, até este Palácio estava em dívida. Cerca de 18,4 milhões de dólares foram perdoados graças à boa negociação do anterior governo de Patrice Trovoada. Isto tem que ser dito, tem que ser elogiado. Tem que ser dito, é normal!

Ainda nesta rubrica, Sr. Primeiro-Ministro, a nível da República Popular da China, para lhe dizer, com muita pena, vejo o que vai ser posto à disposição do Governo, para o ano 2019, é muito pouco para Região Autónoma do Príncipe. É com muita pena porque, na campanha passada, assisti o nosso anterior Primeiro-Ministro, prometer algumas obras na Região Autónoma do Príncipe, que iria ser suportada com o donativo deste nosso parceiro, República Popular da China.

Havia até engajamento da estrada que liga a cidade São António a São Joaquim; havia engajamento do estudo para recuperação da ponte Ribanzu, também que liga Lapa e São Joaquim; havia engajamento para

se proceder às várias obras. O que eu vi unicamente é a realização de um tanque de 100 m³ de água, que o anterior governo também já tinha lançado as obras. É com muita pena, a nível da República da China, é a única coisa significativa que se vê.

Gostaria de falar sobre o que está plasmado na execução do governo, do ano 2018, uma execução somente a 47%, mas é preciso dizer o porquê. Porque também está inscrito no OGE e nas GOP, houve uma execução só a este nível, porque, se repararem, estivemos num ano de eleição. Primeiro, antes, tivemos greves do porto em Portugal, tivemos uma série de problemas, durante o ano 2018, que veio culminar com o processo eleitoral, que todo mundo sabe que a execução não podia ser muito mais do que isso, num país que depende das receitas estrangeiras.

Outro aspecto, gostaria só de dar uma nota, porque ouvi aqui pessoas a marginalizarem a qualidade da obra, eu digo assim: «minha gente, o ADI, ao menos, fez a estrada. O governo anterior fez a estrada na Região Autónoma do Príncipe, quando toda gente fugiu a esta dívida.» Eu pergunto, o quê que outro lado fez, todos esses anos de governação? Eu só conheço uma obra estruturante no Príncipe, que o MLSTP fez: a Central Eléctrica, em 39 anos.

O ADI entrou, em 4 anos, gastou dinheiro com estradas, fez poles desportivos, ajudou a melhorar a energia 24 sob 24 horas e hoje saiu do governo, já não temos energia 24 sob 24 horas no Príncipe, foi dito aqui e confirmado. Já não temos. É disto que nós temos que falar.

Digo isso ao Sr. Primeiro-Ministro, gostaria que o senhor mudasse o paradigma, porque o paradigma que nós temos no Príncipe é que, enquanto os governos do MLSTP estão no poder, o Príncipe não tem nada estruturante. Eu gostaria que, durante o seu mandato, durante a sua execução, pensasse mesmo em obras estruturantes para o Príncipe. Aí sim, eu lhe darei nota positiva.

Sr. Primeiro-Ministro, para terminar, gostaria de falar das dívidas. O outro governo já conseguiu perdoar algumas, mas ainda temos outras. Sr. Primeiro-Ministro, o senhor vai estar à prova. O senhor tem que mostrar a sua valentia, como se diz no Auto de Floripes, para poder conseguir o perdão da dívida, com a Sinergy, a Stp-Traiding, o Brasil, Angola, Portugal, todos outros leques de dívidas que vejo aqui. O senhor tem que mostrar também a sua competência, porque quanto mais se perdoar a dívida, mais a nossa dívida vai baixar. Esta competência, o senhor prestará prova significativa.

Sr. Ministro das Infra-estruturas, Eng.º Osvaldo Abreu, esta questão de receitas petrolíferas, não me vou alongar muito, mas eu vou dizer-lhe...

Uma voz: — Boa viagem!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): —... que o Sr. Ministro tentou ludibriar a situação, mas eu não me convenceu. Mas lhe digo uma coisa: é importante dizer se o petróleo ainda não começou a sair. Se nós já começamos, como se diz na gíria, «a dar outro *biula*», eu não sei onde vamos parar, quando o petróleo começar a sair. Portanto desculpem expressão «dar outro *biula*», porque na gíria popular é mesmo assim que se diz, *biula*.

Murmúrios.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Portanto, eu não vou entrar muito na questão, mas mantenho o meu desafio. Na especialidade, eu vou propor e eu quero ver o Deputado que vai votar contra o Príncipe sobre esta matéria. Quero só ver!

Para terminar, Sr. Primeiro-Ministro, eu ouvi no seu discurso, e também vi alguma coisa nas Grandes Opções do Plano, parece que me deu a entender que o Sr. Primeiro-Ministro também vai buscar dinheiro a nível das instituições bancárias internas, domésticas...

Uma voz: — Quem nunca assistiu a sessão?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — ...para poder apoiar o sector privado.

Parece-me que vi qualquer coisa que dizia que havia um esforço, no sentido de ir buscar dinheiro aos nossos bancos.

Eu queria dizer ao Sr. Primeiro-Ministro para ajudar neste sentido, porque se isso acontecer é mau, vai empobrecer os nossos bancos. É bom que entre donativos, para eles também sobreviverem, porque a coisa já não esta bem. Se isso acontecer, vão ficar pior ainda.

Muito obrigado, Sua Excelência.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos Cassandra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, os Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Quero pedir apoio a todas as classes médias que cá estão, a todos os Grupos Parlamentares. Nós não podemos comportar este método que está a existir, porque se a nossa empresa não produz, estamos mal! O trabalhador está mal! Estamos numa situação péssima! O País está descapitalizado. O Governo está

descapitalizado. Nós temos empresários descapitalizados, temos classe média descapitalizada, temos o povo de São Tomé e Príncipe descapitalizado.

Quero pedir ao Sr. Primeiro-Ministro, por favor, faça uma governação boa, para um só povo e uma só Nação!

Estamos a falar de professores, mas não estamos a falar da saúde, da agricultura, das pescas, dos taxistas, dos motoqueiros e nem dos operários, que estão à sua sorte. Todas as pessoas têm direito neste país.

Queria pedir ao Sr. Primeiro-Ministro, para fazer uma governação para todos os são-tomenses, para podermos alavancar este país.

Eu vou entrar agora no meu ministério...

Uma voz: — Oh!

Risos gerais.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Eu vou entrar agora no meu ministério, que é agricultura, pesca e pecuária.

Sr. Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural,...

Uma voz: — Tome nota!

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — ... Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna, ajudem-nos a aumentar a produção e a produtividade do País. Nós não podemos ter um país tão diminuto, com tanto vandalismo a nos prejudicar, e não conseguimos trabalhar. É chato! Eu não conheci os meus pais empregados. Eles faziam o trabalho de casa, implementavam e dava para sobreviver. Mas hoje, em São Tomé, ninguém consegue implementar esse trabalho. A pobreza é covarde. Se nós enfrentarmos a pobreza, ela desaparecerá de uma vez.

Hoje em dia, Sr. Primeiro-Ministro, muitas pessoas não querem fazer, porque eles têm razão. Há muitas pessoas que têm glebas, pequenas parcelas de terra...

Uma voz: — Lote.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — ...não, além de lote. Essas glebas de forro, muitas pessoas deram vida, desbravaram, plantaram, deram manutenção e cuidaram, mas hoje abandonaram tudo, porque não conseguem disfrutar. Pergunto, que país temos? Qual país do mundo, esses países da África nossos irmãos tem essa situação? Não tem essa situação.

Queria que nós trabalhássemos para aumentar a nossa produtividade, criando riquezas, para darmos empregos às pessoas, para minimizarmos a situação deste país.

Enquanto este país continuar com desemprego, nós não iremos a lado nenhum.

Muita prossecução no trabalho. Conheço pessoas que levantam às 4 horas da manhã, voltam para casa às 18 horas, mas já meteram muitos casos de vandalismo na Justiça e até aqui ninguém resolve nada. As pessoas já estão a pensar doutra maneira, fazendo justiça com suas próprias mãos, porque o trabalho custa, a agricultura é um trabalho de esforço.

Quero dizer ao Sr. Ministro que passei por Trindade até António Soares, há certos jovens com boas iniciativas, com criações de animais, fiquei muito satisfeito. Eles me disseram, Sr. Felisberto, aquilo não está seguro, os gajos tiram tudo de noite, até as fêmeas prenhas os gajos tiram e abatem.

Risos gerais.

Isso não é para rir, meus senhores! O trabalho tem custo!

Aqui há pessoas que têm empregados, pagam a Segurança Social e dão salário. Quem está a falar tem responsabilidade, paga impostos. Não estou sozinho, toda a classe média que esta cá. Nós temos responsabilidades, nós estamos descapitalizados e temos que falar.

Há certas pessoas aqui que esperam o fim do mês e não têm responsabilidades. Sou da classe média e tenho responsabilidades.

Nós temos que fazer o apelo ao Governo, aos Ministros da Defesa, da Justiça, para ajudarem a classe média a dar um passo e ajudar este país a dar às pessoas emprego.

Sr. Primeiro-Ministro, estamos a precisar de unidade, transparência e diálogo!

Meus senhores, não é só o Governo aqui que o povo critica. Crítica também os Deputados. Os Deputados não têm boa figura em São Tomé e Príncipe.

Risos gerais.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Criticam os Deputados, mais do que o próprio Governo. Os Deputados não contribuem para este País dar passos.

Sr. Primeiro-Ministro, o País está dividido em duas alas. Há uma ala que não quer o desenvolvimento, que persegue o trabalho do Governo, e outra de vandalismo, que persegue este povo. Queremos destruir essa situação, para que este país possa tomar um caminho.

Murmúrios.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. Ministras, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Trago algumas preocupações, sinceramente gostaria de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que todos sabemos que o sector do Turismo é forte e que, se estivermos todos organizados, ao nível deste sector, poderemos alavancar a nossa economia, mas para isso temos muito ainda por fazer.

Recebemos os nossos visitantes, os nossos turistas, e todos os dias temos um ou outro comentário que não é nada abonável ao nosso favor ou para melhorar a nossa economia, mas estamos sempre turismo, turismo. Temos ainda muito por fazer.

Falando disso, gostaria de falar aqui de uma questão com relação aos meninos de rua. Este é um assunto bastante preocupante e gostaria que o Governo pensasse seriamente nessa situação, porque chega a ser um pouco vergonhoso, um turista estar ali a degustar ou nas suas passeatas e aparecer alguns meninos de rua a incomodá-lo. É necessário que se pense ou crie algum programa, para resolvermos essa questão. Sei que está no Programa do Governo assistência a cerca de 2 500 mulheres carenciadas. Podemos dar assistência a esse número de mulheres, mas existem esses meninos que estão na rua que se deve fazer um levantamento para saber se eles têm pais, familiares, alguém que lhes proteja.

Gostaria de pedir-vos encarecidamente. Vai-se para o Parque Popular, por volta das 18, 19 ou 20 horas, estão ali. Assisti, ninguém me disse, passei por aquele caminho e, como são-tomense que sou, pela postura que temos, senti-me um pouco comprometida e sai daquele lugar. Quem diz Parque, diz restaurante e aeroporto. É preciso pensar seriamente nessa questão. Temos que criar uma escola ou temos que elaborar um programa para a recolha desses meninos. Se calhar, temos grandes homens na rua. É preciso ver essa questão.

Outra questão é com relação ao Ministério da Agricultura. Sr. Ministro, fala-se de agricultura, não pode haver cidadão sem haver alimento. Não ouvimos o Sr. Ministro da Agricultura falar aqui, acho que tem que nos dizer alguma coisa sobre a agricultura.

Murmúrios.

Não podemos falar de agricultura, sem falar da agro-indústria ou da agro-transformação. Este sector tem muitas dificuldades e muitos constrangimentos, a começar de equipamentos para agro-indústria ou agro-transformação. Temos ali na nossa costa, Camarões e outros países, equipamentos e embalagens, mas temos alguns problemas com relação ao transporte desses materiais, que precisamos, para dar resposta ao sector de agro-indústria, porque não há ligação de voo. Se formos, por via correio, não teremos como. Importar um produto que vem por via aérea, leva 3 a 4 meses para se receber, vindo de Burkina Faso, por quê? Porque estamos mais direccionados para o mercado Europeu. Somos africanos, então temos que nos preocupar também com mercados africanos. Que haja acordos, parcerias. Fala-se do cacau, do café, da pimenta, é preciso falar-se de outros produtos, porque temos que produzir, para nos alimentarmos. Falar das nossas farinhas e precisamos colocar esses produtos nesses mercados da sub-região.

Peço também à Sra. Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria, quando tiver acordos de parceria, para ver o que pode fazer à volta disso. Se ficarmos aqui só na agricultura, não conseguiremos sair do lugar.

Para terminar, gostaria de pedir ao Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, até implementarem as obras de requalificação da marginal, que tapassem os buracos do troço da estrada que dá acesso à casa onde estamos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Quintas.

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. Ministras, Srs. Ministros, Caros Colegas Deputados, boa tarde.

Eu gostaria de confessar que tenho alguma dificuldade em acompanhar este debate, na medida em que, no meu entender, o exercício que estamos a fazer é no sentido de apreciarmos as Grandes Opções e o Orçamento que o Governo propõe para o ano 2019.

A Deputada disse aqui que estamos a referir-nos a um Orçamento para 7 meses e que eventualmente até pode ser rectificado, se as condições propostas exigirem, se assim entenderem. Por isso, o nosso debate não tem sido profícuo, do ponto de vista daquilo que se esperava desse exercício.

Permita-me, não estou a atribuir culpa nenhuma à Mesa, sei que a Mesa tem feito um sacrifício, no sentido de deixar os Deputados se exprimirem, mas julgo que devemos inflectir e conduzir as nossas intervenções, facultando que o debate seja feito no quadro dos objectivos que estão estatuídos no nosso Regimento.

Entro, agora, naquilo que são as minhas preocupações. Queria dizer que quando se está num debate deste tipo, os deputados que sustentam o Governo têm intervenções muitas vezes limitadas, do ponto de vista crítico, porque eles se identificam, naturalmente, com as opções que são apresentadas. Entretanto, ninguém lhes pode tirar o direito de sugerir, de acrescentar e emitir opiniões, no sentido de contribuir para melhorar o que o Governo propõe fazer. Neste sentido, gostaria de felicitar o Governo porque, na minha opinião, trouxe aqui um pensamento que considero positivo, em matéria daquilo que chamo de classe empresarial. Em tempos muito recentes, houve uma pressão fortíssima sobre a classe empresarial, no sentido de pagamento dos impostos directos, sobretudo, e aqui o Deputado referiu-se às dificuldades que a classe empresarial passou. Hoje, o Governo traz-nos como opção ajudar a classe empresarial.

Vamos sair do tempo em que se andava a cortar pela gordura, porque permitia fazer crescer o extracto social da base. Isto não é tão verdade assim. O Deputado do Grupo Parlamentar da Coligação, que me antecedeu, melhor do que eu, explicou isso, na medida em que a nossa classe empresarial tem dado uma grande contribuição para o desenvolvimento deste país. Na verdade, há um grande número dos nossos concidadãos e de famílias são-tomenses que também dependem da classe empresarial. Quando se dá os incentivos à classe empresarial, está-se a permitir que essa classe de facto continue a suportar essas famílias.

Temos casos de casas comerciais que só não encerraram as portas porque têm esse compromisso social, no sentido de não promover mais o desemprego.

Sr. Primeiro-Ministro, ontem disse-lhe que herdou o País com uma taxa de desemprego altíssima. Muitos confundem esta questão de desemprego com taxas. Desemprego é desemprego e taxas são taxas. Quanto ao desemprego, refiro-me àqueles jovens que andam atrás de nós, a classe política, nas campanhas e que no fim do mês não recebem nenhum honorário. Recebem alguns incentivos no período eleitoral, posto isto estão no desemprego. Estes jovens deveriam constituir o motivo das nossas preocupações e de todos os grupos parlamentares. Se nós, os Deputados, estivéssemos a pensar nesses jovens, embora não exerçamos acções governativas directas, temos a faculdade de produzir as leis que podem regular também a questão do desemprego no País. São estes jovens que eu gostaria que fossem o centro das nossas atenções, porque muitos de facto estão no desemprego. Além de estarem no desemprego, hoje ou ontem, já estavam à procura de meios alternativos, muitas das vezes meios não convencionais, para poderem sobreviver, num país como nosso, com essas dificuldades.

É aí que se calhar encontramos o objecto de trabalho para o Sector da Justiça, que também tutela a questão das drogas, do álcool e de uma série de aspectos que são nocivos, sobretudo a esta classe.

Tomei também uma boa nota, pelo facto de o Governo preocupar-se com meios alternativos para arrecadar mais receitas. O Orçamento não é só despesas, é também receitas. E nós aqui, nas nossas intervenções, estamos a exigir e a falar de despesas, mas não vi ninguém preocupado com as receitas. Precisamos de aumentar as nossas receitas.

Gostaria de fazer um apelo ao Governo, no sentido de encontrar, no quadro das suas responsabilidades, formas alternativas para aumentar as nossas receitas. Até provar o contrário, para mim e para todos, o turismo vai ser, durante muito tempo, o sector onde mais rapidamente poderemos arrecadar essas receitas.

Nas Infra-estruturas, o Sector das Telecomunicações, não pode continuar a funcionar da forma como funciona, do ponto de vista da contribuição para o desenvolvimento do nosso país. É preciso abriremos os livros, é preciso fazermos uma análise profunda sobre este sector, de forma que contribua mais para o processo de desenvolvimento do nosso país. Temos uma sociedade com a participação do nosso país, a CST. Espero ser a última vez que falo disto, no tom em que eu vou falar. Recomendo que o Governo verifique o que se está a passar na CST, siga de perto, através dos órgãos sociais que lá tem, no sentido de exercer a sua influência, enquanto *golden share*, para permitir que este sector do património são-tomense, até provar o contrário, possa dar maior contribuição para o nosso produto interno bruto.

A questão dos transportes também despertou a minha atenção. Nas opções do Governo, é preciso que se fale ou que se trate das questões dos transportes. Aqui abro parênteses, para dizer que tenho saudades dos transportes públicos. Tenho saudade dos autocarros, sem pôr em causa os nossos taxistas, sem pôr em causa aqueles que têm o táxi, como forma de sobrevivência. É preciso que apostemos também nos transportes públicos.

Quem não vive na cidade capital e que tem o seu posto de emprego cá, sobretudo nalgumas zonas críticas, sabe e saberá o que eu estou a referir. Por isso, alguém ontem falou dos transportes do Estado e eu quero incluir também nesta mesma reflexão os nossos autocarros escolares. É preciso termos uma política clara dos transportes, que atenda aos nossos meninos e que também atenda aos nossos funcionários e, não só, às pessoas que têm que labutar, ou que têm que se deslocar de uma zona para outra. É verdade que tem que ser um pensamento de transportes públicos fora do que nós verificamos dalgun tempo a esta parte, sobretudo o período pós-independência. Refiro-me à Transcolmar. Mas hoje o País cresceu, nós temos saberes. Se não estão cá, estão na diáspora, é preciso termos um plano para o desenvolvimento dos nossos transportes públicos. Vamos buscar o saber lá onde estiver e vamos buscar

investimentos também, porque é das áreas que aliciam e que se pode lançar mãos, no sentido de contribuir para a redução da taxa do desemprego.

Relativamente à agricultura, para uma população de duzentas mil pessoas, temos que fazer opções certas, de forma que contribua efectivamente para o nosso processo de desenvolvimento.

Os Srs. Deputados deslocam-se para o interior do País, e eu também. Para além de me deslocar, vivo numa zona agrária e frequento a roça Monte Café. Vejo o que os jovens de Monte Café exigem. São jovens que trabalham, que praticam a agricultura, mas têm dificuldades. O que é que eles pedem? Não são jovens que andam a pedir favores. Eles pedem oportunidades para poderem exercer a agricultura. Pedem insumos, pedem contribuições para a compra de sementes, materiais de agricultura e aqui, Sr. Ministro de Agricultura, faça uma gestão diferente desta área. Aproxime-se dessa juventude com perfil de agricultura, dessa juventude que sabe como produzir, mas precisa desse apoio directo do Governo. Ainda em Monte Café, ou outras roças que outrora fizeram com que São Tomé e Príncipe fosse tido no contexto internacional, como um país de agricultura, como é que essas roças estão a ser tratadas hoje? Monte Café, depois dos investimentos que foram feitos nessa empresa, o que é que vamos fazer com Monte Café? Continuará assim, com edifícios de valores patrimoniais a se deteriorarem, com um capital humano digno? O que será de Monte Café, como de outras roças?

Para terminar, uma dúvida em relação ao crédito Kuwait! Sr. Ministro das Finanças, qual é a situação do nosso crédito com o Kuwait. O contrato existe? Há um acordo, há um contrato? Qual é o montante dessa dívida? Qual é o período de deferimento? Pelo que eu entendi, já começamos a pagar os juros. O dinheiro já entrou? E se já entrou, como é que foi gasto? E se não entrou, quando é que entrará?

É só uma questão de precisão.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado António Quintas.
Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Governo, boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de congratular-me com o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, pelas acções desenvolvidas durante os 100 dias de governação.

Sr. Primeiro-Ministro, ontem, um dos meus colegas disse aqui que a Nação ou a população, não me lembro bem, continua *clincatá*. Bom, eu gostaria aqui de dizer que *clincatá* não se cura em 100 dias. Um *clincatá* precisa de tempo para recuperação.

Uma voz: — Fazer massagem?

A Sra. **Ana Rita** (MLSDTP/PSD): — Por isso, não podemos esperar que em 100 dias o Governo tenha feito tudo, tanto para a recuperar a situação que herdou. O Governo tem 4 anos e este é o seu primeiro Orçamento, o seu primeiro ano. Não vai conseguir, durante esses 4 anos, fazer tudo! Aqui, tudo é prioritário nesse momento, e sempre foi assim. Assim, gostaria de aconselhar o Governo a escolher, pelo menos, três metas para esses 4 anos: a saúde, a água e a energia. Concentrar nessas três metas e, daqui a 4 anos, fazer uma avaliação, para ver o ponto em que chegamos.

Também me congratulo o Governo, por ter considerado o Sector da Saúde como prioritária. Alocou 16% do Orçamento Geral, é a primeira vez que acho que temos um montante tão elevado para o Sector da Saúde. Isto é devido aos constrangimentos que o sector enfrenta. Fiz uma revisão dos documentos, tanto das GOP como do OGE, e cheguei à conclusão que os documentos prevêem acções com o objectivo de melhorar o Sistema Nacional de Saúde. Com o aumento do nível de pobreza e a falta de capacidade financeira actual do País, gostaria de chamar atenção ao Governo, porque a população não suporta os custos. Vou dar só um exemplo. Eu, antes de ontem, fui à ENAMED, para dar apoio a alguém que estava doente, e eu tinha que levar esse medicamento, naquela noite. Cheguei lá e constatei que eu só tinha 50 000 dobras na saca.

Uma voz: — 50 dobras.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Ah, 50 dobras! O que é que aconteceu? Cheguei lá para comprar uma simples amoxicilina, é 5 dobras cada cápsula. Os medicamentos estão muito caros. Há bons medicamentos! Eu lá vi bons medicamentos, sim senhor, eu congratulo-me, muito bons, mas os custos, a população não suporta. Antigamente, não sei se ainda existe, comprava-se os medicamentos na IDA. O Ministro da Saúde sabe. Os preços desses medicamentos são acessíveis para a população. Eu não estou a dizer que não se possa comercializar esses que estão lá, mas há que procurar uma outra alternativa que seja acessível para a população. Os custos, mesmos com exames complementares e as consultas no centro hospitalar, estão muito elevados. A população não aguenta! De vez em quando, alguém vai fazer uma ecografia e tem que pagar 600 dobras. Não pode! Por isso, eu gostaria de apelar ao Governo que desse atenção a essa parte.

O outro ponto é que devia fazer da água uma das suas prioridades! Eu não sei o que é pior! Viver sem água ou sem energia?! Para mim, o pior é viver sem água. Não havendo energia, acendo uma vela, faço alguma coisa, vou para cama, mas quando não há água, é pior. Hoje, justamente, é o dia mundial da água.

O documento que apresentaram prevê acções para melhoria do abastecimento, reparação das redes, onde perdemos muita água, mas é preciso concentrar no desperdício que temos, nos fontenários públicos e nas lavandarias. Gostaria aqui de propor ao Governo, que está no início da sua governação, que fizesse um programa de levar água à casa, aos domicílios, assim evitaria os desperdícios nos fontenários. O pessoal da EMAE pode dizer a quantidade de água que se perde nos chafarizes.

Uma voz: — Sra. Deputada, vire-se para o micro, não se está a ouvir nada!

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Não se está a ouvir? Então, se fizesse um programa para levar água para as residências, pode ser *kinté nglangi*, mas paulatinamente ir acabando com os fontenários e os chafarizes públicos, mas levando a água às residências das pessoas. Assim, estaremos a contribuir para a melhoria das condições de vida da população e para o desenvolvimento.

No que concerne à energia, eu sei que o Governo tem estado a fazer grandes esforços, aumentou-se a produção, mas é preciso ir pensando em acções de médio e longo prazo. Temos uma energia que é muito cara. É preciso nós começarmos a ver alternativas a essa energia. Hoje em dia, há muitas alternativas, há energia solar, não sou especialista disso, mas é preciso começar a ver alternativas a médio e a longo prazo.

Fico por aqui, essas são as minhas contribuições.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sra. Deputada.

Concluimos a lista. Não sei se o Sr. Primeiro-Ministro quer intervir nesta fase ou se passamos à segunda leva.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Vou pedir aos Ministros das Finanças, da Justiça, do Turismo e da Agricultura, para intervirem.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — Sr. Presidente, com a sua permissão, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, com o levantamento que foi feito da situação real do País, porque está sujeito a um programa com o FMI, este na sua primeira recomendação, *aide-mémoire* do FMI, para nós podermos assinar o acordo de 2018-2021. Se não tivermos esse acordo com o FMI, nenhum dos parceiros bilaterais ou multilaterais darão alguma coisa.

O FMI, como eu disse, agora fez uma análise real da situação do País e nos informou que, de facto, o País está mesmo muito sombrio. Uma das primeiras recomendações, Sr. Deputado, é o congelamento total dos salários e dos subsídios.

Uma voz: — Qual salário?

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — ...da função pública. Por isso é que mesmo quando havia essa discussão da proposta da Assembleia Nacional, nós chamámos a atenção, porque podemos comprometer o nosso programa com o FMI. Neste preciso momento, o FMI está cá no País. Por isso, Srs. Deputados, alguém aqui disse que não se fia, mas em São Tomé e Príncipe nós fiamos para pagar o salário. Vamos pagar cerca de 5 milhões de dólares, que ainda não estão ali, que é referente ao salário que nós pedimos emprestado. Digo nós, o País, Setembro, Outubro e Novembro, temos que pagar! Para nós pagarmos o salário da função pública, temos que pagar a dívida! Um país, quando pede ao banco dinheiro emprestado para pagar o salário, é sinal que está mesmo muito mal, mas o problema agora é de todos nós. Estou a falar em nós, porque a forma que vi as finanças, ninguém diria que conseguiria fazer o contrário. Isto está mesmo mal!

O Governo de que faço parte, se assumir a responsabilidade de criar diplomas que aumentem salários, nas condições que estamos, eu, Ministro das Finanças, iria pôr o meu cargo à disposição, porque sei que não iria pagar, ia comprometer justamente as finanças do País. Por isso é que eu, ao tomar conhecimento de tantos diplomas que foram aprovados em Outubro, Novembro, que têm a ver com salário, e eu estou a pagar salário, emprestando ao Banco o dinheiro, não estou a ver a lógica. Sr. Deputado, o que estou a falar agora, o FMI colocou no papel que é congelamento.

Nós somos países livres! Se nós quisermos, podemos aumentar os salários, o número que quisermos, só que nós temos que arranjar formas de pagar, porque, dos nossos parceiros, ninguém nos vai dar nada. Escolhemos, ou recebemos esses que temos agora, para nós funcionarmos. O que está cá é uma orientação do FMI.

Quanto ao IVA, eu acabei de explicar, ontem, acho que a minha explicação foi lúcida. Eu disse, se notarem, o IVA, segundo aquilo que eu ouvi, eu sou são-tomense, estou cá...

O Sr. **Presidente:** — Só um bocado, Sr. Ministro, há um ruído qualquer aí.

Murmúrios.

Uma voz: — Tem-se que fechar a porta.

O Sr. **Presidente:** — Cabine de som? Pode continuar.
Muito obrigado!

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — Segundo aquilo que ouvi e nós todos ouvimos, que o IVA ia ser implementado a partir de 1 de Janeiro de 2019. Acontece, porém, que até hoje, a Lei do IVA não foi aprovada. Pode ser que houvesse motivos para não ser aprovada. Chegamos agora, em 2 meses e tal, temos que nos inteirar da lei, saber por que é que não foi aprovada. Felizmente, o Governo, na altura, tinha a maioria absoluta, 4 anos, não aprovou, pode ser que houvesse alguma coisa que era preciso analisar com profundidade. Outra coisa é a taxa, só que, neste processo, recrutaram 25 são-tomenses, os quais, até Dezembro, não estavam a trabalhar. Deveriam iniciar os trabalhos no dia 1 de Janeiro. Claro, de acordo com a lei, de acordo com aquilo que se disse, que o IVA iria funcionar a partir de 1 de Janeiro. Não foi feito! Até Junho, esse concurso caiu por terra. Nós, como disse aqui, estamos a analisar, com o Tribunal de Contas e com a Administração Pública, como é que poderemos congelar esse processo até o funcionamento do IVA. Isso de dizer que as Finanças, hoje, não têm pessoal capacitado para a área financeira ou jurídica, eu não queria entrar neste detalhe. Estou há 2, 3 meses...

Uma voz: — Poucos quadros.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — ...poucos quadros? Por aquilo que me apercebi, há muitos funcionários das Finanças que, feliz ou infelizmente, estavam a trabalhar noutras áreas e regressaram quase todos. Está cheio de economistas e de juristas que não estão a fazer absolutamente nada. O ex-director-geral da EMAE não é Jurista. O director financeiro não é Jurista. Muitos, a directora administrativa e financeira da ENAPORT não é jurista. Estamos com muitos quadros nas Finanças e que estão lá no gabinete, porque ainda não têm trabalho. Estou há 2 meses e tal! Não é justo pegar alguém e eles estarem lá sem fazer nada, mas estão a ganhar, porque são quadros. Só estou a dar um pequeno exemplo. A maior parte das DAF que estavam aqui nos Ministérios eram, quase todos, do Ministério das Finanças. Quase todos regressaram, são economistas.

Uma voz: — Quantas pessoas?

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — Mais de 25.

Sobre esta questão de quadros, eu não queria entrar em grandes detalhes, porque aqui temos que começar a falar com números. Só dei nome de algumas pessoas, porque são pessoas conhecidas da praça e que são técnicos ou são auditores, são contabilistas e não têm ainda trabalho, mas estão a ganhar salário. Têm direito, ninguém pode cortar.

Quanto à questão da Sra. Deputada, relativamente ao Banco Central, onde está a correr uma inspecção, eu não queria entrar em grandes detalhes. Só para dizer que, inicialmente, recebi informações de que o valor era 5.9. Até este momento, já se pagou 11.6, estou a falar em milhões de euros, e ainda faltam 3.5 para pagar. Como o trabalho está a ser feito, era melhor esperarmos os dados, porque pode ser que essas adendas tenham ou não argumento. O que falo tem que ter papel e eu não posso opinar se está ou não bem feito. O que é preciso é mostrar. Mas sabemos também que há valores, como cerca de 1 milhão, em mobílias. Tudo isso, depois, como estão a fazer os trabalhos, vão colocar à disposição.

Sras. e Srs. Deputados, os nossos bancos comerciais estão quase todos falidos. O nosso objectivo é também ajudar os bancos, não é tirar dos bancos. Os esforços que estamos a envidar, relativamente ao fundo de garantia, não pode ser tirar dos bancos. Nós queremos que os bancos tenham garantia, porque, se os bancos não tiverem garantia, não dão crédito. A garantia já não pode ser deles. Se fosse, já dariam crédito, há muito tempo! Mas estamos a trabalhar com parceiros bilaterais e multilaterais para nos ajudarem neste sentido. Como é algo que o Estado não vai dar dinheiro em si, nós estamos a trabalhar com parceiros, para alavancar até os próprios bancos comerciais. Eu aqui ontem falei em dois bancos comerciais que também podem desenvolver actividades de bancos de investimentos, que é o BISTP e o BGFI. Por isso, em todas as minhas intervenções, tenho estado a falar no sector privado local e investimento directo estrangeiro. Se isso não acontecer, não teremos como sair desta. Se for o Estado sempre a conduzir o nosso crescimento económico, vamos desembocar naquilo que está a acontecer agora, nessa nossa desaceleração, e já estamos abaixo até do crescimento de toda a África. Estamos a 2.7, temos que lutar para ser o sector privado a liderar esse crescimento económico. Mesmo na China, como havia dito, 60 e tal por centos do crescimento económico é liderado pelo sector privado. Aqui o Estado é que é o maior empregador e faz tudo. Não vai conseguir, temos que criar condições para ser o sector privado a liderar.

Sras. e Srs. Deputados, relativamente à alíneação de activos, está lá 0.1%. Dou só um exemplo, porque há viaturas que não funcionam mais, muitas das vezes vai ser necessário aliená-las, por um valor simbólico, mas têm que ser alienadas. São esses casos pontuais que estão aí.

Havia um processo de alienação, quando chegamos, já se tinha mandado parar, e fez-se muito bem, porque eram viaturas que estavam em bom estado de funcionamento e o País, nessa altura, não deveria alienar ainda essas viaturas. Elas já estão paradas, há quem vai querer comprar por um valor simbólico.

Está-se a falar aqui da China, segundo o Sr. Deputado, a cópia do acordo, que temos, assinado com a China, foi 11 milhões em 2017, que nos dá apoio para o OGE, 10 milhões em 2018, 5 milhões em 2019, 5 milhões em 2020 e 5 milhões em 2021. Os dois primeiros anos é que caíram os maiores bolos, por isso não sei como é que eram tantos compromissos com a China, se só tínhamos um pacote de 5 milhões. Este é o acordo que o Estado são-tomense tem com o Governo chinês.

Sras. e Srs. Deputados, acho que qualquer governo deste país tem como uma das metas lutar para que se perdoe as dívidas. Felizmente, conseguiu-se o perdão nos anos de 2007 e 2008, até agora não se conseguiu mais nada, mas mesmo o governo cessante tinha como um dos objectivos ver se conseguisse o perdão da dívida. Também vamos lutar neste sentido de conseguir pedir o perdão das dívidas, porque a tendência é sempre aumentar, e temos que suplicar. Por isso, acho que considerar como um desafio, estaremos a dizer que os governos cessantes não tinham como desafio, mas tenho a certeza que tinham. Qualquer governo sério de São Tomé e Príncipe tem que ter como desafio lutar para o perdão da dívida.

Quanto ao crédito do Kuwait, recebi a nota, estamos a fazer os procedimentos normais. Sr. Deputado António Quintas, que colocou a questão, recebi a nota e tem valores para pagar. O que vamos fazer?

Vamos pedir ao Tesouro para nos dar informação, se há algum desembolso que foi feito ou não. Se sim, quais são os documentos de suporte desse desembolso, procedimento normal, porque tomamos conhecimento, na altura que entrei, que há um contrato assinado entre o Governo e o Kuwait. Passou pela Assembleia, então temos o contrato.

Na altura, fui informado de que não havia nenhum compromisso ainda, não desbloquearam nada, mas quando tomei esse papel, pode ser que haja, por isso é que pedi aqui para não entrarmos em muitos detalhes da dívida, porque no Tesouro Público muitas dívidas podem não estar lá, mas existirem. Vou dar diligências junto ao Banco Central e ao Tesouro, para saber se entrou alguma coisa e, se entrou, quais são os documentos de suporte. Tendo isso, o Tesouro vai ter que registar. Registrando, o que vou fazer é pedir uma moratória agora, para não pagarmos até o dia 1 de Abril, porque o prazo é para ser pago até o dia 1 de Abril, e para vermos os documentos e pagarmos a dívida ou, pelo menos, registarmos e comprometermos em pagar. O que posso dizer é isso. De concreto, só poderei ter mais informações após os trabalhos que serão feitos. Era isso mais ou menos que queria explicar sobre o crédito.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra a Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem um pedido de esclarecimento sobre a última intervenção.
Tem a palavra o Sr. Deputado **Arlindo Ramos**.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Gostaria só de pedir esclarecimento sobre a penúltima parte da sua intervenção sobre os apoios da China. Referiu aqui aos apoios da China, queria só que me esclarecesse se esses apoios são apoios directo ao orçamento e, para além desses apoios, há um outro financiamento.

É bom esclarecer isso, porque ouvi aqui murmúrios de que é um péssimo acordo e gostaria que pudesse esclarecer-nos isso.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Referi-me ao apoio orçamental, que é o montante que a China coloca para apoiar o OGE directamente. É certo que a China dá outros apoios que não fazem parte do OGE. Neste caso, acho que o governo cessante ou o Grupo Parlamentar do ADI tem mais informações a nos prestar desses outros apoios, porque só estamos a 2 meses, seria bom que o próprio ADI dissesse que dá tais, tais e tais apoios. Estou a falar do acordo que tenho nas Finanças, só falo com documentos.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra a Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos.

A Sra. **Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos** (Ivete Lima): — Sua Excelência o Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Relativamente à questão que me foi endereçada, sobre verbas destinadas às obras de reabilitação e instalação, que se encontra na rubrica do Ministério da Justiça, estas verbas estão destinadas à reabilitação e construção do muro de vedação do Tribunal Distrital de Lembá, que está em péssimas condições e num estado de degradação, inclusive no Tribunal tem vampiros.

Aquele edifício deveria ser demolido, se tivéssemos dinheiro, inclusive até os móveis que estão lá não são dignos da instituição para a qual foram construídos. Por isso, que uma parte desta verba irá para a construção e reabilitação, também da Polícia Judiciária na Região Autónoma do Príncipe.

Gostaria de chamar atenção do Sr. Deputado da Região Autónoma do Príncipe, que neste momento já enviamos uma viatura para a PJ da Região Autónoma e vamos criar uma delegação da PJ e também construção de um edifício de reinserção social.

No âmbito de reinserção social, o Sr. Deputado mais do que ninguém sabe do episódio que aconteceu no ano passado, em que os juizes e magistrados foram à Região Autónoma do Príncipe fazer julgamento, houve quatro indivíduos que foram julgados e condenados, não houve colaboração do Governo Regional, também não houve colaboração do Governo Central, esses senhores ficaram naquela pequena cadeia da Região Autónoma do Príncipe, durante 1 mês e, no fundo, no fundo, estão em liberdade, o que viola drasticamente o Estado de Direito Democrático e põe em perigo o cidadão e as vítimas.

Também temos a reabilitação do edifício do Ministério Público da Região Autónoma do Príncipe. Deve haver maior colaboração do Governo Regional com o Governo Central.

Relativamente à questão de suicídio e violência doméstica, efectivamente, é uma grande preocupação deste Governo. Se estiver em erro, o Sr. Ministro da Saúde poderá corrigir-me, de Janeiro até esta data já tivemos três casos de suicídio de jovens. É uma questão que nos preocupa bastante, por isso que ao nível do Ministério da Justiça ainda hoje houve um encontro com uma comissão multisectorial, estamos a preparar um pacote de actividade, inclusive uma campanha de informação e sensibilização ao nível nacional, em que, além dos ministérios, as confissões religiosas, algumas ONG e também os nossos parceiros de cooperação. No entanto, há uma questão que é muito importante, temos que trabalhar muito com a família. A família, como a base de qualquer sociedade, tem um papel extremamente importante a desempenhar na questão da valorização da pessoa humana, na auto-estima e também na protecção dos seus membros.

A questão da violência doméstica, temos uma rubrica 4888, combate à violência baseada no género, é um projecto que já tem financiamento da União Europeia, tem uma dimensão nacional, em que iremos reabilitar alguns centros a nível distritais, para realizar programas de atendimento e aconselhamento, e dentro deste projecto também estará o Instituto da Droga e Toxicodependência, com a questão do álcool e outras drogas, a questão da reinserção social, Instituto da Droga e o Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica. Este projecto vai arrancar ainda este ano, já temos financiamento, os trabalhos preliminares estão a ser feitos.

Relativamente aos meninos de rua e meninos na rua, é uma realidade. Esta questão não é de hoje, é uma questão já velha, os sucessivos governos têm estado a deparar-se com essa questão, no entanto, é uma questão que carece de esforço conjunto de todos nós, porque se efectivamente não unirmos esforços para diminuir a tendência vertiginosa, esses meninos serão os possíveis potenciadores de crimes e poderão ser utilizados para a prática de outros crimes. Isso também constitui a nossa preocupação. No âmbito do programa com os nossos parceiros, particularmente a UNICEF, ainda este ano vamos realizar um conjunto de actividades, no entanto, temos que trabalhar efectivamente com a família, porque muito desses meninos têm família. Durante o dia deambulam pela rua, a noite dormem nos cantos da rua, do mercado, mas já estão identificados, têm pai e mãe. Logo, o papel da família na educação e reeducação da população, particularmente das crianças, é extremamente importante.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra a Sra. Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria.

A Sra. **Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria** (Maria da Graça Lavres): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Colegas Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Estou aqui para responder às questões levantadas cá pelos Srs. Deputados. Já passou algum tempo, nem sei dizer quem colocou a primeira questão sobre a notícia da CNN, que coloca São Tomé e Príncipe entre os 10 países mais procurados para o turismo em 2019.

Alguém perguntou o que pretendemos fazer para atrair os turistas? Ora bem, em primeiro lugar, neste momento, o Governo está a trabalhar no sentido de elevar a Direcção do Turismo a Instituto e assim prestar melhores serviços. Mas temos pequenos aspectos que fazem a diferença, que temos que tratar deles para que os turistas venham cá e se sintam bem.

O primeiro aspecto, a olhos nu, vê-se que estamos a fazer um trabalho interministerial, que é melhorar a limpeza da cidade. A Direcção do Turismo está a desenvolver pequenos projectos, como a construção de casas de banho públicas. Estamos a tentar encontrar formas de melhorar a situação das vendas de pequenas coisas ao público, que os turistas consomem, por exemplo, água de cocô. Também estamos a trabalhar na reabilitação das infra-estruturas das roças, com o fim de convertê-las em instâncias turísticas, isso falando concretamente do «*Projecto Revive*» que foi assinado na semana passada o acordo e o protocolo para a intervenção em oito roças. Todas já foram identificadas, mas a primeira já foi escolhida para o projecto-piloto e neste ano esse projecto vai arrancar. A Roça Diogo Vaz é a primeira, mas existem outras.

Para consignarmos o trabalho de protecção aos turistas, temos estado a trabalhar com as Câmaras Distritais e com a Polícia Nacional, para encontrar formas e acções concretas de protecção aos turistas. Toda a gente sabe o que tem estado a acontecer com os nossos turistas nesses últimos tempos, já vem de um certo tempo a esta parte, mas cada vez está a piorar. Isso está a preocupar-nos bastante e queremos fazer algo para que isso estanque.

Estamos a iniciar também o projecto da escola de turismo e hotelaria, pensamos ainda arrancar com este projecto este ano, já estamos a trabalhar a respeito. Queremos incentivar os são-tomenses, para que cada um de nós nos sintamos como um agente do turismo, participar no turismo de São Tomé e Príncipe como se fosse nosso, porque ele é nosso. Se todos não estivermos envolvidos, não haverá possibilidade de termos um bom turismo. Não queremos continuar a vender gato por lebre, queremos vender São Tomé e Príncipe real, queremos São Tomé e Príncipe melhor, para vendermos um bom São Tomé e Príncipe.

A Sra. Deputada Beatriz Azevedo falou de produtos que vendem fora de prazo, em Caué, por causa da ausência da DERCAE. Ora bem, a DERCAE já podia estar em todos os lados a fazer o seu trabalho, mas só não pode estar, porque todos sabemos a condição que começamos a trabalhar. Não nos deixaram transporte para realizar acções muito importantes. Assim, é difícil concretizá-las, não temos transporte para a DERCAE deslocar-se, por isso é que ainda não chegaram a Caué.

Falou-nos também da descentralização. Pode estar descansada que isso já está em carteira, o Governo já pensou nisso e ainda este ano vamos começar o processo de descentralização, pelo menos para Lembá e Caué, mais tarde iremos a outros distritos.

Alguém falou aqui dos meninos que incomodam os turistas, está na explicação que já dei, e falou-nos sobre o acordo de parceria, produzir os nossos produtos e vender nos mercados africanos. Sim senhor, agradecemos o conselho, isso é uma tarefa sobre a qual vamos trabalhar, porque ainda não tive possibilidade nenhuma de ter contactos com investidores e comerciantes da costa africana.

Uma voz: — Ainda?

A Sra. **Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria:** — Não sai daqui para lado nenhum.

Risos.

Tenho mais uma resposta para dar, porque nesta augusta Assembleia os Srs. Deputados têm direito a resposta a tudo que têm dúvida, porque devem ser muito bem esclarecidos.

Tenho uma resposta para dar ao Sr. Deputado Carlos Cassandra de um assunto que o senhor, se calhar, desconhece ou não se lembra. O MLSTP/PSD já fez muito no Príncipe, mas como não queremos vangloriar-nos daquilo somos, porque sabemos quem somos, não dizemos todos os dias. A partir dos anos 90, o Sr. Deputado se lembra que fizemos a central eléctrica, também fizemos a central, tanque ou depósito, chamemos como quisermos, que está na recta do Porto Real. Fomos nós que fizemos, distribuímos água potável pela cidade toda. Esburacamos a cidade toda e fizemos saneamento básico e estradas...

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — *Falou com o microfone desligado.*

A Sra. **Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria:** — Não, não, aí já está 2001.

Murmúrios.

...fizemos estradas, alcatroamos a cidade toda. Em 2002, esse trabalho estava todo pronto. Em 1997, construímos a escola secundária do Príncipe, ali no S. António Segundo. Nós é que construímos aquela escola.

Murmúrios.

Construímos também o edifício da CST, que está no Príncipe, a Escola Primária da Sundy, nós construímos, Escola Básica da Nova Estrela, também a construímos com o financiamento do Sr. Jean Meyer, a Escola de Praia Inhame, construímos em 2006, e o Presidente Regional foi inaugurar.

Murmúrios.

Jardins e creches. Fizemos todas as creches da Região. É justo que chegue um governo, dê continuidade e transforme as creches em jardins, mas encontraram todas as creches. Fizemos a ampliação de Paula Lavres, em mais duas salas, também construímos os únicos quatro blocos de apartamento que estão atrás da escola secundária.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O prédio que está no centro da cidade de S. António, único prédio que está lá, nós também é que construímos. O único estádio regional, 13 de Julho, nós é que construímos. Portanto, elucide-se.

Murmúrios e aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Ministra desviou um pouco aquilo que está em discussão, mas há perguntas que são feitas desnecessariamente, para termos esse tipo de respostas.

Uma voz: — Exatamente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural** (Francisco Ramos): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Não vim responder a nenhuma pergunta, porque não me fizeram nenhuma pergunta, fizeram observações, mas gostaria de fazer uma pergunta. Posso?

Vozes: — Sim, pode.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Caros Deputados, querem mesmo para desenvolvermos a agricultura em São Tomé e Príncipe?

Vozes: — Sim, claro!

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Uma coisa simples. Aqui nesta Sala é para se fazer política. A política significa criar condições para o desenvolvimento económico. Façam só um exercício, temos o arroz a 13 dobras.

Vozes do ADI: — Onde?

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Em São Tomé e Príncipe, o arroz é vendido a 13 dobras. Vamos pedir ao Governo para aumentar o arroz 2 dobras.

Uma voz do ADI: — Quem pede?

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Os Deputados. Façam uma lei, orientando o Governo a aumentar 2 dobras sobre o preço do arroz ou, pelo menos, se não satisfizer, 5 dobras. Vamos receber este ano 3 300 toneladas de arroz. Se aumentarmos 5 dobras em cada quilo de arroz e dizer ao Governo que 5 dobras serão para investir na agricultura, imaginem só quanto teremos para investir nesta área.

Esta Sala,...

Murmúrios.

Meus caros Deputados, sejam humildes, estamos a fazer um exercício. Se fizermos isso e orientarmos o Governo, teremos dinheiro para investirmos na agricultura, sem problema nenhum, porque hoje não temos dinheiro. Como ouviram e viram escrito, temos um orçamento que depende em 97% do exterior, e agricultura é a família pobre. Felizmente aumentaram este ano para 12%. Eu acho que, se nesta Sala houvesse 12% de Deputados agricultores, a coisa seria outra, pois eles iriam defender o desenvolvimento da agricultura.

Para vos dizer que é o Ministério que eu tutelo, mas como é possível nós trabalharmos assim desse jeito?

Murmúrios.

Se não querem que eu fale, eu posso sentar-me. Os senhores são os chefes da Sala. Posso sentar?

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos portar-nos como deve ser, como Deputado, com elegância. Os senhores pedem elegância aos outros e estão a comportar-se de forma desumana.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Hoje, São Tomé e Príncipe é um laboratório de oportunidades, principalmente para os jovens. Por quê? Porque nós importamos tudo. Se nós trabalharmos para mudar o sentido no barco da importação, vamos dar oportunidade a muitos jovens, que pesam que a solução esta na Europa, que pensam que a solução esta na droga, que pensam que a solução esta na cidade.

Portanto, durante esses 4 anos, vamos criar condições para aumentar a produção interna, começando por proteína animal. Estamos a fazer tudo para aumentar a produção da carne suína. Estamos a distribuir os porcos, pelo menos para aumentarmos neste ano, três vezes mais. Formalmente, nós estamos com 30

toneladas de carne por ano. Carne suína. O que significa que cada são-tomense tem o direito de consumir 400 gramas de carne por ano. São dados que nós temos oficial.

Então vamos ver, com as condições que nós temos hoje, se podemos aumentá-la três vezes mais, e paulatinamente para vermos se aumentamos, até o final do Governo, 10 vezes mais.

Referente à produção de galinha, isentamos a ração, queremos ver se essa medida nos leva a estimular a produção de galinha, e a partir daí inverter a importação e o consumo de galinha não produzida em São Tomé e Príncipe. Pessoalmente, acho que nós não estamos a comer galinha, mas sim estamos a comer doença, porque não sabemos quem produziu, como é que foi produzida, como é que foi condicionada, portanto, a agricultura também tem o papel de saúde. Uma vez que a população se alimentar de coisas de qualidade, portanto, terá uma saúde de qualidade.

Bem, no que concerne às parcelas, nós temos muitas parcelas abandonadas. Estamos a preparar um regulamento de recuperação das parcelas abandonadas, mas esse regulamento vai ser um regulamento nacional, em que toda gente participará, dará a sua contribuição, para não dar a mostra que é perseguição. Portanto, será um regulamento nacional, porque as parcelas foram feitas para produzir riqueza. Grande parte delas hoje não está a produzir riqueza. Elas estão abandonadas, outras estão à venda. Portanto, a agricultura não tem vocação para dar parcela para urbanização, mas hoje grandes partes das áreas agrícolas estão a ser urbanizadas.

Concerne à preocupação da Deputada Alda Ramos, agro-indústria, já começamos a fazer alguns contactos e há sensibilidade da parte dos nossos países vizinhos, irmãos, para nos dar todo tipo de apoio. Portanto, ultimamente estive em Camarões e, tanto o Ministro das Pescas como o Ministro da Agricultura, estão completamente à nossa disposição, para nos apoiar, em tudo quanto é tecnologia de transformação, mas para isso eu apelo aos jovens agricultores à responsabilização, amor à terra, porque se damos terra aos jovens e os jovens não as trabalham, não estamos a fazer nada. Muito jovens já receberam apoios, quer material, quer assistência, quer transporte, e fizeram muito mau uso desses apoios. Portanto, eu quero dizer que esses apoios são públicos, logo deveremos encontrar forma para defender tudo o que é bem público.

Concerne a sementes, que foi aqui abordado, é verdade que nós encontramos uma loja endividada, mas já encontramos uma estratégia para não faltar sementes em São Tomé e Príncipe. Se as pessoas passarem, não são todas as sementes, mas vamos importar as que mais utilizamos na nossa agricultura.

O diálogo tem sido feito com a SATOCAO, para recuperar as terras que a SATOCAO praticamente desmontou, que vai abandonar. No entanto, gostaria também neste palco de pedir às pessoas que lá estão, para não invadirem as terras que ainda não estão na nossa posse, porque quando invadem as terras, o Estado receberá atrás o pedido de uma indemnização, e essa indemnização muitas vezes é avultada. Portanto, as terras são abandonadas, se as pessoas identificarem, façam uma carta ao Ministério da Agricultura e nós daremos as respostas adequadas a cada situação.

Neste momento, esta em curso o projecto de restauração de paisagem, para funcionalidades do ecossistema e mitigação das mudanças climáticas em São Tomé e Príncipe. É um projecto que ronda 4 milhões de dólares, que tem como propósito apoiar a classe, principalmente dos operadores de motosserra, carregadores de madeira, vendedores de madeira, porque hoje já não temos madeira nos lotes, boas madeiras nos lotes já não existem, portanto, temos que as repor. Então, ao mesmo tempo que esse projecto vem para repor essas madeiras, vem também dar actividade económica a essa classe profissional.

Em suma, é tudo isso que gostaria de falar convosco, nesse primeiro momento.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro da Agricultura.

Estamos neste momento a 30 minutos do encerramento, temos 10 Deputados inscritos, vamos dar a palavra, de acordo com a ordem de inscrição, de forma alternada, até concluirmos o tempo. Portanto, temos Bilaine Ceita, Arlindo Carvalho, Maiquel Espírito Santo, Paulo Jorge Carvalho, Filomena Monteiro, os primeiros cinco.

Depois, se não atingimos o tempo, continuarei com os restantes.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Eu tenho algumas preocupações, mas com o avançar do tempo, infelizmente, já não poderei colocá-las todas.

Uma das coisas que me preocupa tem a ver com a questão dos medicamentos. A Sra. Deputada Ana Rita já frisou esta questão, mas eu gostaria de reforçar, porque de facto há muita gente que quando se dirige às farmácias, compra só uma parte dos medicamentos, porque não tem dinheiro para comprar todo o resto. Eu gostaria de perguntar, e parece-me que também foi uma promessa de campanha, na altura, do Sr. Primeiro-Ministro, como é que fica esta questão de medicamentos. Vai-se baixar os medicamentos? Sim ou não. No meu entendimento, era melhor que se baixasse os medicamentos, em detrimento das medidas alcoólicas, uma vez que as bebidas alcoólicas, sim, fazem mal à saúde, e as pessoas estão a braços para aquisição de medicamentos. Portanto, é uma sugestão, Sr. Primeiro-Ministro, eu penso que seria muito mais útil ver a questão dos medicamentos.

Tenho uma outra preocupação que tem a ver com a questão do Liceu Nacional. Tenho conhecimento que muitas das turmas no pavilhão estão superlotadas, não há carteira para os alunos, não há ventilação, portanto, eu gostaria de apelar à Sra. Ministra, que visse essa situação.

Também dei conta de que a Sra. Ministra, quando visitou o Liceu Nacional, referiu que não gostou do que viu ao nível dos laboratórios e do ginásio. No entanto, eu não vejo aqui neste orçamento nada que possa corrigir essa situação.

Eu já não vou alongar muito, devido ao tempo, como eu disse, mas só queria fazer um apelo a todos nesta Sala, ao Sr. Primeiro-Ministro, aos Srs. Ministros, às Sras. e aos Srs. Deputados, ao Sr. Presidente da Assembleia, quanto à questão da coerência. Ontem, porque não estávamos no poder, a conversa era uma, hoje a conversa é outra. Portanto, não podemos mudar os nossos ideais de acordo com as circunstâncias...

Murmúrios.

...porque eu conheço pessoas que andaram aqui a choramingar durante os anos e agora, de repente, tudo ficou bom.

Obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Deputada Bilaine Ceita.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Carvalho.

O Sr. **Arlindo Carvalho** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados: Todos os problemas nacionais não podem encontrar proposta de solução, numa Grandes Opções do Plano cujo horizonte é de apenas 1 ano.

Em nome do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD, gostaríamos de felicitar o Governo, pela selecção dessas opções, como também pela proposta do Orçamento que nos é apresentada, para permitir a solução de alguns dos problemas, já em 2019. Mas dentre as preocupações aqui apresentadas, há uma preocupação que me atinge de forma particular, que é a formação integral do homem são-tomense, enquanto recurso necessário para colocar este país nos carris e fazê-lo funcionar.

Nós temos um país de 200 000 habitantes, cerca de 18,8% tem menos de 15 anos de idade, 25,5%, cerca de 52 000, entre 6 e 15 anos, 50% tem menos de 18, 100 000 habitantes.

Em relação a mulheres em idade fértil e parto, nós esperamos cerca de 7 000 partos anualmente. Esta situação demográfica com a qual temos que lidar. Daí que nós precisamos de vencer o desafio de formar homens e mulheres são-tomenses, de modo que cada são-tomense possa valer, no mínimo, por dois. A questão é que nós não temos como competir com os outros países. Nós somos muito poucos.

Portanto, acredito que não obstante as dificuldades financeiras que o País enfrenta, mormente os sectores da Educação e da Comunicação Social, enquanto sistemas com responsabilidades para formar homens e mulheres aptos para contribuir para o desenvolvimento deste país, eu trago uma preocupação que tem a ver com a necessidade de o sistema de Educação procurar incorporar no currículo matérias que têm a ver com formação da cidadania e da educação integral do homem. Uma disciplina como complemento, porque aqui a educação foi definida como alicerce e instrumento essencial para moldar a personalidade e assegurar o progresso de qualquer Nação.

Nós reconhecemos o papel da família na formação do homem, nos aspectos atinentes ao carácter, à integridade, à moral e aos bons costumes, como valores a serem promovidos, mas nós reconhecemos também as fraquezas das famílias, enquanto instituição.

Independentemente das disciplinas tradicionais, como Física, Matemática, Química e outras, as línguas, as ciências, seriam aspectos importantes como a organização do Estado, o orçamento, a contribuição de poupanças, para o crescimento do País, para a criação de riquezas, que fossem objecto de transmissão de conhecimentos nas salas de aulas, a todos os níveis, eu diria, desde o ensino básico, até para evitar algumas discussões frívolas que temos tido aqui.

Espero que nós possamos criar gerações, formar gerações vencedoras. E para formar essa geração, é preciso que as pessoas aprendam a lidar com bens colectivos, aprendam a lidar com bens privados, porque esse é dos maiores problemas que São Tomé tem que enfrentar, a relação que cada um tem com os bens que não são ou são a pertença dos outros. É preciso que medidas correctivas sejam veiculadas nas escolas, e os órgãos do Estado possam articular essas medidas correctivas e alinhá-las, de forma que todas as mensagens possam contribuir para o desenvolvimento do homem são-tomense e, desta forma, esses homens possam contribuir para o desenvolvimento deste São Tomé e Príncipe.

É preciso que essas mensagens sejam aliadas, que a educação não diga uma coisa e na comunicação social estejamos a passar outra coisa, e há muitas mensagens subliminares na comunicação social, que em nada contribuem para o desenvolvimento deste país, nem para a comunicação social, através da música, através da dança. É preciso que essas mensagens sejam corrigidas e articuladas, para o bem de São Tomé e Príncipe.

Muito Obrigado!

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Arlindo Carvalho.
Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Caras e Caros Deputados, boa tarde.

Tomo a palavra, para felicitar o Governo, pelos dois instrumentos que foram submetidos à Assembleia Nacional, tendo em conta o horizonte do tempo que nós temos, claro que, com afinco, trabalharam para que esses mesmos documentos fossem submetidos. Para o tempo que temos, caso realizem as actividades que estão aqui programadas, 70 a 80%, será muito bom para este país.

Nós que vivemos aqui, que não temos outro país, que somos são-tomense de raiz, que não temos duas nacionalidades, sabemos como é que o País tem estado a atravessar.

Uma voz: — Eu tenho duas!

Uma voz: — Muitos têm.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Muitos Deputados aqui têm duas. Sei que têm.

Fico satisfeita ao ver a proposta do Orçamento, porque já há décadas que nós não vemos um orçamento, em termos percentuais, para o Ministério da Saúde, com uma fatia de 16%.

Eu aqui deixo um apelo ao Ministro da Saúde. Com essa percentagem, que os serviços de Saúde mudem. Há muita crítica a nível dos serviços de Saúde, sobretudo na prestação dos cuidados de Saúde.

O Sr. Ministro da Saúde não pode dizer que o problema só está nos cuidados primários de Saúde. Os problemas estão a todos níveis da prestação de cuidados. Sejam eles primários, secundários e terciários.

Outra coisa que eu também não vi no documento, que é de exortar o Ministério da Saúde, é a formação, que deve ser uma coisa contínua. Eu vejo nas GOP apenas capacitação. E a especialização, não se fala? Eu, não falo por mim, porque eu já estou no grupo dos 50, não vou mais me especializar, mas temos vários médicos novos, e sabemos como é que a população tem criticado. O País só conta com um médico cirurgião e, praticamente, ele tem que fazer tudo. Eu acho que esse homem não dorme, porque ele tem estado a ser bombardeado por todos os inimigos.

Portanto, eu acho que o Ministério da Saúde tem que adoptar política de especialização. Anualmente, técnicos têm que sair para se especializar, porque estamos a precisar em todas as áreas.

Por outro lado, alguém falou aqui de vistos. Como é que nós não cobramos os vistos? Por que é que nós não cobramos os vistos? O País é pobre, queremos receitas. A EMAE manda facturas para as pessoas pobres, de forma avultada. Temos que cobrar os vistos. As pessoas saem da Europa, vêm cá passear, e não se cobram os vistos? A maioria aprovou, para que cidadãos estrangeiros entrem no País, 6 meses, de forma grátis, e não pagam os vistos. Acho que temos que cobrar os vistos. Os estudantes, ao saírem de São Tomé para Lisboa, ou outro país, têm que pagar os vistos. Por que é que as pessoas não pagam os vistos? Eu acho a cobrança de visto uma receita que entra para o País, e o País precisa dessa receita.

Alguém veio pedir aqui ao Ministro que os Deputados aumentem o preço do arroz. Como é que nós é que vamos aumentar o preço do arroz. Nós é que vamos aumentar? Nós queremos que o preço de arroz seja mais baixo.

Murmúrios.

Ministro, estou a dizer. Não, ele pediu ao Ministro da Agricultura.
Eu gostaria que o preço do arroz fosse 8 000 ou 10 000.

Murmúrios.

Estão a deixar outras pessoas, que podem contribuir para o País, não pagar e a exigir dos outros.

Relativamente à Agricultura, Pesca e Economia Azul, gostaria que, aquando da discussão na especialidade, se precisasse, na realidade, o que o Ministério da Agricultura e Pesca vai fazer, e o Ministério de Economia Azul. Isto porque, ao ver o documento na página 34, «Economia Azul e Pesca», há várias acções e projectos plasmados para esse Ministério.

Quando vou à página 32, «Agricultura e Pesca» fico assim um pouco embaralhada, porque as acções que são desenvolvidas na Direcção das Pescas estão incluídas no Ministério da Economia Azul. Portanto, quando formos à discussão na especialidade, gostaria que nos situassem, para sabermos porque, seja como for, vamos ter que fazer uma avaliação da implementação daquilo que o Estado vai fazer.

Quanto às crianças não protegidas, aqui numa das sessões, nós alertamos ao Governo, que apoiassem um pouco mais, e tem feito, não só como uma colega Deputada aqui falou, as crianças da rua. Claro que essas crianças têm pais. Muitos pais são-tomenses não gostam de assumir, mas o Estado também tem que tomar medidas, conhecer esses pais e começar a multá-los. Há Deputados aqui dentro desta Sala que não dão apoio aos filhos.

Risos do MLSTP/PSD.

Relativamente ao Turismo, eu tenho uma proposta, Sra. Ministra do Turismo. Os turistas chegam, não pagam o visto de entrada, visitam Agostinho Neto, não deixam nada para o Distrito de Lobata, visitam Fernão Dias, não deixam nada, vão a Bombaim, não deixam nada, vão à Cascata São Nicolau, não deixam nada, e nós queremos fazer crescer o País.

Eu faço um apelo, para que o Governo pense um pouco sobre isso. Portanto, são essas preocupações que eu trouxe.

Obrigado pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Obrigada, Sra. Deputada Filomena Monteiro.

Portanto, são 16 horas e 30 minutos, vamos ouvir excepcionalmente mais dois que estavam inscritos, do grupo dos cinco, e fecharemos as inscrições, para passarmos a outra fase.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Jorge Carvalho.

O Sr. **Paulo Carvalho** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Sr. Primeiro-Ministro, desejo a si muita coragem! Falo de si com alguma propriedade, porque lhe conheço. É de facto um indivíduo que é o que é, é o que mostra, efectivamente. A sua honestidade, até hoje, tem sido autêntica. Como pessoa, é o que eu vejo. Como Primeiro-Ministro, ver-se-á.

Bem, falando do OGE, Srs. Deputados, Srs. Ministros, um país como São Tomé e Príncipe, que em 97% depende do financiamento externo, um país que não produz nada, praticamente, que não tem indústrias, fábricas, como pode um Governo governar sem contrair algumas dívidas, para o desenvolvimento do próprio país? Respondam-me, senhores! Como é possível? Daí que não percebo por que motivo se tem transformado as questões de dívidas em um cavalo de batalha.

Srs. Deputados, a nossa dependência económica é de tal forma extrema que nos obriga a todos ter muito cuidado quando dirigimos críticas a um governo. Eu, sinceramente, quero dizer que um país como São Tomé e Príncipe, não sei se tem uma política de desenvolvimento ou uma política de sobrevivência. É preciso que separemos essas duas vertentes, porque um país tão dependente só pode ter uma política externa de sobrevivência. Não há outra forma que se pode classificar isso...

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Desenvolvimento médio.

O Sr. **Paulo Carvalho** (ADI): — ...só se for na ilha do Príncipe...

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Vocês disseram isso!

O Sr. **Paulo Carvalho** (ADI): — Quero também falar aqui sobre a problemática das terras. O Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, por acaso, está de parabéns, porque tem duas rubricas, em que aborda sobre o Plano Nacional do Território. Isto de facto é bom, porque somos um país com limitações a todos os níveis, e a terra não deixa de ser um recurso. Há necessidade de haver um controlo maior na gestão desse bem.

Cantagalo, nos últimos tempos, tem tido muitos problemas com terras. Quero pedir a si, ao nível do Distrito, que faça um levantamento exaustivo das terras de Cantagalo, porque há forte tendência e, se não já, uma prática corrente de vendas de terras do Estado, em Cantagalo. Falo com conhecimento de causa e posso exhibir documentos.

Vozes: — Cuidado!

O Sr. **Paulo Carvalho** (ADI): — Estou muito à vontade.

Sr. Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, ouvi a sua intervenção, frisou um pormenor extremamente importantes, que é a questão da invasão de terras, algumas ditas abandonadas, outras, nem por isso. Devemos perceber que o País, hoje, e desde sempre, tem tido um crescimento demográfico muito acelerado do que o próprio desenvolvimento económico do País. Logo, temos uma classe jovem que domina, digamos assim, a demografia, do nosso país. São, de facto, uma classe que está em desvantagem a todos os níveis, até em parcelas de terras. Se nós temos sérias dificuldades de enquadramento dessa classe, grande parte desses mesmos jovens estão nas suas comunidades, vivem nos distritos, longe da capital. São jovens, muitos dos quais, que se dedicam à agricultura. Ontem, eram crianças, hoje, são adultos, pai de filhos e não têm um pedaço de terra para cultivar.

Há pessoas, com médias empresas tão grandes, que estão abandonadas, quando, na verdade, esses jovens precisam de um pedaço de terra para cultivar. Se temos problemas de enquadramento desses jovens, mesmo em matéria de emprego, porque não ter uma política de desapropriação imediata desses gigantes lotes votados ao abandono? Peço que dê uma atenção muito especial a esta questão.

Eu também pude ver, numa das rubricas do Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, que fala de casas sociais. Nós, em São Tomé, sabemos que as casas sociais não são destinadas às pessoas, de facto, com necessidades sociais, mas sim a pessoas que têm recursos

suficientes para ter a sua própria casa, ou indivíduos que já têm duas ou três residências e ainda se apoderam de um bem que é destinado àqueles que são desfavorecidos.

Uma voz: — Kêi!

O Sr. **Paulo Carvalho** (ADI): — Espero que isso seja banido!

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Cuidado!

O Sr. **Paulo Carvalho** (ADI): — Em Cantagalo, temos exemplo. Se quiserem que eu fale, vamos a isso, mas não vou por esse caminho. Acho que algumas pessoas estão assustadas, mas não vou por este caminho.

Murmúrios gerais.

Os procedimentos da distribuição de terra, no que toca aos pequenos loteamentos de terras agrícolas, não sei se o Sr. Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural tem conhecimento, mas a nível das comunidades agrícolas há problemas muito sérios, mais uma vez, com os jovens que partilham uma habitação com os pais. Querem fazer a sua construção, mas a distribuição de terra foi um erro do passado, vai até o quintal da comunidade, quando devia haver espaço para o alargamento da comunidade. Não se tomou em consideração o pormenor de que uma comunidade que hoje tem 30, 40, 50 pessoas, amanhã poderá ter 100 pessoas. Então, distribuíram terras ao limite, digamos assim, das comunidades, encurralando as pessoas dentro dos lotes privados de cada um, onde hoje essas mesmas pessoas, jovens, que estão a crescer nessas comunidades, vêem-se obrigados a sacrificar um troco, para além de construir a sua própria habitação, ainda têm que comprar algumas terras, onde eles nasceram, que por direito deviam ter um pedacinho, para construir a sua própria habitação.

Agradeço que faça, quanto possível, Sr. Ministro, um reparo especial a este assunto.

Também vi, mesmo ainda no Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, uma rubrica em que se falava de reabilitação de casas comboio. Penso que todos nós conhecemos o que é uma casa comboio. Quem não vai às comunidades, só fica na cidade capital, se calhar, não conhece, mas eu conheço muito bem. Casas comboio, Sr. Ministro, não oferece dignidade para quem lá habita, nem que ela fosse reparada. Por quê? Porque é uma casa que, as divisões internas, são do tipo meia-lua e nem têm portas. E faz-se lá meninos, filhos, rapazitos, rapazinhas...

Risos gerais.

O Sr. **Presidente:** — Conclua, Sr. Deputado!

O Sr. **Paulo Carvalho** (ADI): — ...por isso, eu peço ao Sr. Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, particularmente ao Sr. Primeiro-Ministro que reforce efectivamente. O Sr. Ministro tem que criar uma política que possa minimizar esse tipo de situações, porque não justifica reabilitar. Justifica, sim, criar condições para que esses mesmos jovens consigam fazer uma auto-construção, que é muito comum nas comunidades, para que tenham uma habitação condigna, onde possam ter a sua família, num contexto em que todos nós admitimos que é correcto.

A prática das minhas acções, enquanto ex-Presidente da Câmara, foi devolver dignidade a essa gente. Eu peço hoje, como Deputado, Sr. Primeiro-Ministro, não perca essa linha de pensamento, porque eles nos deram o voto de confiança, para que continuássemos a defender os seus interesses. Então, devemos ter atitudes que vão ao encontro daquilo que nos deram, que é o seu voto de confiança.

Penso que o Sr. Primeiro-Ministro, agora é para si, mais uma vez, meu amigo, o senhor vai muitas vezes usar o seu sobrenome, porque vai haver momentos em que vai estar encurralado, Bom Jesus. Vai ter que rezar muitas vezes, Bom Jesus, porque, de facto, a sua tarefa não é fácil! Espero que, no final do seu mandato, o seu sobrenome ainda saia como Bom Jesus, porque não é uma tarefa fácil.

Muito obrigado!

Aplausos do ADI.

Uma voz: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Jorge.

Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

Tem, no máximo, 10 minutos.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, povo de São Tomé e Príncipe, muito boa tarde, que a paz esteja connosco!

Voices: — Amém! Assim seja!

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, ouvi aqui na última intervenção, que a sua tarefa não é fácil. Agradeça a Deus por não ser fácil, porque o impossível está com ele, o difícil será para si, e vai conseguir!

Quero dizer também que esta juventude tem enviado *feed back* de que é preciso continuar a luta por um São Tomé e Príncipe melhor, independente das adversidades. Daí que ontem, quando o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré, fez a intervenção, logo eu estava também inscrito para tal, depois veio o Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP e, para deixar passar assim o tempo, pedi para excluir o meu nome da lista, mas é para dizer que é chegado o momento, não somente pela intervenção dele, de tomarmos todos a consciência de que a inclusão e a coesão de que se fala não fiquem somente na fala. Quero contextualizar, por exemplo, quando a Sra. Deputada Benilde...

Voices: — Bilaine!

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Bilaine, obrigado, veio cá falar dos medicamentos, por exemplo. Esqueceu-se talvez de que havia os locais onde se ia buscar os medicamentos, por exemplo, a IDA, onde se ia comprar medicamentos que eram mais baratos para o Estado. Passou-se a comprar noutros lados, como Cabo Verde, vindo por via aérea, custando muito mais ao Governo...

Murmúrios.

Uma voz: — É verdade!

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Esqueceu-se disto, estamos a falar de coerência...

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Quem fez isso foi o ADI, o Governo do ADI.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Eu também fico triste, quando alguém vem cá falar ou responder qualquer coisa e que parece descontextualizado. É grave! É preciso mudarmos de atitude.

Em jeito de contribuição, Sr. Ministro da Saúde, soubemos que uma viatura foi ofertada ao Hospital, como se fosse um hospital móvel. Seria bom que se pudesse usá-la para deslocar a sítios mais longínquos e prestar, como se fosse serviço hospitalar, consultas e mais para as nossas populações que precisam tanto desses serviços.

É preciso também, Sr. Ministro, que haja a avaliação de desempenho, avaliar os nossos recursos humanos. Há pessoas lá sentadas a fazer de contas que estão a trabalhar. Na realidade, com esses, não vai conseguir, de certeza, resolver o difícil. Então, é preciso avaliar os funcionários.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Já está cansado?

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Eu ainda não me cansei. Deputado Abnildo, eu sou incansável.

O Governo deve dar uma maior atenção ao Serviço de Informação do Estado (SINFO), pois, da vez passada, gosto muito de buscar o passado, a verba destinada a este sector foi usada para outros fins. Daí que, se poder dar uma atenção a esse serviço, seria muito bom.

Ouvi aqui alguém dizer que muitas dívidas, dívidas...

Uma voz do ADI: — Isso já passou.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Quando o Governo decide diminuir preço da taxa de uma ou outra coisa, ele com certeza está a melhorar a situação de vida das pessoas. Daí é preciso pensar também nesse ponto.

Para ultimar, quero deixar, em jeito de conselho de um cantor nosso, que já não se encontra entre nós...

Uma voz: — Pêpê!

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — ...Pêpê Lima, obrigado, Deputado Cassandra.

Ele dizia: «*Nguê di téma, quidalê, Nguê di oliá lizu, quidalê.*

Nguê ku kôlê ku wê fissadú, ligui kalá dá pê pó, sá ku é...

Pundá pôvô di San Tomé ku Plinxipi ná sá malokô fá!

Nom tê wê ká bê, nguê ku ka fé non máli, non tê wê ka bê.

Nguê ku ka fé non ben, non tê wê ka bê.»

Então, é chegado o momento dessa participação e entendimento que tanto se falou esses dois dias. A vermos agora, porque agora vamos votar. É o momento de os Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do

ADI mostrarem essa colaboração. O povo precisa ver que não estão cá só para criticar, mas sim para ajudar esta governação.

Obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, Maiquel Espírito Santo.

Encerramos as inscrições.

Sr. Primeiro-Ministro, quer responder alguma questão?

Não sendo...

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Jorge Bom Jesus): — Eu terei a ocasião para falar depois.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem!

Portanto, vamos passar à segunda fase dos trabalhos, observando o n.º 3 do artigo 209.º.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Com a permissão do Presidente, passo a ler o artigo 209.º, n.º 3: «Antes do encerramento do debate, cada Grupo Parlamentar tem o direito de produzir uma declaração sobre as propostas de lei.»

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — O debate é aberto e encerrado pelo Primeiro-Ministro. Portanto, antecipa esta a intervenção dos Grupos Parlamentares. Aqueles que, naturalmente, queiram exercer este direito, podem o fazer...

Sr. Deputado, Carlos Correia, qual é o problema?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — O Sr. Presidente disse que eu estava inscrito...

O Sr. **Presidente**: — Não era só o Sr. Deputado que estava inscrito, há mais. Nós decidimos dar a palavra aos cinco primeiros Deputados que estavam inscritos. Se eventualmente não tivessem esgotado o tempo, até às 16 horas e 30 minutos, abriríamos espaço para a segunda lista. Mas os cinco consumiram muito mais que o tempo previsto, já não podemos avançar.

Não sei se os Srs. Líderes Parlamentares querem exercer o direito que têm, decorrente do artigo 209.º. Não há manifestação, só o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD? A coligação não?

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados, boa tarde.

Gostaria, em nome do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, repetir as nossas felicitações ao Governo, pelos textos que nos trouxeram e que mereceram aqui um debate amplo, no ambiente de contraditório. É verdade que são tempos novos, tempo de mais abertura, de maior afirmação da democracia, onde as questões e dúvidas puderam ser colocadas, os pedidos de esclarecimento serem feitos e onde também tivemos a possibilidade de fortalecer o intercâmbio, num ambiente de perguntas e respostas.

O Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD reconhece a validade das escolhas feitas pelo Governo, nesses documentos. Escolhas essas assentes num binómio, crescimento da economia pela via da atracção de investimentos e na coesão social. Essas escolhas, é verdade, por si só, estão numa perspectiva programática e precisam de reflexões alargadas e de um quadro de reflexão muito mais alargado, que envolva todas as forças representativas do País. Aqui, ao longo dos debates desses 2 dias, foram apontados vários aspectos e áreas, em que seria aconselhável o envolvimento de todos, para uma reflexão alargada, reflexão essa que o Sr. Primeiro-Ministro, noutras circunstâncias, chama de encontros temáticos. Portanto, eu penso que é um método de trabalho que já está na sua agenda.

Esta tarde, dois sectores foram evocados e chamaram particularmente a minha atenção, o sector das glebas e o dos vistos. Sabemos que esses sectores, particularmente o sector da gleba, interfere muito no nosso modo de vida, interfere na nossa cultura, na nossa maneira de ser e também sabemos que quanto menor for a dimensão das terras, menores são as possibilidades de rentabilidade das mesmas.

Noutros ambientes de trabalho, curiosidades já foram levantadas sobre a forma de melhor aproveitamento das glebas. Acho que deveríamos continuar a reflexão sobre a questão das glebas, porque a rentabilidade da terra, hoje, está provada, é maior, quanto maior for a superfície cultivada.

Quanto aos vistos, é um problema que existe! Não o podemos contornar. É uma fonte de receita que o País tinha e que deixou de ter. A questão deve ser efectivamente discutida, mas a posição deve ser política. Penso que aí, a solução do meu ponto de vista, muito pessoal, deve ser selectiva, porque o Governo nos diz que pretende fortalecer o crescimento económico, através da via de atracção de investimento. Portanto, se se quer fazer chegar os investidores, particularmente os estrangeiros e baixar os custos globais dos seus investimentos, pode-se efectivamente cortar nos vistos, mas também há outra forma de selectividade que

deve ser tida em consideração, para atender os princípios da reciprocidade. Aqueles que nos derem possibilidades de entrar sem os vistos, nós temos que pagar com a mesma moeda. Quanto ao resto, acho que devia pagar os vistos. Fora os investidores e aqueles que nos dão tratamentos similares, acho que os restantes deveriam pagar os vistos.

Sr. Primeiro-Ministro, como disse, as GOP e OGE são os grandes instrumentos para a navegação, são os instrumentos de gestão política que o senhor tem à sua disposição, eles em si só não definem os resultados. Esses resultados só poderão ser avaliados no momento da análise de desempenho desses instrumentos. O nosso desejo, enquanto Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, é que o senhor reúna as melhores capacidades humanas, os melhores recursos técnicos que possa ter à sua disposição, os parques recursos financeiros que o Tesouro dispõe, para efectivamente encontrar os melhores ambientes de trabalho, para realizar o que tem definido nesses dois documentos.

É o nosso desejo, é o nosso voto, que o trabalho seja bem feito e desejamos muitas felicidades no exercício dessa função.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder do Grupo Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do ADI sai deste debate, com dois sentimentos. O primeiro sentimento tem a ver com o grau da nossa participação e contribuição. Nós aqui levantamos várias questões e saímos satisfeitos pelo nosso grau de participação.

O outro sentimento é que saímos triste, porque essas questões não encontraram, quer da parte do Governo, quer dos Grupos Parlamentares que o suportam, os devidos esclarecimentos. Por esta razão, em termos de sentido de voto, vamos abster-nos, tratando-se do primeiro Orçamento deste Governo, dando-lhe o benefício da dúvida.

Saímos ainda tristes e satisfeitos, porque daquilo que é uma questão de coerência das promessas eleitorais, sobretudo do Líder do MLSTP/PSD, que é agora Sua Excelência o Primeiro-Ministro, não encontramos aqui neste Orçamento. Como dissemos no primeiro dia, este Orçamento não vai melhorar as condições de vida da população são-tomense, neste Ano Económico de 2019, não vai proporcionar à classe empresarial uma boa almofada, para que se possa desenvolver e criar emprego, contrariamente àquilo que o Governo prometeu.

Enfim, de uma forma geral, é este o posicionamento, sem destacar os vários sectores, quer institucional, quer económico, sobretudo social, que o Governo defende a questão da coesão e da unidade nacional. Não entendemos como é que Governo pode defender a coesão social, quando manda pais de família para casa e sem nenhuma correspondência.

Na especialidade, teremos a oportunidade de confrontar mais e aqui a Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior terá, se calhar, mais informação para nos fornecer, até porque depois da intervenção do nosso Grupo Parlamentar, tomamos conhecimento de que alguns quadros da Educação foram contactados.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, é o que nos cabe informar. O nosso Grupo Parlamentar, por esta via e por estas razões, votará abstenção.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, portanto, seguindo as normas regimentais, o n.º 2 do artigo 209.º, rege que o debate inicia e encerra com uma intervenção do Governo. Portanto, convido o Sr. Primeiro-Ministro, para fazer a sua última intervenção.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, permita-me renovar as saudações à augusta Assembleia, ao Sr. Presidente, à Mesa da Assembleia, que conduziu os trabalhos, às Sras. e Srs. Deputados e ao Elenco Governamental. Foi muito agradável estar aqui durante essas duas sessões de trabalho, ontem e hoje. Queria desde já disponibilizar-me para voltar aqui à augusta Assembleia, quantas vezes forem necessárias, chamem-me que eu venho.

Aplausos do MLSP/PSD.

Hoje é um dia simbólico, o dia da água. A água tem uma dimensão materna. Além de todas as suas virtudes, a água é fonte de vida. Estas ilhas têm muito mais água do que terra. Hoje, tivemos um slogan, «Não deixar ninguém para atrás». Está perfeitamente em consonância com aquilo que pensamos, sobretudo o nosso modelo de governação. Como tenho o hábito de dizer, tenho o apelido Bom Jesus, já tentei, mas nunca consegui fazer milagre até hoje. Ponho à disposição da Nação toda a minha sabedoria, a minha capacidade de trabalho, a minha criatividade, enfim, sobretudo a minha capacidade de liderança. O meu pai sempre me disse que o filho de pobre normalmente tem uma oportunidade, e até aqui sempre tentei otimizar as oportunidades que São Tomé e Príncipe me deu.

Queria agradecer de facto e reiterar o que comecei por dizer, agradecer a forma ordeira, civilizada, responsável, com momentos de alguns rasgos de elevação, que nos permite tirar ilações até pedagógicas e reflectirmos sobre a adopção de novos comportamentos, práticas novas e atitudes políticas e cidadãos.

Urge romper com determinados paradigmas e abrir uma nova folha branca, uma nova página, sobretudo evitando trazer soluções velhas, para lidar e sobretudo solucionar problemas novos. Este país mudou, que cada um mude! Eu serei o primeiro a mudar e fazer mudar o elenco governamental.

Para esse desígnio nacional, todas as competências devem ser incluídas e convocadas. Os órgãos de soberania são de facto independentes e devem trabalhar em sintonia e sinergia.

Importa também abrir novos passos para abordagem de assuntos de interesse nacional. Por exemplo, e só para apontar alguns: a problemática de ordenamento do Território. Estas ilhas não têm espaço, estamos diante de uma população com um ritmo de crescimento bastante acelerado. É preciso preparar hoje o amanhã que nos espera e possivelmente nesse amanhã nós os presentes já nem estaremos aqui, daqui a 50 anos. Daí que justifica trabalhar com os jovens e implicá-los desde de hoje, porque eles é que são e serão de facto o amanhã.

As obras estruturantes, como digo, daqui não saímos se não for através do Porto ou de Aeroporto. Penso que essas duas obras têm que nos unir, temos que conversar até a exaustão. Não pode haver polémicas relativamente as essas obras estruturantes. Que conversemos, que dialoguemos até o possível consenso, mas o que é verdade é que um dia estas obras vão ter que nascer, senão não haverá futuro sustentável para este país.

Outra questão, a educação, sempre educação, formação, uma educação de qualidade, de excelência. Somos poucos, para a nossa voz poder ecoar neste mundo global. Temos que ser excelentes. O são-tomense tem que apostar na excelência, em tudo o que faz, volto a repetir, mas há outra questão, respeito pelo património colectivo, respeito por aquilo que é do Estado, que é de todos nós. É preciso adoptarmos uma nova atitude, em relação àquilo que é o património comum, um património que teremos que deixar às gerações vindouras.

Relativamente aos valores culturais nacionais, relativamente à nossa identidade, a são-tomensidade, não podemos vender ao desbarato a nossa identidade, a nossa âncora, o nosso passado. Naturalmente que a cultura é dinâmica, mas temos que ter raízes no passado.

Outras questões que foram aqui afloradas e que apontamos com toda atenção, a problemática de entrada, permanência, adopção de nacionalidade, toda essa problemática relativamente aos estrangeiros, nós precisamos da cooperação, precisamos dos amigos, precisamos dos estrangeiros, mas há uma política a ser adoptada, e também temos que nos entender em relação a estas matérias.

O OGE 2019 não é uma panaceia para resolver tudo, todos os nossos problemas, todos os nossos males sociais, hoje, agora e já. São 4 anos de trabalho árduo, muita abnegação e naturalmente todo o trabalho pedagógico de persuasão e de envolvimento de todos. Este OGE é de facto de emergência, nalguns casos tenho utilizado a palavra bombeiro, devia até estar aqui vestido de vermelho, portanto, é para começar a resgatar a dignidade, a respeitabilidade, o orgulho e auto-estima nacional. Tenho dito que não somos pobres, não somos ilhas condenadas, muito pelo contrário, somos ilhas santas, ilhas abençoadas, ilhas verdes de esperança, ilhas da juventude, a 70%, portanto, ilhas de esperança, mas para isso é preciso investirmos, e mais vale tarde do que nunca, disse aqui o Sr. Deputado Levy Nazaré.

Não basta orçamentar, inscrever no orçamento de 2019, 2020, 2021 ou 2022. Por isso, peço à augusta Assembleia para nos acompanhar, nos criticar, monitorizar o Governo, fiscalizar e avaliar, sobretudo a execução orçamental, o que não aconteceu em 2018. Temos que saber de facto.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

A Nação é uma construção, há aquilo que chamamos de continuidade de Estado, vou assumir tudo de bom e tudo de mal que foi feito, desde 1975 até hoje. Assumamos todos, vou assumir a minha parte, com coragem, determinação, perseverança.

Eu não escolhi o momento, fui escolhido pelo momento. Se tivesse que escolher, talvez o momento não seria este.

Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD/MDFM-UDD e do MCI.

Em nome da dignidade deste povo, quero deixar obra feita, por isso quando vejo a miséria que grassa pelo país, não estou aqui a vitimizar ninguém, quando vejo a pobreza que não está só em Caué, Sra. Deputada, não está só em Malanza, em Monte Mário, na Praia Bura e noutros espaços, a miséria está aqui perto, em Lucumi, atrás da Cadeia e outros bairros periféricos, a miséria está aqui, possivelmente, ao meu lado, a miséria está em todo o lado.

Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD/MDFM-UDD e do MCI.

Queria dizer que há muita coisa que precisamos resolver aqui na Assembleia Nacional. A água não escorre, por exemplo.

Vozes: — Ah! Ah! Ah!

Aplausos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É um exemplo, estamos na Casa Parlamentar, onde estamos a decidir, onde estamos a legislar e temos o problema da água, é um sinal de miséria, 43 anos, vamos a 44 anos e hoje é o dia da água, por isso estou a fazer esta citação.

Quando vejo uma Administração Pública superlotada, com o dobro da população de funcionários, um Estado que luta, que corre em busca de receitas, para conseguir 3 milhões de dólares mensalmente, um dinheiro que não tem para pagar os funcionários, afinal de contas, queremos avançar ou queremos continuar a marcar passos? Por isso, acredito piamente no sector privado, que tem dado provas na África. Temos aqui perto, e outro dia disse, passei por Gana, é um país que está a sair do subdesenvolvimento.

O sector privado pode ser e tenho a certeza de que será a nossa tábua de salvação. Tudo, mas tudo, será feito para criar um melhor ambiente de negócios, para trazer o sector privado para investir, não só na agricultura e no turismo, mas sobretudo nalguns cancros crónicos que temos, como o caso da energia. É uma outra questão de interesse nacional, que é preciso também pacificarmos, para encontrarmos soluções em conjunto, para a transição energética. Naturalmente que falei em tentarmos, e vamos fazer isso durante os 4 anos, baixar de facto o valor da energia que se paga. Teremos que passar por outras formas de produção de energia. Há tanto tempo que falamos das barragens, tenho conversações bastante avançadas e já sei que o são-tomense é muito curioso e polémico, no momento de lançar as pedras, serão pedras mesmo para de facto construir, vamos começar a tentar resolver esses problemas.

Para terminar, agradeço de facto a contribuição de uns e outros, a contribuição de todos. Este Parlamento, desta vez, foi uma escola. Aprendi bastante, tomei muita nota, a única coisa que peço é que sejamos todos patriotas, reaprendamos a amar este Arquipélago dito *budo ku tê pezu ni omê di omali*, que nos viu nascer e que precisa de toda a nossa inteligência e criatividade.

Bem-haja!

Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD/MDFM-UDD e do MCI.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Aproveito a ocasião para o felicitar, por esta última intervenção, e agradecer a todos os Srs. Deputados e restantes membros do Governo, pela grande contribuição que foi dada aqui nesta sessão plenária.

De acordo com a ordem regimental, iremos passar para a outra fase.

Peço ao Sr. Secretário que faça a leitura do artigo 210.º.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Artigo 210.º, votação na generalidade.

«No termo do debate, são votadas na generalidade, sucessivamente, as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado.»

O Sr. **Presidente**: — Estando encerrado o debate, com a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, submeto à votação, de acordo com a ordem regimental, a proposta de lei das GOP. Estamos a votar na generalidade, trata-se de uma proposta de lei que contém seis artigos.

Submetida à votação, foi aprovada, com 30 votos a favor, sendo 23 do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD, 2 do MCI, e 21 abstenções, do ADI.

Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD/MDFM-UDD e do MCI.

Passemos de imediato à votação da proposta de lei do OGE para o Ano Económico de 2019, uma proposta com dois capítulos e 20 artigos. O primeiro capítulo trata-se da aprovação do Orçamento e segundo capítulo, execução orçamental.

Srs. Deputados, vamos votar na generalidade.

Submetida à votação, foi aprovada, com 30 votos a favor, sendo 23 do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD, 2 do MCI, e 21 abstenções do ADI.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Passo à leitura do requerimento dado entrada na Mesa da Assembleia, subscrito por seis deputados, dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Nacional.

«Nos termos do artigo 163.º do Regimento da Assembleia Nacional, vimos avocar a votação na especialidade, no Plenário.

São Tomé, 22 de Março de 2019.

Os Srs. Deputados, Danilo dos Santos, Danilson Cotú, António Barros, José Rui Cardoso, Sras. Deputadas Ana Isabel Meira Rita e Leonilda dos Santos.»

O Sr. **Presidente**: — Feita a leitura do requerimento, preenche os requisitos regimentais do artigo 163.º, foi admitido pela Mesa, de acordo com o artigo 100.º, no seu número 5, não há período de discussão, é submetido imediatamente à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 30 votos a favor, sendo 23 do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD, 2 do MCI, e 21 abstenções do ADI.

Na base deste requerimento, que já tínhamos recebido por volta das 10 horas, a Mesa tem uma proposta e peço aos serviços para fazerem a distribuição, quer aos Deputados, quer aos membros do Governo.

É uma proposta de programação de discussão da política orçamental e as GOP, na especialidade. Após a distribuição, vou pedir ao Sr. Secretário para fazer a sua apresentação.

Srs. Deputados, as folhas soltas estão a ser distribuídas para que todos tomem conhecimento e fiquem a saber qual vai ser a programação da nossa discussão na especialidade. Essa questão foi discutida na Conferência de Líderes, que caso houvesse avocação ao Plenário essa discussão seria na base da proposta avançada pela Mesa.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Trata-se de uma proposta da Mesa, de programação para discussão na especialidade, da qual passo a apresentar.

«Para Segunda-feira, dia 25 de Março, está previsto a discussão da área institucional, que inclui os seguintes sectores: Presidência da República, Gabinete do Primeiro-Ministro, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Ministério da Defesa e Ordem Interna, Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, Tribunais e Procuradoria-Geral da República.

Os orçamentos dos Tribunais e Procuradoria-Geral da República serão discutidos neste quadro.

Para Terça-feira, dia 26 de Março, área económica, inclui os Ministérios de Obras Públicas Infra-estruturas e Recursos Naturais, Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, Ministério do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria, Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Os orçamentos dos órgãos locais e regional serão igualmente discutidos neste quadro.

Para Quarta-feira, dia 27 de Março, área social, que engloba o Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional, Ministério da Educação e Ensino Superior, Ministério da Saúde, Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo.

A votação da proposta de lei está estabelecida e regulada nos artigos 154.º, 165.º, 166.º e 211.º.

Para Quinta-feira, dia 28 de Março, há previsão da realização de uma reunião plenária, os assuntos a serem discutidos já estão agendados para uma Conferência de Líderes, para a Segunda-feira, às 8 horas e 30 minutos, para fixar a agenda dessa reunião plenária.

Por último, na Terça-feira, dia 2 de Abril, está previsto a votação final global do OGE e das GOP, nos termos do artigo 167.º e 212.º, ambos do Regimento da Assembleia Nacional.

O Sr. **Presidente**: — Com o requerimento que acabamos de aprovar, a discussão e aprovação das GOP e do OGE, na especialidade, terão lugar nas reuniões plenárias. Portanto, a partir da Segunda-feira, iremos iniciar esse trabalho. Isso significa que na próxima semana teremos quatro reuniões plenárias. Três para a discussão e aprovação, na especialidade, das GOP e do OGE e uma outra reunião para vermos outras questões pendentes e urgentes que temos em carteira, e no dia 2 estaremos, mais uma vez, reunidos para a aprovação das GOP e do OGE, em votação final global.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 35 minutos.